

PUBLICAÇÕES DA BIBLIOTECA NACIONAL



OLIVEIRA MARTINS

DISPERSOS

Artigos políticos, económicos, filosóficos, históricos
e críticos, seleccionados, prefaciados e anotados

POR

ANTÓNIO SERGIO

Tomo II

LISBOA

Officinas Gráficas da Biblioteca Nacional

1924

Sala A
Est. 19
Tab. 2
N.º 29

PUBLICAÇÕES DA BIBLIOTECA NACIONAL

OLIVEIRA MARTINS

DISPERSOS

Trabalhos publicados em jornais, revistas, livros, brochuras e outros, relacionados, publicados e inéditos

DISPERSOS

OLIVEIRA MARTINS

Tomo II



LIVRO

DEPARTAMENTO NACIONAL DE DOCUMENTAÇÃO CULTURAL

1994

INV. - Nº 1465



PUBLICAÇÕES DA BIBLIOTECA NACIONAL

OLIVEIRA MARTINS

1356

DISPERSOS

Artigos políticos, económicos, filosóficos, históricos
e críticos, seleccionados, prefaciados e anotados

POR

ANTÓNIO SERGIO

Tomo II



AC
MNCI
82
MAR

LISBOA

Officinas Gráficas da Biblioteca Nacional

1924

OLIVEIRA MARTINS

DISPERSOS

A nossa idea, ao planear esta obra, foi que o dr. Faria de Vasconcelos colaborasse activamente na sua organização e realização. Por infelicidade, porém, outros trabalhos impediram o ilustre pedagogista de nos acompanhar na faina para que o convidáramos: por isso já neste 2.º volume o nome de sua ex.^a não honra o frontispicio dos *Dispersos*. — A. S.

Tomo II

LISBOA

Officina Gráfica da Biblioteca Nacional

1924

LIVRO TERCEIRO

PROBLEMAS EDUCATIVOS



O INDUSTRIALISMO NO ENSINO

Um facto universalmente reconhecido é a progressiva ignorância das gerações que o ensino oficial vai preparando. Antigamente, ensinava-se pouco e arcaicamente; mas ao menos êsse pouco ficava-se sabendo. Hoje fica-se ignorando, porque se pretende ensinar muito, à moderna, mas contraproducentemente. Hoje não se ensina para saber: ensina-se para fazer exame.

O industrialismo, predominante em tudo, é também absoluto no ensino, e medra tanto mais, quanto mais disparatada é a relação entre os programas, os professores e os compêndios.

Em Portugal não se exagera a *quantidade de ensino* da instrução secundária e primária: basta para isso comparar os magros compêndios de história dos nossos liceus, com os li-

vros de instrução secundária da Alemanha ou da Inglaterra; basta contrapor os nossos resumos de história pátria e geral, por exemplo, aos resumos de Hume, de Merivale, de Smith, livros admiravelmente feitos, e que sem ofensa se pode afirmar excederem até a capacidade da nossa instrução superior.

Não é portanto o exagêro da quantidade o nosso mal: é o avariado da qualidade. É o disparate entre os programas, os professores e os compêndios.

Os programas fazem-se *à priori* nas secretarias; mas os professores não se inventam com igual facilidade: pelo contrário, a negregada política parece apostada a fazer baixar ainda mais o nível abatido a que, naturalmente, pela fôrça das cousas e pelo estado da nossa instrução superior, está condenado o professorado secundário português.

Emquanto não houver uma escola normal superior, não haverá professorado para os liceus. Parece que se pensou em transformar numa escola dêsse género o Curso Superior de Letras, e sem dúvida alguma era êsse o destino útil que se lhe podia dar. Seria o único modo de erguer o nível do magistério e de acabar com o industrialismo professoral que é a praga mais esterilizadora da mocidade condenada aos cursos dos liceus.

Respeito à questão dos compêndios, em que

o industrialismo é tão grande, se não maior ainda, o remédio parece fácil e óbvio.

Não se compreende como o Conselho de Instrução Pública aprova para o ensino, simultaneamente, essa quantidade indigesta de livrecos, na maioria dos casos imbecis, e que frequentemente jogam entre si as cabeçadas.

A indústria dos compêndios escolares viça à custa dos cérebros das crianças e das algibeiras dos pais. Lembra-nos ter visto uma vez um aluno de inglês que tivera de gastar num ano 87500 réis de gramáticas, selectas, etc., para atender às exigências do professor do seu curso!

Démo-nos ao trabalho de ler a máxima parte dos compêndios escolares, e a êsse respeito prometemos aos leitores do *Repórter* surpresas singulares.

Pois bem: salvo melhor juízo, parece-nos que a questão dos compêndios se resolvia facilmente estabelecendo a *regie*. Compêndio aprovado seria exclusivamente um, escolhido e comprado pelo Estado, por êle vendido ao preço do custo aos alunos.

Acabava dêste modo a indústria, uniformizava-se o ensino, diminuia-se o pesado tributo lançado às famílias por uma instrução que só nominalmente é gratuita. (*Repórter*, 19-VIII-88).

Se se somarem as quantias que os alunos teem de gastar a seus pais na compra dos compêndios, com as que o Estado percebe de propinas, matrículas, certidões, etc., chega-se à conclusão de que a instrução elementar official, além de ser detestável, é caríssima.

Se ao menos o preço fizesse afastar os concorrentes! ; Mas como há de suceder isso, se tôda a classe média entre nós se destina ao *tchin* ou mandarinato, no qual a nossa penúria económica a *compele a entrar*, e se o exame é a condição prévia dessa entrada?

Foi-nos impossível apurar ao certo quanto o govêrno, empresário da instrução secundária, tirava dêste ramo de exploração official. Foi-nos até impossível verificar no orçamento do Estado o rendimento dos liceus. Supomos que deve andar por 80 contos; ao passo que a verba de despesa orçada anda por 180.

Cem contos de réis com a instrução secundária, eis o que o Estado deveria gastar; muitos, porém, dizem que os não gasta, porque a instrução é o cofre cujas economias servem para várias outras despesas.

Tudo isto é uma miséria. Tudo isto está pedindo uma reverendíssima reforma: compêndios, liceus, exames.

Se a multiplicação inconcebível dos exames tivesse unicamente como consequência a despesa! Mas não é assim: tem a consequência

mais grave, muito mais grave, de aumentar ainda, por uma especialização, por uma fragmentação ridícula, os vícios de uma instrução incapacíssima. Tem a consequência muito mais grave de sujeitar um sem-número de vezes os rapazes a essa prova do exame, induzindo nelles, nos professores e em tudo, a idea de que o exame é o fim da instrução.

Mas tem a vantagem de multiplicar os rendimentos dos liceus! Faz-se da instrução um rendoso monopólio, ao passo que se gasta a mãos largas em todos os ramos de serviço.

De-certo, é necessário dotar as colónias, por exemplo, com telégrafos e caminhos-de-ferro. Os *melhoramentos* votados recentemente só para Angola não representam acaso menos do encargo anual de 500 contos. ; Mas não será necessário e urgente olhar pela saúde mental das gerações que sucessivamente vem sentar-se ao banquete da vida? Pois todo o dinheiro é pouco para o fomento de uma riqueza, frequentemente fantástica, ; e não há umas migalhas para dotar a instrução mediana do povo português?

Se há problema difficil de resolver é este, mas não pelo que diz respeito à despesa; se há, porém, medidas indicadas, urgentes e ao mesmo tempo fáceis de executar, são as que temos enunciado no decurso destas notas.

(Reporter, 23-VIII-88).

ENSINO MEMORISTA

Três cousas entram no funcionar do ensino: professores, compêndios e programas. São peças de uma só máquina, partes de um mesmo todo. O grande defeito do ensino oficial português está em que os compêndios são maus, os professores piores, e os programas, trasladados das escolas europeias, seriam excelentes por vezes, se não fôsem puras hipóteses burocráticas.

Praticamente, o ensino é ainda o jesuítico, pela tradição e pelos métodos que o marquês de Pombal, a-pesar-do seu ódio político aos jesuítas, aceitou dêles. É o ensino pela memória e pela abstracção, o ensino dirigido a fazer máquinas raciocinantes num círculo restrito de doutrinas. *Questiones de Deo pretereantur.*

Posponha-se tudo quanto acordar a curiosidade, tudo quanto incitar o pensamento espontâneo, tudo quanto provocar o exame reflectido e directo. Catecismos, perguntas e respostas formuladas, inalteráveis; faça-se da intelligência uma máquina, tendo por êmbolo a memória.

De facto, é assim que ainda hoje ensinam os professores; mas succede que alguns dêles, e também alguns dos compêndios adoptados, in-

troduziram o método diverso de análise objectiva, substituindo-o à ontologia clássica.

Daí resulta um disparate mais embrutecedor ainda, porque no método jesuítico o ensino propunha-se calculadamente a materializar abstracções, a dar corpo a ideas, a ferir o espírito infantil com a impressão duradoura de que as palavras tinham um valor substancial. Era mau, mas era um sistema.

Agora é uma parvoíce, o obrigar as crianças a decorar cousas que só podem ter valor quando forem compreendidas, e que estonteiam pela própria estranheza das palavras. ¿ Que idea ligam, que lição tiram de palavras arvezadas metidas a martelo na cabeça? que idea fazem, que bem resulta das distincções e classificações subtis dos novos gramáticos, se o seu espírito não foi dirigido a raciocinar, mas sim a decorar apenas?

De modo que, a nosso ver, os próprios progressos do ensino são uma nova causa de cretinização. A matéria é vasta: prosseguiremos.

(Reporter, 7-VIII-88).

GRAMATIQUICES

O ensino da gramática tem dado lugar às mais renhidas discussões. Quanto a nós, no sistema de educação jesuítico, ou formalista, a

gramática entendia-se, como o catecismo e a cartilha. Tudo estava ali: numa fé, numa dialéctica, introduzidas a martelo na memória, para levar de olhos fechados, na estrada da vida, os autómatos afeiçoados pela doutrina da obediência.

Mas no sistema naturalista, objectivo, indutivo; nesse sistema que, mais ou menos bem esboçado, se está formando pela Europa; nesse sistema educador que considera o pupilo como uma planta a que é mister acompanhar o desenvolvimento espontâneo das faculdades com o alimento adequado aos sucessivos momentos da sua formação: nesse sistema é um contra-senso ensinar gramática, ensinar lógica, ensinar filosofia, antes que o educando seja capaz de assimilar e digerir o que estuda.

Não somos dos inimigos da gramática (em tese, é claro) muito menos da gramática moderna, como os Alemães a construíram, isto é, como a sciência do organismo das línguas; e se a individualidade dos grandes escritores *faz* a matéria da gramática de colaboração com o povo, é também positivo que convém sabermos mais do que de ouvido como se deve falar e escrever.

Propinar, porém, a gramática moderna aos alunos da instrução primária, e até da secundária, como ela é entre nós, toca as raias do absurdo.

Esterilizar a memória infantil, emparvecer a inteligência das crianças, com as definições metafísicas do substantivo (ou da substância), do adjectivo (ou da forma), do verbo (ou da acção); cretinizar a infância com a mnemónica das distinções subtis duma psicologia arrevesada, expressa em palavras mais arrevesadas ainda; obrigá-la a reter de memória as categorias dos substantivos e as dos adjectivos, mais as espécies dos verbos, róis de palavras a que impossível ligar significação; compeli-la mais tarde, nesse absurdo ensino da oratória, da rétorica, do estilo, a saber o que são o anacoluto e aposiopese, a protese e a paragoge, o epizeusis e a anáfora, e assim sucessivamente: é unicamente impor aos espíritos infantís um horror fundado pelo ensino, pelo mestre, pelos livros, pela escola.

É inculcar-lhe o pensamento de que o estudo não passa de uma convenção inútil, de um apontado de caprichos, inventados exclusivamente para lhes tornar a infância triste, e mais tarde para fazer exames difíceis.

Ao passo que, se os rapazes só estudassem gramática quando fôsem capazes de a entender, encontrariam nesse exercício o prazer que todos os inteligentes encontram nas matemáticas. Porquê? Porque tem de perceber e percebem o que estudam.

Perceberiam igualmente essa outra espécie

de matemática, em que as ideias correspondem aos números: perceberiam e encontrariam prazer no estudo das formas verbais do pensamento, correspondentes aos aspectos da inteligência e ao funcionamento da razão. (*Repórter*, 18-VIII-88).

Tal como se propina, o ensino da gramática é de todos o mais esterilizador. Obter o conhecimento das cousas sem as ver ou palpar, é um erro de ensino, porque falseia a noção da realidade. Encasquetar porém na memória rosários de abstracções incompreendidas, é o acume da insensatez.

Com os seus livrinhos apertados na correia, vão para três escolas três rapazes. Cada um dêles leva a sua gramática. Um a gramática de João, outro a de Pedro, outro a de Fagundes.

Encontram-se. Falam. Olharam em volta de si, e nem na paisagem, nem no ar, nem na terra, nem no rio, nem no fato, nem em parte alguma, viram substantivos, adjectivos ou verbos, nem cousas que sejam *gramática*. Teem instintivamente para si que a gramática é uma invenção do sr. João, do sr. Pedro e do sr. Fagundes, autores dos respectivos compêndios; invenção aborrecida, mas que é necessário decorar.

Cotejam as gramáticas por curiosidade, a ver.

¿ Em quantas partes se divide a gramática? Em três, dizem dois autores; em quatro, diz o outro. Etimologia, sintaxe, prosódia e ortografia, dizem dois. Fonologia, morfologia, sintaxe — diz o outro, o Fagundes.

Ficam embaçados, sem perceber para que serve a gramática, nem o que significa, nem o que valem essas palavras a que, às vezes, em assomos de erudição, os autores acrescentam entre parêntesis: *morfo* — forma, *logos* — ciência. Outra charada!

Viram a fôlha. Cá está o Substantivo. Quantos há? Próprios, colectivos, abstractos, concretos e apelativos: há cinco. — Não há, observa o condiscípulo, Há só três: próprios, apelativos e colectivos. — Não há tal, salta o outro. Há só dois: abstractos e concretos.

Ficam passados. Viram mais fôlhas. Vamos ao Adjectivo. Quantos há? Há dois, exclamam todos de acôrdo, batendo palmas. Quais são? Aí entristecem, porque um diz que são os attributivos e os determinativos, outro os qualificativos e os determinativos, e Fagundes os biformes e uniformes.

Mas onde a atrapalhação dos três pequenos subiu de ponto foi no Verbo. Para um não há senão verbos transitivos e intransitivos; para os outros só verbos substantivos e adjectivos;

mas enquanto um divide os verbos adjectivos em activos, transitivos e intransitivos, o outro divide-os só em transitivos e intransitivos.

Os pequenos fecharam as gramáticas e fizeram nesse dia uma *gazeta*, rebolando-se três horas ao sol. E tiveram muitíssimo juízo, porque não moeram a paciência, e aprenderam que sol aquece. Já é alguma cousa; e as subtilezas das gramáticas são para as crianças cousa nenhuma: são menos, porque são um valor negativo. (*Repórter*, 19-VIII-88).

COMPÊNDIOS

Três pontos nos parece serem da máxima facilidade e de uma urgência inadiável.

Um é a reforma dos compêndios.

Ponha o Estado a concurso a redacção de um quadro de compêndios para as diversas disciplinas dos programas oficiais. Arbitre as quantias que pagará pela aquisição dos exemplares preferidos. Faça-os imprimir por sua conta e venda-os pelo preço do custo. Faça-os adoptar exclusivamente nas escolas, expurgando-as de tôda essa farragem com que se envenena a infância.

Dêste modo obterá vários resultados benéficos: aliviará o custo da instrução, tornará

aceitável essa parte do ensino, e porá côbro à exploração actual de uma indústria nefasta.

Há hoje compêndios bons? Pois apresentem-se com êles os seus autores ao concurso.

Outro ponto é a criação de uma escola normal superior, viveiro indispensável de professores dos liceus. Salvo o devido respeito a todos os que o merecem, o resto é da pior espécie: gente anichada por empenhos, gente recrutada na galopinagem eleitoral e nas fezes do jornalismo, e que tem no ensino secundário benefícios, em vez de simples, complicados com o deplorável rebaixamento dos estudos.

O terceiro ponto é a reforma do sistema absurdo dos exames parcelares, restaurando os exames de madureza para os cursos superiores. Um só exame final e geral, para quem pretendesse limitar-se ao curso dos liceus, e os exames de madureza, e mais nenhuns, para quem quisesse ir cursar as escolas superiores — eis aí o que o bom senso está indicando como substituição necessária do regime vigente.

Nada disto importa reformas no sistema da instrução; nem na sua matéria, nem nos seus processos, nem na sua hierarquia. São apenas medidas exteriores, por assim dizer, mas que se nos afiguram de incontestável alcance.

Os programas e os métodos, com tôdas as discussões pedagógicas inerentes, são muito; mas programas e métodos valem praticamente

coisa nenhuma sem professores, sem compêndios, e com um sistema absurdo de exames.

Quando é que um dia se olhará para isto?

(*Repórter*, 24-VIII-88).

Nesta viagem através dos nossos compêndios de instrução oficial, começemos hoje pela geografia física.

«Ao mundo que habitamos», diz um compêndio autorizado por treze edições sucessivas — treze edições! quantos milhares de crianças embrutecidas! — chama-se Globo ou Terra. O Globo é formado de água (parte líquida) e Terra (parte sólida).»

Profundar os abismos desta definição excede o nosso poder. Basta lê-la. A inexactidão, a impropriedade, o galimatias, fazem dessa joia um modelo de imbecilidade acabada.

Outro compêndio, galardoado com quinze edições, diz-nos que as pedras são corpos compostos de partículas de terra; que a verdadeira natureza da luz se ignora, mas que, segundo Newton, é um fluido em extremo subtil, despedido pelos corpos luminosos com a velocidade de setenta mil léguas por minuto; e que as nuvens são os vapores suspensos no ar desde um quarto de milha até meia légua.

E tudo isto se decora, mecânicamente, estupidamente. É de admirar que a instrução pri-

mária deixe as crianças no estado de cretinos, preparando-as para êsse outro estado de pedantes em que os rapazes de algum tino saem da instrução secundária?

«Devemos sempre respirar», diz um compêndio modernizado, «o ar puro, fresco e coado pela ramagem dos arvoredos» — o que é um excelente conselho prático para crianças destinadas a vegetar em secretarias.

«Na zona tórrida», prossegue, «há vegetação, isto é, as árvores criam-se e o terreno produz; mas só nas zonas temperadas os campos se revestem de flores e frutos que são o encanto dos seus habitantes.»

¿Porque se não há de mandar o autor provar as anonas e as mangas da África, em vez de se consentir que propine aos rapazes os frutos da sua imaginação estapafúrdia?

Imaginam talvez que ficamos por aqui? Não senhores, não ficamos.

A Terra que é Mundo, ou Globo, e se compõe de água e terra, sem vapores, nem gases, mas com pedras que se fazem com partículas de terra coladas com cuspo, e sôbre a qual a luz se expande irradiando dos corpos luminosos, como o ópio dormitivo de Molière, para deixar às escuras os campos da zona tórrida, onde as árvores crescem e o terreno produz, mas onde não há as flores, nem há os frutos das zonas temperadas, em que os homens hão

de sempre respirar o ar puro coado pelos arvoredos... pois há nada mais frutífero e mais florido?

Quando no cérebro de uma criança se fixou uma vez uma ideia semelhante da Terra, é claro que esse cérebro, fatigado por um longo esforço da memória, se encontra no estado conveniente de papas para dissolver as novas camadas de instrução, com que o preparam a compreender a vida e entrar nela armado e prevenido.

Abençoada gente que permite, que induz, que aconselha, que incita a preparação de semelhantes atrocidades! (*Repórter*, 10-VIII-88).

Munido o aluno com uma noção nitida, exacta, lúcida e compreensiva do que a Terra é, torna-se mister descrever e definir (a definição é tudo, de sistema mnemónico) os seus acidentes.

O que é monte, montanha, serra? pergunta um compêndio de treze edições. — «São as porções de superfície adjacente com declive mais ou menos sensível.» De modo que, vista à distância de Lisboa, a serra da Arrábida é planície, se o adjacente se refere a nós: porque, sendo objectivo o adjacente, metade de uma serra deixa de ser serra para a outra metade da mesma serra.

Sobre as serras encontram-se às vezes bos-

ques. O que são bosques? «Bosque é a reunião de muitas árvores majestosas». Em não tendo majestade, não formam bosque.

E' nas montanhas que se rasgam os vulcões, acêrca dos quais lemos num compêndio serem montes que vomitam chamas e cinza; ao passo que outro compêndio, moderníssimo (1887), diz com mais amplitude: «Vulcão é uma montanha que arremessa pedras calcinadas, cinzas, lama, ou matérias em fusão denominadas lava.» E quando os vulcões não deitam mais do que fumo, acaso não serão vulcões?

E' sabido que as serras são mais geralmente desabitadas do que povoadas; é sabido que o próprio Sahará, o deserto tipo da imaginação dos compêndios, tem regiões montanhosas; mas nada disso obsta que o último autor da definição vulcânica diga assim:

«Desertos são as planícies vastas e estéreis, muitas vezes arenosas e queimadas por um sol ardente.» ; E se forem montanhas sem gente? ; E se forem vastidões geladas como as da Sibéria ou do Canadá? Era tão simples dizer que se chama deserto ao sítio que não é habitado! Era tão óbvio substituir os compêndios por dicionários!

«Lagos», continua o compêndio, «são pequenas (salvo quando são grandes) porções de água doce (salvo quando é salgada) cercadas de terra. Em tendo pequenas dimensões chamam-se

lagoas.» Estas pequenas porções que são uma cousa, e que em tendo pequenas proporções passam a ser outra, devem iluminar os cérebros infantis, à razão de setenta mil léguas por minuto.

Depois dos lagos, os pântanos, que «são pequenas porções de água estagnada de pouca profundidade que alaga a terra formando lôdo.» Se o querem mais claro, deem-lhe água... ou lôdo.

E rios? «Rio», diz o compêndio das treze edições, «é uma quantidade de água que se lança no mar. O que desemboca noutro rio chama-se confluente», quer dizer, é um rio que, sendo rio, não é rio.

Por isso, duma vez, um professor particular das nossas relações, querendo experimentar a dose de conhecimento real introduzido na cabeça dos seus discípulos, e tendo ouvido falar vagamente de outros métodos de ensino, foi-se com êles à Ribeira, no Pôrto.

— Isto que é, meninos? e apontava para a água.

— E' o Douro, responderam muito naturalmente os rapazes.

— Pois sim... Mas o Douro que é?

— O Douro? perguntavam os rapazes, mettendo os dedinhos no nariz ou coçando atrás da orelha. E' boa! O Douro é o Douro.

— Pois não vêem que é um rio?

Os rapazitos, calados, não perceberam. Rio para êles era uma quantidade de água que se lança no mar. O que desemboca noutro rio, chama-se confluente. Rio não é cousa nenhuma. Rio são aquelas palavras. Rio é o caudal de cretinização rolando impunemente, desgraçadamente, pelos cérebros plásticos da infância, e inutilizando-os para todo o sempre. (*Repórter*, 11-VIII-88).

Tornemos á vaca-fria dos compêndios.

Conhecida a terra e seus acidentes, convém incutir no ânimo da infância algumas noções práticas da sua exploração. O ensino moderno, banido o sistema ontológico e abstracto dos jesuitas, há de ser utilitário, positivo, scientifico. Que fazer para isso? O mesmo que no tempo do nosso immorredouro Garrett faziam os romancistas: ir aos figurinos franceses de tesoura em punho, corta aqui, corta ali, traduza, copia, arregla, e está pronto.

O ensino primário agrícola forma-se dêste modo: traduz-se.

Dir-se-ia que Portugal não é um país agrícola, que não tem costumes, tradições, culturas, nem sequer nomes, bento Deus!

«Escrevi êste livro para meninos», começa o autor, que ora se dirige às crianças, ora aos pais, naquêle estilo piegas e amaneirado, tão

diferente da ingenuidade adequada à infância, tão estranho ao carácter do português, inimigo dos diminutivos típicos da língua de Marivaux.

«Fazei do menino um pequeno quinteiro» (ou um quinteirinho, como se diria em português) fazei dêle um macaquinho, sabendo distinguir «o jumentinho do bom Deus» do «bichinho do Deus bom.» Se tudo isto não redundasse na cretinização das crianças, seria de estoirar de riso.

«Assentai a terra das vossas sementeiras, para que as vossas plantas germinem.» Em português, *vossas plantas* são os pés de cada qual. Começar a instrução das crianças numa língua mascavada, é o mesmo que principiar por obliterar nelas o vínculo mais persistente, mais genérico e mais profundo da alma nacional. E fazê-las ler *cassando, comudidades, maxo, colheitas*, etc. é contradizer gravemente o ensino da ortografia.

«Toca agora a sua vez às cenouras. É fora de dúvida que os meninos as terão trincado quási tôdas, mas é de tôda a necessidade que elles poupem pelo menos meia dúzia de pés dos melhores.» Então os meninos, quinteirinhos amadores, passaram o tempo a trincar as cenourinhas, mesmo cruinhas?

«Nada temos a recomendar emquanto aos morangos e às framboesas. Comem-se frescos: ninguém pensará em os querer conservar. Há quem os faça de calda e em doce.»

Depois destas claras e úteis noções acêrca dos morangos e framboesas, o compendiozinho francesinho, traduzidinho em portuguesinho, termina por esta idea:

«¿ Porque razão não há de haver para os meninos pequenos concursos (ou concursozinhos) agrícolas? »

Sim: ¿ porque razão não há de haver concursozinhos, onde os quinteirinhos, pedantezinhos, pronunciem discursozinhos macaqueando os seus papázinhos?

Incontestavelmente, *tudo são couzinhos*, como dizia o Garcia de Rezende. (*Repórter*, 14-VIII-88).

Vamos agora a ver que noções se dão à infância acêrca do nosso próprio país.

Como extensão, um compêndio *de 1887* diz que Portugal mede 435 milhas de comprimento — parece que o sistema decimal não vigora entre nós — e como geognesia diz que a terça parte do solo português é constituída de rochas vulcânicas.

Como clima, diz outro que « geralmente falando é saudável e temperado », havendo porém « lugares maus por húmidos e pantanosos », como, por exemplo, Bragança, Chaves, Régua, e as vertentes meridionais da Serra da Estrêla!

Esta idea de arranjar pântanos nos altos de montanhas e nas vertentes das serras, é digna

de passar à triste história da nossa instrução contemporânea.

Como etnografia, diz-nos o mesmo compêndio, ou outro, porque na espécie são todos igualmente bons, o seguinte:

«Os costumes dos portugueses são por assim dizer unânimes. A fisionomia ressent-se, em um dos tipos, da raça goda pela sua alvura, e em outros das meridionais pela tez trigueira».

Esta característica dos costumes por *unâni-
mes*, e da fisionomia pela distinção verdadeiramente singular de haver gente branca e trigueira, deve imprimir-se com energia nos cérebros infantis com traços vivos, sintéticos, para o desenvolvimento dos conhecimentos.

Depois, pelo que respeita à corografia política, encontramos descobertas pindáricas.

«O poder judicial», diz um, «compõe-se dos juizes de primeira e segunda instância e todos os mais empregados da justiça».

«Um certo número de concelhos», ensina outro, «constitui um círculo eleitoral e cada círculo elege *um* deputado».

«A indústria portuguesa», observa ainda, «vai chegando a um belo estado de perfeição». E como prova, aduz as fábricas de armas de Lisboa; ao passo que outro aponta a manufactura de sêda como principalmente desenvolvida em Trás-os-Montes e na Beira—onde se não tece um fio!

Informações numéricas, práticas, positivas, reais, sôbre a viação, a riqueza, a produção, o comércio, os portos, as superfícies, a população: informações dadas numa forma sintética, impressiva, que lance no espírito infantil os primeiros lineamentos dos quadros que os conhecimentos superiores hão de preencher— nada, pela palavra nada!

A instrução é como um quadro: começa-se por esboçar na tela, a carvão, os contornos e a composição.

Nesse esbôço está o quadro inteiro, mas como esbôço. Depois pinta-se: dá-se o claro-escuro e a côr, que são como os elementos do conhecimento posterior. Por fim retoca-se, afina-se, tratam-se com individualidade os detalhes, e a obra aparece pronta: um cérebro pensante, um quadro animado!

Mas se o primeiro esbôço, e os primeiros contornos, não forem a síntese rudimentar de tôda a composição, succede que por mais que lhe faça, o pintor ou o educador não produzem mais do que monstruosidades. É o que succede com os alunos, nas escolas superiores, onde chegam com a memória mobilada de trastes velhos e remendados, mas sem noção alguma sistemática da realidade das cousas.

Os compêndios fazem-se com três subsídios: o velho fundo de definições que foram exactas no seu tempo, as traduções mascavadas de

sciência moderna, e finalmente os farrapos de documentos oficiais inseridos sem nexos, propriedade, nem proporção.

Num compêndio, por exemplo, que tem onze edições, e a última de 1885, depois de se obrigar o aluno a decorar os nomes dos navios da nossa marinha de guerra, dá-se-lhe esta informação de um grande alcance: «Além destes navios vão fazer-se no estrangeiro mais duas canhoneiras e uma corveta.»

Daqui, os pequenos ficam, em 1888, sabendo das encomendas de 1885, o que é sério; e ficam sabendo que os navios portugueses se fazem fora—o que é tristemente verdade! (*Reporter*, 15-VIII-88).

Vamos agora à História, cuja definição encontramos assim num compêndio feito à moderna, isto é, com *sciência*:

«História universal, diz, é a que abrange o conhecimento de todos os factos físicos ou morais passados no Universo: isto é, à superfície da terra em todo o seu conjunto e na abóbada celeste ou mundos que a povoam.»

A história universal abrange pois as dinastias de Marte que é habitado, no dizer dos astrónomos, e as revoluções de Saturno; abran-

ge, porém, só os factos físicos e morais, excluindo assim os económicos, etc.

Dá vontade de suspirar pelas velhas cartilhas, quando lêmos os novos tratados, fazendo alarde de uma sciência de três ao vintem, meterem na cabeça dos rapazes disparates como êstes: «A matéria obedece ao artista, como a natureza obedece ao sábio. Já não há segrêdos, nem impossíveis... eis a melhor glória do século e dos homens!»

Por isso o rapazio nos sai com o pedantismo conhecido!

«A história antiga de Portugal», diz um compêndio que conta seis edições, sendo a última de 1886, «começa no dilúvio e acaba na fundação da monarquia». Outros querem que a história antiga comece noutras épocas diversas; de modo que a intelligência das crianças fica a razão de juro, e nem lhe ocorre indagar o que significará história antiga e história moderna.

Esta convenção tem como quasi tôdas o seu valor educativo; mas é necessário evidentemente que a convenção seja constante para significar alguma cousa. Quando os autores divergem na definição da pêra, o discípulo, trincando-a, faz a sua crítica e formula a sua definição. Mas para as épocas da história como há de ser?

Também julgaram bom introduzir *sciência* na história pátria, falar das origens, dar idea das instituições. Eis aqui o que se diz:

«Não descendemos dos lusitanos, e nenhuma nação moderna se honraria com tal ascendência: tão dados à rapina e de costumes tão notoriamente selvagens eram esses povos.» O orgulho natural da infância concorda por certo; mas se nas escolas primárias lhe deixaram alguma semente de raciocínio, o instinto perguntará: ¿De quem descendemos então, porque afinal é indispensável descender de alguém?

Amanhã o resto. (*Repórter*, 16-VIII-88).

«Vieram os godos e expulsaram os romanos. Descendem pois dos godos os portugueses, que também herdaram algum sangue mourisco.»

Ora aí está o que se chama dizer as cousas pelo seu nome, e, fazendo de Portugal um castelo de Chuchurumelo, dar aos rapazes noções exactas de história teatral. Entrou a comparsaria romana, que exterminou a comparsaria selvagem dos lusitanos. Depois os godos à espadreira mataram os romanos todos, ficaram de vez, e misturados com algum sangue mourisco deram de si os portugueses. Se as cousas se não representam assim nos cérebros dos adolescentes, a psicologia é um embuste.

Esta injeção da *sciência* inventora da paternidade dos godos-lites ou lígios, mesclados de mosarabes, devia completar-se com a outra dos turanianos, canários, americanos.

Ainda assim, mais vale a transcrição de Strabão, dos costumes dos *selvagens* lusitanos, que vemos noutra compêndio, o qual entende que efectivamente somos lusitanos: «Os lusitanos sustentavam-se especialmente de carne de bode, e não bebiam vinho: os habitantes das montanhas quási se limitavam a pão de farinha e bolota. Dormiam sôbre a terra, ou sôbre montes de ervas e palhas. . . » etc. Êstes selvagens eram porém os construtores das *citánias*, tinham leis, usos, língua, talvez escrita.

Somos, porém, ou não somos lusitanos? perguntará o discípulo. E os compêndios, aprovados todos, dizem-lhe ao mesmo tempo: Somos — não somos.

Francamente, valia mais o sistema antigo do Dilúvio, de Tubal em Setúbal, da aparição de Ourique e das côrtes de Lamego, porque era um sistema, — requisito primário, indispensável, para o ensino elementar.

As cabeçadas dos compêndios abalam os cérebros, cretinizando-os ou envenenando-os com o orgulho pedante da negação irracionada.

A história nacional é ainda hoje uma série de biografias dos reis, menos absolutista, mas, em compensação, mais prudomesca muitas vezes.

Por exemplo. Tem-se discutido assás, recentemente, o govêrno de D. Fernando, sem que isso todavia altere a noção clássica do carácter do soberano que *fêz fraca a forte gente*. Pois.

a crítica e o elogio de certos actos do *governo*, aplicada à idea pedagógica de que os *reis* são factotums, dá de si esta observação preciosa e sábia:

«Comparando as vantagens que êste rei produziu, com as desvantagens, poucas razões nos manifesta por onde possamos elogiar êste rei.»

De modo que para o pedagogo o essencial é que o rapaz se constitua em juiz, e, folheando a história, reparando nos retratos, lembrando-se dos *casos notáveis*, vá respondendo com o compêndio: Excelente rei! — Rei mais somenos... com um franzir de beiços. — Grande maroto de rei! com um sorriso; e — Jesuita! ao topar com D. João III.

É uma perfeição, pois não é? (*Repórter*, 17-VIII-88).

EXAMES

Abusariamos da paciência dos leitores, esgotando a nossa, se emprendessemos, com relação aos exames, uma viagem análoga à que fizemos pelo mar tenebroso dos compêndios.

É necessário, porém, que alguma cousa digamos para os desinteressados verem as torturas a que as crianças são submetidas nessa nova espécie de Inquisição, tão cruel como a antiga, e além disso parva.

Precisamente acêrca da Inquisição, é autêntica esta pergunta a uma criança de doze anos:

— Que pensa o menino a respeito da Inquisição?

Embaraçado, o pequeno, ou por cábula, ou por toleima apedantada, respondeu:

— A Inquisição teve cousas boas e cousas más.

E o pedagogo, ouvindo isto, sorveu a sua pitada, pulou na cadeira, e radiante:

— Disse o menino muito bem: cousas boas e também cousas más. Mas cousas boas... cousas boas! Estimo muito ouvir-lhe isso. Agora diga-me o nome dos santos patriarcas desde Adão até Noé.

E o pequeno disse a enfiada de nomes exdrúxulos que nem nem um só dos leitores conhece — garanto isso. Mas onde o rapaz estacou foi quando lhe pediram a prova do dilúvio ter sido universal.

— Pois não sabe?

— Não, senhor.

— A prova é encontrarem-se conchinhas nas areias dos pinhais.

Tais compêndios, tais exames.

Um examinador perguntava:

— Qual é o mar que ninguém deixa de ter?

E respondia, êle, triunfante da ignorância do discípulo:

— É o Kara (cara) está claro!



— E qual é o rio que tôdas as senhoras teem diante de si?

E perante o silêncio do examinando, respondia orgulhoso:

— O Don, menino, o Don!

Esta idea de transformar o ensino em charadas insulsas não deve deixar de registrar-se para escarmento dos que negam aos portugueses os dotes inventivos da imaginação.

(Repórter, 20-VIII-88).

Num livro, agora mesmo publicado, *O monopólio da sciência oficial*, que seu autor, o sr. Domingos Tarroso, teve a nímia benevolência de nos dedicar, encontrámos, com a narrativa documentada de uma das muitas atrocidades que se cometem nos exames, uma descrição quente dêsses actos.

Inserimo-la aqui, porque vem a propósito:

«Nos liceus, em quasi todos, os exames são feitos em saletas, do tamanho de quartos. Dir-se-ia que se trata de repelir os espectadores para melhor se depenar a vítima... O aluno fica entalado entre os três examinadores e meia dúzia de amigos dêstes, que de propósito occupam as seis ou oito cadeiras.

Cá fora, no corredor, e um pouco distante da porta que dois polícias defendem, *para não ser impedida a passagem*, senhoras e homens apertam-se, esticam o pescoço para dentro, e dirigem aos examinadores olhares supplicantes. É que lá está no garrote um filho, um

sobrinho, um irmão — rapazito encolhido, trémulo, titubeante, assustado, sem voz, sem palavras, sem ideas, quasi a chorar, como um pintainho levado por um milhafre.

A criança não pode dizer o que aprendeu e o que sabe. Não tem licença de falar. Há de responder unicamente e em poucas palavras às perguntas que o examinador lhe faz. O pedagogo interroga pelo seu compêndio, ou pelo de um amigo que lhe dá uma boa parte dos ganhos sôbre as vendas feitas.

Se o examinando estudou por outro livro e não repete mecânicamente as definições e as asneiras do volume que dá interêsse ao professor do liceu, está desde logo perdido.

O examinador quasi nunca pergunta as cousas simples, úteis, importantes, as cousas mais notáveis que veem em todos os livros e sabem todos os rapazes. Busca subtilezas, investiga hipóteses difíceis, argúcias embaraçosas, faz apenas interrogações enigmáticas ou dúbias, para poder aprovar ou reprovar o aluno à sua vontade.

Se um aluno, mais corajoso, quer falar, quer mostrar que aprendeu e sabe, o pedagogo, descarregando um murro na mesa, grita logo :

— Responda só ao que lhe pergunto.

E apresenta-lhe um enigma indecifrável.

O pobre rapaz, vendo que lhe não dão ensejo de mostrar o que estudou, compreendendo que não se pode fazer valer pelos seus conhecimentos, humilha-se, submete-se, e esforça-se por inspirar misericórdia com a sua humildade. Diz tudo o que os professores querem, balbucia, fala baixo, treme, tem a voz suplicante e as lágrimas nos olhos.

Então o examinador, triunfante, sorri desdenhoso e contente da omnipotência do seu poder; e às vezes, depois de atrapalhar e reduzir ao silêncio o aluno, aprova-o por complacência, como quem dá esmola a um pobre.

Pobres senhoras, lá estão dirigindo de fora, nos corredores, ao examinador, um sorriso afectuoso em que se pede misericórdia para um filho, para um irmão... Olha-se para qualquer lado e vêem-se as famílias das vítimas — figuras pálidas, sufocadas, suplicantes. Conhecem-se à primeira vista essas pobres pessoas pela sua perturbação e pela sua visível agonia.

Naquêles momentos a dignidade humana está ali abatida e caída — de rojo.»

Só não reconhece a verdade dêste quadro quem nunca assistiu aos exames. E os próprios que não assistiram, imaginam pelo número de cartas de empenho solicitadas pelos tempos agrestes da examinação.

Num país em que tôda a gente é mais ou menos empregado público, e em que o emprêgo reclama a certidão de exame, desde logo se comprehende a importância dêsse acto. Depende-se dêle como do pão para a bôca. É o alfa e o ómega da instrução, porque é o x do ordenado futuro. Todos os examinandos são amanuenses em botão. (*Reporter*, 22-VIII-88).

Queixam-se os pais da organização dos estudos, e nesta época do ano, que é tempo de exames, os clamores são, como é natural, mais vivos.

Numerosas cartas que diáriamente recebemos insistem sôbre êste ponto, chamando para

êle a nossa atenção. Uma dessas cartas diz o seguinte :

«Acabo de recolher a casa, depois de dois meses de completo isolamento em*** consagrados à preparação de meu filho para os exames que ontem concluiu. Foi para o pobre rapaz um período de trabalho insano, e não o foi menor para mim, que me vi forçado a acompanhá-lo constantemente nos seus estudos, entregando-me a uma vida de que estava já um pouco desabitua-do.

«Felizmente hoje tenho a satisfação de ver o meu rapaz livre da parte mais estúpida e mais tôla do curso dos liceus, sendo tanto maior a minha satisfação quanto tenho a certeza de que êle fêz os seus exames muitíssimo bem, e em alguns mesmo revelando muito conhecimento das matérias em que era examinado.

«Mas não imagina, meu caro amigo, como são dignos de dó os pais que tomam a sério a educação de seus filhos: instruir os rapazes e dar-lhes um curso oficial é hoje uma cousa quási impossível, graças aos desvelos dos que curam da instrução pública.

«Vendo o que são os exames nos nossos liceus, ouvindo os disparates que lá se dizem, tem-se a medida da realidade. Fervilham por êsse mundo professores e especuladores a quem o govêrno não exige habilitações algumas para poderem leccionar e abrir cursos, e os pobres pais, que não teem elementos para reconhecerem a competência daquêles a quem entregam os filhos, quando a reconhecem, vêm-se já lesados e prejudicados. E isto promete continuar, porque todos os pais se queixam, mas nenhum se revolta.»

Não é novidade para ninguém que a organização actual dos nossos estudos está abaixo da crítica. Queixam-se todos por essa Europa do

excessivo esforço reclamado aos rapazes, e há uma corrente no sentido de aliviar os programas. A degeneração física, a cegueira tão frequente, a excitação nervosa que principia na escola para se agravar cá fora com uma vida de luta feroz: tudo isso está mais do que apontado.

Mas entre nós o caso é outro, porque ao mesmo tempo que copiamos nos programas os quadros de disciplinas lá de fora, como nem temos compêndios, nem professores, salvo rarríssimas exceções, sucede que não derreamos os rapazes, não, mas embrutecemos-os com um ensino que é, como quasi tudo, uma hipótese apenas, no fundo da qual está uma grande ignorância de mãos dadas com bastante especulação.

(Repórter, 6-VIII-88).

SOBRE O ENSINO DA HISTORIA

No seu artigo, V., permita-me a expressão, *prend le bœuf par les cornes*, atacando o problema da instrução prática pelo tema do ensino da história. Com efeito, ¿ como se há de chegar a um método indiscutidamente assente, se se não tem uma noção clara do que a História é em si? Não me refiro agora ao nosso país: refiro-me à filosofia e à pedagogia europeas.

Chama-se, quanto a mim, História a muitas e diversas cousas, que todavia se podem reduzir a duas grandes divisões: a) a indagação e a exposição das causas de tôda a espécie que influíram na vida das sociedades, b) a narrativa didáctica ou artística dos acontecimentos, individuais ou colectivos.

Ambas estas cousas são história: tanto é história, v. g., o tratado das instituições nacionais que enchem o 3.^o e 4.^o vol. da *H. de P.* de Herculano, como a pitoresca vida de D. João I, na crón. de Fernão Lopes. Tanto são história as biografias de Plutarco, como o *Gouvernement représentatif* de Guizot.

Há portanto aqui uma indeterminação de assunto; e antes de a liquidar não é possível, a meu vêr, formular conclusões pedagógicas, embora seja possível ter ideas sãs sôbre o ensino. Se tiver paciência para ler até ao fim êste meu arrazoado, verá que as ideas do seu artigo são as que tenho acêrca do problema.

Quanto a mim a indeterminação a que me referi resolve-se desde que analisemos bem as noções de Sciência e de História. A primeira expõe abstractamente o sistema de leis a que obedece um certo corpo de fenómenos reais; a segunda narra concretamente, isto é, com relação ao tempo, a forma por que os factos nos apareceram. Assim, ao lado de cada sciência, há a história respectiva. Ao lado da cosmogra-

fia há a história das revoluções ou evoluções da Terra e dos astros no largo decurso dos séculos. Ao lado da *nomologia* há igualmente a história das revoluções e das evoluções das sociedades humanas. Por *nomologia* (sciência das leis) entendo aquilo a que hoje se chama, sem critério e com barbarismo, *sociologia*. É a sciência que nos ensina como, de que modo e por que vias, as sociedades humanas passam invariavelmente, v. g. do comunismo primitivo, se nos referirmos à propriedade, para o regalismo em que tudo pertence ao soberano; daí para o feudalismo, em que a soberania se fragmenta e com ela a propriedade; do feudalismo para o individualismo em que a propriedade é o distintivo do cidadão; daí finalmente, por uma inversão de processo, para o colectivismo, aspiração hodierna das democracias e que parece ser neste ramo o térmo da história social. Se a cada uma das manifestações sociais-humanas fôsse a estabelecer um quadro paralelo, esta carta jámais teria fim. Tentei esboçar algumas ideas neste sentido no meu livro «Quando das instituições primitivas».

Portanto, a meu ver, há um corpo de leis fixas, tão fixas como as da física, embora sejam mais emmaranhadas e mais complexas: um corpo de leis que constituem a *nomologia* e a que obedecem tôdas as sociedades na sua história, isto é, no desenvolvimento das fases su-

cessivas da sua existência, e quaisquer que sejam as diferenciações que a climatologia, a etnogenia e por fim o acaso determinem realmente a essa existência.

Algum homem de génio fará um dia o livro elementar que dê assim base racional ao que hoje se chama o ensino da História. Necessita-se o Ganot para esta espécie de física. Enquanto não vier, êsse ramo de ensino padecerá sempre do vício inevitável da falta de compreensão exacta do assunto a ensinar. Quando houver (e já estivemos incomparavelmente mais longe dêsse dia) o *compêndio de nomologia*, os estudantes em pouco tempo ficarão sabendo como vivem e foram, constitucionalmente, tôdas as sociedades humanas; da mesma forma que, por um compêndio de zoologia, se conhece a existência das abelhas, sem se ter de estudar a história particular de cada um dos enxames dispersos sôbre a terra.

É matéria de curiosidade, ou de erudição, e também de arte. E não pode negar-se o valor educativo de nenhuma dessas formas do conhecimento, paralelas à sciência. Mas, sob o aspecto pedagógico, o essencial é introduzir na construção intelectual do homem noções claramente científicas, para que êle possa depois, e autodidacticamente, explorar a erudição, ou a arte, com vagar e vocação.

Emquanto, porém, o ensino do que chama-

mos história não atinge carácter propriamente científico, somos forçados a optar entre dois métodos: o da erudição e o da arte. V. prefere o segundo, e também eu. Pretender catalogar e introduzir nas cabeças juvenis róis indigestos de factos sem nexos, ou, o que é pior ainda, coordenados por modos arbitrários e com filosofias esdrúxulas em que a gente é forçado a rir (ou a chorar) da imbecilidade pretenciosa dos arvorados sábios—é absurdo de marca maior. Estou em dizer que é até um crime. É absurdo porque, segundo o prolóquio, é metter o Rossio na Bitesga; é crime porque assim se emparvece a juventude, ou pedantizando-a, ou inculcando-lhe um justíssimo horror ao estudo.

Se eu tivesse, nos nossos dias, a honra de ser professor de história, fazia exactamente como v. diz: escolhia um tema circunscrito, projectava sobre elle tóda a luz de que dispusesse, estudava-o com amor, e acabava o curso dizendo aos meus alunos: assim como fiz, fazei. Estou certo de que elles haviam de tomar gosto ao exercício, descobrindo o encanto extraordinário que há no estudo da sociedade humana. Advirto porém que tinha de começar por pôr de parte o compêndio, e mais depressa ainda se o visse architectado *a la moda* com antropologias e assiriologias.

A êste respeito, minha senhora, permita v.

que cite aqui um traço autobiográfico. Na minha infância, quando andava nas primeiras letras, todos os dias terminavam os cursos por se reunirem os rapazes e ouvirem umas estrofes dos *Lusiadas* lidas a alta voz por um de nós. Corria a roda. Pois posso asseverar-lhe que ainda hoje recordo com saudade essas leituras, e creio não errar dizendo-lhe que nelas aprendi mais história portuguesa do que nas vidas dos reis.

É verdade, e tanto verdade isto, que nem me lembra mais por que livro se ensinavam.

Já v. vê, pois, que concordo plenamente com o artigo, e entendo que a história não pode hoje ensinar-se senão apelando para a imaginação das crianças: isto é, artisticamente. Tempo virá, e não será talvez distante, em que possa ensinar-se *racionalmente*. Isso porém que se serve à infância e à adolescência, apelando exclusivamente para a memória, é exercício estéril de erudição, quando não é pior: um mistifório de sabenças pedantes, guisado com mólhos requintados de filosofias de contrabando. — (De uma carta a D. Cecília Schmidt Branco, a respeito de um seu artigo sôbre o ensino da história; *Revista de Educação e Ensino*, p. 348).

EDUCAÇÃO POR «JESUITAS»

Parece querer recrudescer entre nós a campanha contra o que noutro tempo se chamava «Reacção» e hoje se denomina «Os Jesuitas»: querer recrudescer, entendamo-nos, o espírito de hostilidade azêda contra as corporações que por êsse Portugal fora educam crianças ou albergam pobres e enfermos, inspiradas por motivos de proselitismo religioso.

Não pode haver dúvida neste ponto; mas a nosso ver não basta isto para sua condenação. Em primeiro lugar, pelo que respeita ao estrito direito, falta ver se associações, com os estatutos em regra, estão, ou não estão, ao abrigo da lei. Em segundo lugar, e mais importante, cumpre saber se o ensino e os socorros ministrados nesses institutos são melhores ou piores do que os das instituições seculares — *leigas*, segundo se diz à-la-moda.

O facto de numerosas pessoas, cuja liberdade de pensamento é conhecida, confiarem a educação de seus filhos aos estabelecimentos chamados *jesuitas* depõe sem dúvida alguma contra a qualidade do ensino chamado *leigo*.

E, por fim, o bom senso está-nos segredando esta pergunta: ¿é tão mau como isso que as crianças recebam com a primeira instrução um

bocado de sentimentos religiosos? ; estamos fortes de carácter e pensamentos cívicos, a ponto de podermos substituir com êles essa iniciação ideal que os dogmas prestam? ; está averiguado que a abnegação, o carinho, o amor, indispensáveis à educação da infância e ao socorro dos pobres e enfermos, se conseguem mercenariamente à razão de tantos réis por dia, como incontestavelmente se obteem quando o espírito dos que tratam, ou dos que ensinam, está mais ou menos dominado pelo fervor religioso, e crente de que de tal forma serve a Deus e conquista o céu?

A questão é porventura a mais grave de todas, para os que preferem olhar para o futuro. Resta saber que espécie de homens se estão formando nas famosas escolas *leigas*, e com o ensino estapafúrdio dos nossos liceus. A utilidade comum aconselharia a investigar previamente todos êstes pontos, antes que o jacobinismo de uma certa opinião pública suscitasse questões irritantes.

Não há mal que não tenha o seu bem; e o bem desta nossa apatia por tudo o que diz respeito à vida moral e intelectual é o progresso incontestável dum certo espírito crítico, tão alheio ao jacobinismo que noutro tempo queria «enforcar o último rei com as tripas do último padre», como ao pietismo que para tantos mal se compadece com os progressos do saber. Êsse

estado de espírito é o dos que, a-pesar-de livres pensadores, acham preferível confiar a educação dos filhos aos *jesuitas*.

Isto é sem dúvida preferível à irritação produzida pelas questões religiosas. Apelamos portanto para o bom senso, e em nome dêle recomendamos, se nos é lícito, que ninguém se deixe embalar pelas palmas de uma popularidade do pior quilate; pois fazendo assim sacrificam, a nosso ver, com as melhores intenções, é claro, os interêsses superiores da conservação aos pruridos de um suposto progresso e de uma irrisória liberdade. A liberdade fêz-se para todos, não foi só para nós. (*Repórter*, 22-VI-88; ç ter-se-ia lembrado Oliveira Martins, ao escrever êste artigo, de que o mais formidável propagandista contra a escola *jesuita*, aqui defendida, foi... Oliveira Martins?)

LIVRO QUARTO

PROBLEMAS MORAIS
CONTEMPORANEOS

REQUIEM AETERNAM!

Dobram os sinos em todos os templos, seguem pelas ruas as multidões vestidas de dó, regorgitam os campo-santos; os túmulos estão cobertos de flores, e no interior das capelas sepulcrais brilham as luzes mortíferas como em noites enubladas se vêem, através dos farrapos obscuros no firmamento, tremer as estrêlas com uma côr avermelhada e fúnebre.

E' o dia consagrado aos mortos. E' o dia funerário. Consagremo-lo também nós hoje a êsse defuncto dos céus, ser que perdeu a alegria dos bons, com a saúde, com a generosidade do coração e as ambições da intelligência que outrora o levavam de azas abertas no espaço azul das quimeras, cantando hinos, rasgando os ares com os lanços magníficos do seu vôo épico.

Consagremos o nosso artigo ao Mundo —

êsse defunto colossal de que nós fômos as crisálidas e de que hoje sômos as larvas sepulcrais. Andámos em tôrno dêle, dissipando as nossas fôrças; medimo-lo, escavámo-lo, agrihoámo-lo, escravizando-o e conquistando-o em tôda a sua amplitude. Trilhámos todos os mares, devassámos todos os continentes, desembarcámos em todas as ilhas e penínsulas, cegos de ardor, acesos de ambição, embriagados de esperanças; e hoje que podemos, como os velhos imperadores das lendas, pesar o globo numa das mãos, avaliamos a sua pequenez e quanto é grande, incomparavelmente grande, sem todavia ser infinito, o espaço que o nosso pensamento abrange.

Matámo-lo, ao Mundo. Era para nós, na nossa infância, como a bola de sabão das crianças que soprada se enche, irisando-se de côres... Mas êsse balão estalou, o Mundo partiu-se, e as côres perderam-se como puras ilusões. Desde que o conhecemos, depois que o dominámos, o Mundo morreu; porque se foram as vagas ambições dos países ignotos, as côres irisadas da fantasia. Hoje o Mundo é para nós como a bola dum bilhar a que a ambição soez, o interesse mesquinho, a vulgaridade rasteira servem de taco empunhado pela mão invisível do Destino.

Dobrem os sinos, ardam os círios funerários, que o Mundo morreu!

E' o triste condão da nossa apócrifa realza humana despedaçar com a idea tudo aquilo que alcançámos com a vontade. No dia em que vencemos, nesse dia caímos perante o Nada absoluto da vitória. Arrastam-nos miragens, embriagam-nos ilusões. Tôdas as paixões, tôdas as ideas, tôdas as ambições que nos incitam, galvanizam-nos emquanto as não realizamos. Palpando-os nas mãos, fazem-se em pó. Conquistar o Mundo, escravizá-lo, rasgar-lhe o ventre e beber-lhe o sangue e a medula: essa ambição inerente à nossa qualidade parasitária — realizámo-la: por isso vemos hoje que o mundo morreu para nós.

Enleiámos-te numa rêde de aço cujas malhas medem quatrocentos mil kilômetros de caminhos-de-ferro; agitámos até ao âmago os teus mares, os teus golfos, os teus rios e os teus lagos com o revolver febril de um milhão de hélices, batendo constantemente as tuas águas, desvendando os teus mistérios, rasgando-te feridas cujos lábios são de espuma e se arrastam, alastrando-se melancolicamente na esteira dos navios sôbre o anil escuro e palpitante das águas. Retalhámos-te a cada passo em túneis e trincheiras colossais; amputámos-te em cada membro, cortando ístmos, rasgando portos e baías. Soldámos com pontes e viadutos os braços destacados das tuas montanhas. Fizemos-te veias artificiais, canalizando rios; e roubámos-te o

segrêdo da tua luz misteriosa, indo buscar o petróleo aos teus lagos interiores, o gás à alma das tuas hulhas, e a electricidade ao fluido nervoso, inominado e ignoto, que te circula de polo a polo.

Mataram-te, Terra; e é por isso que os sinos dobram, e que as gentes vão pelas ruas vestidas de dó, pranteando o passamento do grande defunto.

Como termitas num madeiro, os homens penetraram na tua epiderme em poços que medem kilómetros, alastrando-se por galerias cuja rêde assemelha a rêde das ruas das cidades levantadas à luz do sol; e nesses antros obscuros roeram sem cessar, arrancando desapiadadamente o melhor das tuas vísceras — a hulha que é o calor armazenado no teu seio, e os metais de incrustação das tuas velhas caldeiras, quando eras ainda um sol e palpitavas em ebulição, vomitando golfadas de lume e nuvens de vapores em que vinha o teu álito de ferro, de cobre, de chumbo, de prata, de ouro...

Do ouro fizemos um Bezerro gigante, e de joelhos, de rastos, levamos a vida insípida a adorá-lo. O bronze sôa nos coruchéus das igrejas, o mármore alveja nas ruas dos cemitérios; mas de tudo quanto te despojámos, Terra, nossa mãe devastada, é o Ouro que luz e que tine em nossas almas, como círio funerário e dobre de finados pelas antigas irrisações do

globo, quando eras para nós como a bola de sabão dos brinquedos da infância.

Lançámos-te sôbre os rins os cáusticos das lavouras exaustivas e secámos, na ânsia de ganhar, os úberos prenhes que nos oferecias. Ordenhámos tanto, com tanta fúria, que hoje temos que beber sangue, porque o leite secou-se. Ferida, paralítica, envenenada, com êsse sangue em decomposição e cariados os ossos, caíram-te os cabelos e as barbas. Estás nua de florestas, engelhada e fria como é próprio dos cadáveres. Necessitámos da tua cabeleira de matas para suporte dos nossos trilhos de ferro e para alimento das fornalhas colossais da nossa indústria. ¿Levantas ao ar os crânios escalvados, gigante de mil cabeças que se chamam Himalaia e os Andes, o Atlas e os Alpes? São crânios de um esqueleto sôbre o qual passaram miríadas de insectos famintos.

Morto e em decomposição, com os gases do apodrecimento vingas-te ainda das torturas que te inflingimos: dás-nos explosões que são terremotos ou desabamentos incendiados no interior das minas obscuras onde moirejam para nós os nossos escravos. Dás-nos temporais e ciclones, despedaçando num instante as cidades flutuantes que navegam nos teus mares, resumos de vida e fôrça, como os glóbulos rubros que navegam no nosso sangue. Os miasmas da tua decomposição trazem à gleba apodrecida os

carbúnculos, os filoxeras, os bacilos, as moléstias da vegetação e a cólera que nos mata como um raio.

Sôbre a tua pele gangrenada formaram-se os furúnculos gigantescoes que se chamam Londres, Paris, Berlim, Viena, Nova-York, metrópoles de uma civilização materialista onde a crápula dá o braço ao luxo; e nesses desertos ou florestas vivas de bipedes humanos o sentimento da humanidade perdeu-se, alastrando-se a bestialidade instintiva como as matrêporas nos baixios aparcêlados do mar. Gânglios cancerosos, absorvem a vida raquíica dos campos; e quando o Destino cego, que governa êste mundo abastardado, mete na mão do Acaso um bisturi medonho, da lancetada rompem labaredas, estala a fusilaria, como agora estala nos sinos o dobre de finados, e vêm-se pelas ruas de Paris, de Londres, de Charleroi ou de Filadelfia, as procissões de miseráveis, prêgando o saque, gritando blasfemias e pedindo vingança.

Por isso as multidões vestem hoje de dó, chorando o passamento de um Mundo; e as violetas depositas nos túmulos acordam-nos melancòlicamente a saudade dêsses dias, talvez nunca vividos, dêsses dias acaso imaginários, em que no globo da Terra se irisava a luz como nas bolas de sabão das crianças, listrando-o das côres do arco íris de esperança, de paz, de glória, de virtude.

Requiem æternam, dona ei Domine!

Descanse o cadáver do Mundo na podridão da sua cova, torne-se pó o que era pó, pedra o que foi fogo; mas quando nem já restar uma pálpebra cobrindo uma lágrima, nem um lábio soltando um soluço; quando no seio da Morte a memória de tôdas as agonias tiver passado, por sôbre os ignotos oceanos de pedra e cinzas pairará ainda, sempre, eternamente, o único sol sem manchas, o único astro que se não consome — o pensamento, isto é, o bem, a caridade e o amor imarcessível! (*Provincia*, 2-XI-86).

OS COSTUMES E AS LEIS

Diminui todos os dias o número dos retardatários que, lendo pela cartilha velha, supõem estar o segrêdo da felicidade social na promulgação de leis sábias e justas. A lei é apenas o espelho que reproduz uma imagem. Essa imagem está nos costumes.

Nós também somos dos que, segundo o disse ainda há pouco a palavra eloqüente de António Cândido, não distinguem entre costumes pessoais e políticos. Para que a acção pública de um homem seja fecundamente duradoura, é necessário que o seu carácter seja também immaculado.

A queixa tantas vezes formulada pelos homens da geração que nos precedeu — as leis são boas, os homens é que são maus — condenava esta sociedade, porque não pode haver leis boas e homens maus simultaneamente, uma vez que deixa de ser lei aquilo que está escrito, mas não se cumpre.

Seria um quadro, ao mesmo tempo desolador e curioso, o de tôdas as leis que os costumes pervertem ou deixam cair em obliúvio, na própria hora muitas vezes em que foram promulgadas; porque é um carácter necessário do desacôrdo das leis e dos costumes o facto da indifferença dos homens pelos preceitos que deviam regê-los e consequentemente a falta de propriedade, e até por vezes o próprio disparate, nas disposições legislativas.

A falta de acôrdo entre as leis e os costumes torna as primeiras letra morta e introduz a anarquia nos segundos. Daí vem a realidade do conhecido ditado: as leis são teias que prendem as moscas, mas que os moscardos rasgam. Êste aforismo denuncia a consciência vulgar da impotência da lei, ou, por outra, da anarquização da sociedade.

Na máxima parte, senão em tôdas as cousas humanas, é quási impossível discriminar as causas e os efeitos. Assim, a fraqueza da autoridade e o inadequado das leis provém da dissolução dos costumes, mas por seu turno são

causa de agravamento da decadência dêsses mesmos costumes. Demos um exemplo: a preguiça e a dissipação entram sem dúvida alguma na emprego-mania, que desorganiza as nossas finanças e tem como consequência a exorbitância dos nossos impostos indirectos; mas essa exorbitância faz com que defraudar o fisco não seja por quasi ninguém considerado um crime.

Por isso, repetimos, não pode haver distincção entre costumes pessoais e politicos; e acrescentamos: só são sábias e justas as leis que exprimam com exactidão o estado moral de uma sociedade, abstraindo por uma forma prática daqueles doutrinarismos com que se embriagavam nossos pais, bem mais felizes do que nós, porque tinham ilusões.

Não se julgue, porém, que levamos êste modo de pensar até ao paradoxo de dizer que numa sociedade onde, por exemplo, a promiscuidade é dominante, a lei deveria deixar de reconhecer o casamento; porque na redacção das leis colaboram dois princípios — o moral, ou conservador, que tem em vista os ideais tradicionais, e o politico, que tem em vista a actualidade social. É por isso que, seguindo o exemplo apontado, nas sociedades que se encontram no estado da francesa de hoje ou da romana do principio do Império, as leis de divórcio traduzem as duas tendências, a moral e a politica.

Ai, porém, dos povos amesquinados até à

degradação miserável de não obedecerem a nenhum princípio moral, de se moverem apenas no círculo estreito dum egoísmo reles; ai dêles, porque perdem, com a noção dos princípios de conservação, a inteligência das necessidades políticas. Não se pode traduzir em leis um egoísmo exclusivo, porque o egoísmo é por essência anárquico e a lei por natureza orgânica.

É por isso que, quanto mais desmoralizada estiver uma sociedade, tanto mais numerosas, mais extensas, mais inadequadas, mais desconexas, mais alheias às necessidades e à realidade social, serão as suas leis—fôlhas soltas de um livro despedaçado que o vento da anarquia lança nos ares, para voltearem efémeras um instante, perdendo-se logo nos páramos do esquecimento.

Ora pois: um dos traços que mais depõem contra a estabilidade das nossas sociedades e contra o equívoco de algumas das nossas instituições é o colossal amontoar de leis que os parlamentos fazem e desfazem constantemente, à imagem da espôsa de Ulisses quando fazia e desfazia a teia legendária. Mas se Homero atesta a castidade de Penelope, outros querem que, mesmo tecendo e desfiando, se prostituisse com Hermes, dando origem ao deus Pan.

Não nos é possível seguir a versão homérica na aplicação do conto ao parlamentarismo, porque desgraçadamente sabem todos que as leis,

além dos defeitos inerentes ao espirito doutrinário com que em geral são feitas, obedecem também freqüentemente ao estado menos límpido dos costumes políticos.

Uma sociedade que não pode exprimir os seus costumes, as suas ideas íntimas, as suas ambições, a sua alma, ou porque nada disso possui, ou porque tudo isso é lama; uma sociedade assim, é uma sociedade perdida. As leis são-lhe um fardo e uma hipocrisia. Ri-se delas, e só lhes obedece quando não pode fazer outra cousa.

É então que à indiferença de uns corresponde a astúcia de outros. Uns deprezam a política porque os enoja, outros porque lhes não dá lucros. Uns exploram a política por vaidade, outros por interêsse.

Dividida a sociedade nestes dois grupos — os egoistas, por nojo ou por interêsse; e os políticos, por vaidade ou por cinismo — a mola real partiu-se, a coragem foi-se, a esperança bateu as asas para a nebulose das quimeras, e, ao lado de rebanhos de gente que pasta, aparecem bandos de especuladores que os ordenham, até que um dia o úbero, em vez de leite, dá sangue, e o rebanho, ou foge, ou marra.

Fugir, neste caso, significa emigrar: marrar significa insurgir-se. De ambas estas espécies de reacção é exemplo actual e eloquente a Irlanda. Não se creia que fazemos quimeras no ar. (*Província*, 9-IX-87; v. nota a êste artigo no fim do vol.)

LEI E COSTUMES

Acima ou ao lado de tôdas as questões doutrinárias que sucessiva ou alternadamente orientam a acção política está o facto da selecção da classe dirigente, facto que provém do temperamento e dos costumes da sociedade. A nobreza de sangue era a natural dirigente das nações no período aristocrático puro, quando os vínculos consanguíneos formavam, primitivamente, o único princípio de coesão social. De acôrdo, o costume e a lei sancionavam-lhe o poder. Militarizadas as sociedades no período guerreiro, a nobreza adquiriu êste carácter, poluindo-se, porém, desde que o esforço e valentia dos capitães *parvenus* forçava o ingresso no grémio até então sagrado. Já o costume primava sôbre a lei, já o facto não apresentava um acôrdo completo com o direito. Mas, por isto mesmo, o direito se transformava. Ao remoto princípio natural da consanguinidade juntava-se, e subalternizava-o, o sistema complexo de princípios abstractos formulados pela jurisprudência romana, ainda hoje vigente nos códigos.

A soberania do Estado, a dignidade do homem, o princípio da propriedade, são as três colunas basilares do edificio novo que se

substituiu à primitiva sociedade aristocrática, familiar, ou consanguínea, constituída por *gentes*, governada pelos anciãos ou maiores na idade, quer dos indivíduos, quer da ascendência. Foram os costumes militares que determinaram a alteração gradual dos princípios constitucionais. A cidade romana antiga, tão admiravelmente desenhada no livro célebre de Fustel de Coulanges, transformou-se, com a guerra, na república tão genialmente estudada por Mommsen, quer no carácter dos seus princípios jurídicos e das suas instituições, quer nos movimentos trágicos da sua história típica.

O protótipo do antigo membro da classe dirigente era o ancião, o pai, quando o govêrno consistia em um patriarcado: e passou a ser o juiz quando o govêrno se tornou em aplicação estricta de princípios de direito abstracto.

A classe dirigente da Roma republicana é a dos juristas; e outro tanto succede nos tempos modernos da Europa, quando ela, passado o período atávico da idade média, em que surgem anacrònicamente as velhas instituições patriarcaes e o militarismo determinado pelas guerras da queda do Império, volta a reconhecer e a governar-se, monárquica ou republicaneamente (o que é agora indiferente) segundo as regras do direito romano.

O conflito histórico entre os princípios basilares da sociedade, que são o direito e os costumes, um exprimindo a tradição, outros os movimentos de transformação social incessante: eis aí a origem da imoralidade política. Não há período mais constitucionalmente imoral do que a idade-média: a época do roubo e da bastardia. Faltando a estabilidade de relação entre o que o direito ensina e o que o facto diz, essa falta reage sôbre os caracteres, que se encontram tanto mais abandonados aos impulsos do instinto, quanto maior é a sua energia e a sua capacidade de acção.

Em tempos antigos, quer nos remotos, quando a guerra transformava as sociedades patriarcais, quer nos modernos, quando o barão medieval rasgava com a espada os preceitos de códigos obliterados, o soldado é o homem eminentemente imoral. Intervém na política e domina a sociedade que se transforma, impondo a sua fôrça, escravizando a nação, obedecendo apenas aos ditames violentos do seu instinto.

Pois como os da idade-média hão de aparecer ao futuro êstes nossos tempos, em que a fórmula do conflito entre as leis e os costumes se repete, alteradas porém as fisionomias dos agentes.

As três colunas basilares da sociedade, segundo o direito romano,— autoridade, liberdade,

propriedade: a soberania do Estado, a autonomia do indivíduo, o carácter sacrosanto da aquisição; essas três colunas, se não caíram ainda por terra, feitas em hastilhas, oscilam no ar ameaçando ruína com os alicerces gravemente minados. Do mesmo modo, a classe dirigente dos juristas acha-se hoje na situação dos velhos anciãos perante a fôrça turbulenta dos guerreiros. Em vez de dirigirem, obedecem. Passaram à condição de caixeiros de bancos novos da indústria e da finança, que tem neles os escribas submissos encarregados de redigir leis segundo as fórmulas caducas do período jurídico, mas inspirados pelo espírito novo do período utilitário.

E' que as sociedades modernas passaram successivamente dos costumes religiosos do patriarquismo para os jurídicos do romanismo, e passam agora com franqueza para os costumes egoistas do utilitarismo. Dizer se isto é um progresso, excede os limites dêste artigo: basta consignar que é um facto.

E como a sociedade é utilitária nos costumes e doutrinária nas fórmulas constitucionais, jurista nos lábios e egoista no coração, a política é necessariamente imoral, pois não há concordância entre o princípio formal e o agente real. A classe de facto dirigente é a bancária e a industrial; a classe que simula dirigir é a dos juristas, reduzidos à condição mesquinha e

degradante de instrumentos mais ou menos conscientes, mais ou menos salarizados da oligarquia dominante. São apenas procuradores de interesses alheios, o que não seria imoral; mas são-no, tendo de fingir que governam, o que é inconseqüente. Se funcionassem claramente como advogados, não havia irracionalidade no acto; mas é que a condição das cousas impõe-lhes a obrigação de figurar de juizes no palco político, assim reduzido a não ver representar senão farças.

Por isso, a questão incessante das incompatibilidades políticas não é mais do que o reflexo do conflito entre as constituições e os costumes; e é irresolúvel, enquanto êsse conflito não fôr resolvido.

A falência recente do *English Bank of River Plate*, em Londres, provocou agora em Inglaterra o debate acêrca da incompatibilidade dos officiais públicos para o exercicio de funções em companhias comerciais. O primeiro lord do Almirantado, lord George Hamilton, era um dos directores do banco. O sub-secretário dos negócios externos é director de várias companhias, e a generalidade dos deputados são-no também.

Evidentemente, se a função do govêrno é, segundo a lei diz, uma magistratura, o juiz, isto é, o ministro, o deputado, o funcionário, não pode envolver-se em negócios particulares,

pois tem de ser como a mulher de César, sob pena de descrédito formal das instituições pelo descrédito dos representantes.

E é isso o que sucede, porque os supostos juizes não se limitam aos negócios particulares: fazem-nos até com o Estado, em companhias contratadoras, sendo assim juizes em causa própria, o que é evidente monstruosidade.

E isto dá-se, não podendo evitar-se senão limitada e contraditòriamente, porque o governo já não é uma magistratura, mas sim uma administração ou agência de negócios: e porque a sociedade, nos seus costumes, não é já uma entidade jurídica, mas sim uma companhia comercial, obedecendo a princípios egoístas, embora as constituições e as leis, inspiradas em arcaísmos, digam cousa diversa.

O facto é êste: a política é essencialmente imoral, desde que está em conflito a realidade dos costumes com a letra das leis.

Mas como os indivíduos não podem ser responsáveis pelo momento em que vieram ao mundo, e como em sociedades democráticas ninguém pode nem deve eximir-se ao exercício das funções políticas, o problema é diverso pelo que diz respeito à moral individual. A definição mais nítida que êste sentimento adqui-

riu nos nossos tempos repugna sem dúvida o bandoleirismo que em outros tempos exerciam ingenuamente os barões escudados pela fôrça dos seus homens de armas. E mais repugna ainda a rapina exercida pelos barões de hoje, escudados pela fôrça dos milhões, manobrando com astúcia, combinando com arte e servindo-se, como instrumentos, dos políticos vis que exploram na qualidade de caixeiros os lugares que ocupam, valendo-se dos equívocos resultantes dos conflitos entre os costumes e as leis. Ao menos o barão antigo, como o salteador de hoje, arriscava a própria pele nos combates. O de agora arrisca apenas o dinheiro... alheio; e o agente político nem pode arriscar uma reputação que não tem.

O inquérito a que se está procedendo em Ottawa, no Canadá, é um exemplo entre centenas do descaramento dos costumes políticos. Um empreiteiro, por nome Mac Gregor, depõe ter pago a sir Henry Langevin, por contratos que a sua firma celebrou com a repartição das obras públicas, 10.000 dollars em 1887, com destino a despesas eleitorais. O mesmo cavalleiro recebêra outros 10.000 dollars de um tal Murphy que os entregára ao filho para os entregar ao pai. Outro funcionário, por nome Parley, engenheiro chefe da repartição das obras públicas, recebêra 2.000 dollars, e outro ainda, chamado Chapais, genro de Langevin,

tivera 3.000 para comprar o jornal *Courrier*. O quadro é completo, embora não seja novo. Eleições, imprensa, repartições, tudo ruído pela simonia. É sabido que os ingleses são os lacedemónios de hoje, mas deve confessar-se que êste paradigma reproduz-se por tôda a parte, em maiores ou menores proporções.

Por tôda a parte a vileza corrompe as instituições e a política.

Por tôda a parte os negócios do Estado estão inquinados da mesma lepra. Por tôda a parte os políticos são a mesma cousa. Por tôda a parte os *brasseurs d'affaires* compram as câmaras e a imprensa e as repartições. Por tôda a parte quem quere que tenha o sentimento da dignidade própria se afasta, apertando o nariz, dessa podridão mal-cheirosa e tão repugnante nos que cômpram como nos que vendem, ou se vendem.

¿E vem porventura isto de que os nossos tempos sejam intrinsecamente mais imorais do que outros? Não, por forma alguma, pois, ao contrário, nunca a moral pessoal foi mais levantada. Vem do equívoco universal em que as sociedades se agitam presas a fórmulas constitucionais transactas, agitadas vivamente por um espírito diverso. Jura-se ainda nos lábios pelos *imortais princípios* proclamados na revolução francesa, quando a verdade é que a agitação declarada do operariado reclama a

constituição de fórmulas sociais que se não conteem nos famosos direitos do homem. Jura-se ainda pela soberania dos Estados, quando ó instinto cosmopolita lavra nos costumes, pondo em cheque o patriotismo. Jura-se ainda pelo direito romano, quando o colectivismo parece em vésperas de incendiar o velho mundo. *Aspice convexo nutantem pondere mundum*, como diria Vergílio... E nesta confusão, neste equívoco, nestas águas universalmente turvas, medram e florescem tôdas as podridões. (*Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro, 24-VIII-91).

BACTÉRIAS

Apertando o nariz com os dedos, tomámos de uma pinça, não de uma pena, para mexer com êsses gérmens da morte infecciosa, girando em cardumes invisíveis na água esverdeada em que apodrecem as fôlhas caídas dos ulmeiros, num outono desolador.

Vem de França, galgando os Pirenéus, uma aragem acremente estimulante que nos traz em âsas negras de morcegos os batalhões de nomes, destinados a figurar na história da infecção de um povo: Wilson, o dos sêlos, Caffarel, a Limouzin, d'Andlau e a Ratazzi, os das condecorações — deixando, na esteira do seu

vôo, Pranzini, êsse abraço do dinheiro e do deboche, Cisseey, êsse precursor de Caffarel e de d'Andlau, ressurreições da figura trágica do barão Hulot na comédia de Balzac.

Não nos envergonhemos da nossa mesquizez, macaqueadores da França que somos em tudo: copiamos-lhe as leis, os programas e os partidos, vestimos-lhe as modas, tagarelamos-lhe a língua, adoramos-lhe os vícios— tudo invejamos a êsse Paris, que um poeta epiléptico chamou a cabeça do mundo, desde os guizos da sua pândega constante até à farça do seu jacobinismo, a cuja custa Rochefort, eternamente garoto, rega com champagne *frappé* as suas ceias opíparas.

Já vai longe o tempo em que pela primeira vez em Lisboa se começou o jôgo de fundos, e um jornal simplório aclamava êsse *novo progresso*. Êste ano, na câmara dos pares, fez-se a apoteose do Bezerro de ouro e levantou-se altar à judiaria triunfante. Caminhámos; estamos, porém, distantes ainda do Paris das nossas ambições.

Falta-nos um Wilson, ou um Caffarel. ¿ Quantos Sorianos são necessários para compor um Pranzini? Nove. É a diferença que vai de Portugal a França. Com paciência, tempo e arte, tudo porém se consegue.

Nos bons tempos do romantismo, Costa Cabral era o nosso Guizot, Passos o nosso La-

martine, Sá da Bandeira o nosso Bayard, e o sr. Júlio César Machado o nosso Júlio Janin. Hoje não seria talvez difícil cognominar os micróbios de cá, e dizer quem são os nossos Wilsons e os nossos Caffareis. Quando o acaso vingador trazer à supuração, como agora succede em França, as infecções latentes, os observadores reconhecerão onde se enganavam, onde acertavam.

Saber-se há o nome dos grandes do reino, curvados ao pêso das veneras e das ignomínias, esbofeteados impunemente em público de caloteadores aladroados, arrastando pesadamente, abjectamente, a sua caducidade, como o barão Hulot atrás das saias imundas das cozinheiras das suas relações.

Saber-se há o nome dos que receberam os *bons pour la réussite de l'affaire* e teem o dedo em tôdas as caçarolas onde se cozinham obras rendosas com luvas mais ou menos bem pespontadas, partícipes de todos os sindicatos, cúmplices quando não são réus.

Saber-se há quem é Caffarel e quem é Wilson, como se chama d'Andlau, e onde são os salões da Limouzin e da Rattazzi.

Então se saberá. Hoje sabe-se já quem são os Philippars, troca-tintas de negócios, dançando na corda-bamba dos papéis esticada pela política; quem são os Salamancas, salariando partidos, e expondo ao público a ostentação

dos seus palácios, do seu luxo, para irritar os nervos e fazer crescer água na bôca à avidez faminta dos milhares de desgraçados que esta boa e providente nação educa no regime da lotaria crónica, do empenho gémeo da indolência e da dissipação miúda, inimigos figadais da economia e do trabalho.

Então se saberá tudo... se alguma cousa vier a saber-se; porque também em Paris o processo corre entre duas muralhas marginais, canalizado, para não trasbordar.

Saiba-se, porém, ou não, o bacteriólogo paciente, revolvendo o líquido infecto, pode já hoje ir classificando as preparações retiradas e patentes à luz do dia.

Eis aqui a espécie cheque falso, nascido na Bôlsa do coito do jôgo: um cheque falso sem ser falso, e um falsário que está sôlto depois de estar preso, por se não saber ao certo se... Eis aqui as cédulas *pour la réussite de l'affaire*, emitidas pelo empreiteiro Hersent das obras do pôrto de Lisboa, no valor de três milhões de francos, e derramadas como o lavrador faz à semente, às mãos-cheias, pela gleba enateirada dos protectores. Eis aqui uma espécie vulgar, a *chantagem*, exemplar de 145 contos para afastar concorrentes. Eis aqui...

Não nos envergonhemos, que não temos de quê. Canta a Patti em S. Carlos, rebola a *rigolade* pelas vielas, dança-se o *cotillon* nos sa-

lões: prazer em baixo, prazer em cima, muitas obras, negócios bastos, dinheiro a rôdo, os fundos a 57 — ¿ que há a invejar a Paris, bordel e tavolagem da Europa ricaça?

¿ Ordem, modéstia, economia, decôro, seriedade, honradez? Caturrices. ¿ Juízo, prudência, bom-senso, saber? Extravagâncias. Só vale o que rende; só importa o que diverte.

Outrora apodreciamos de papo para o ar, contemplando budistamente o próprio ventre, na ociosidade fradesca das digestões laboriosas, com as mãos traçadas sôbre panças que eram a nossa glória, girando os polegares lentamente, um em volta do outro, sonolentos e graves como desembargadores que eram todos.

Hoje bailamos todos no trapézio dos negócios, pulo agora, cambalhota logo, apostando, traficando, intrigando, agitando-nos num *delirium tremens* de alcoolismo dinheiral, fura-vidas e trapalhões, correndo atrás de lebres que se chamam a célebre *cocotte* recém-vinda da Polónia, ou o palácio estupendo do barão de tal na Avenida — do *Bois*, ou da *Liberdade*.

Além, aquém dos Pirenéus, é a mesma cousa. Se ainda há simplórios que identifiquem a moralidade com a república, sirva-lhes de lição o caso Caffarel. A questão não é de leis, é de costumes; não está nas fórmulas, está nos homens. Abstenha-se, como se absterm, a gente honrada de sacrificar à conservação social um

pedaço dos seus ócios ou dos seus meios, e vêr-se há o que se vê — ser a política uma viração infecciosa que vai por tôda a parte depositando as bactérias e alastrando as nódoas da cobiça corruptora! (*Provincia*, 14-XI-87).

DEVASSIDÃO GROSSEIRA E NÃO-SE-ME-DÁ

O nosso illustre cronista de hoje advoga a instituição da Censura, principalmente para os teatros.

Censura está precisando tudo: os teatros, a imprensa e até o parlamento.

Não há dúvida que o Estado, assim como tem o direito de estabelecer lazaretos e cordões sanitários para impedir a invasão de epidemias, teria o direito de impedir também a infecção dissolvente da pornografia e da difamação, dois micróbios que se propagam mais rapidamente ainda do que os bacilos e bactérias — teria êsse direito, se...

Porque é profundamente verdade que a moral está para a sociedade, como a saúde para o indivíduo. Ambas são fundamentos ou bases da vida. Mas...

Mas os censores?

Nesta pergunta está implícita a enorme diferença que há entre a censura e o lazareto. As

epidemias são cousas que veem de fora; a devassidão e a desordem são as próprias flores malignas que brotam, sedutoras umas vezes, bestialmente repugnantes outras vezes, da camada infecta das sociedades em decomposição.

Mas os censores?

Quando uma sociedade está sã, basta isso para repelir algum fruto esporádico de decomposição; mas quando vai no caminho patusco, dançando e escorregando, como Tarento ou Mileto, é inútil remar contra a maré.

É bem verdade que não somos gregos, nem parisienses. Vê-se isso no tom sorna e mazorral que os produtos da moderna Corinto teem logo que se transportam para cá. É verdade também que a devassidão no palco e na imprensa são inerentes a tôdas as grandes cidades; e Lisboa vai-o sendo, graças à ruína das províncias. É verdade, também, que os produtos da pornografia são tão reles, tão grosseiros entre nós, que isso mesmo lhes diminui a influência perniciosa.

Mas não é menos verdade que a relaxação, a tibieza, o não-se-me-dá, de todos e em tudo, nem consentem sequer que se apliquem as leis nos casos de ataque à moral pública da imprensa e do teatro.

E se nem as leis se aplicam, como é que haveria censura eficaz? Se depois de cometido o crime, não há fôrça para o castigar, como é que

a haveria para prevenir? Cumpria pois que se começasse por executar as leis existentes: só depois se saberia se são eficazes ou não. Nem o teatro, nem a imprensa, essas tribunas e sacerdócios da velha retórica, já reduzidos hoje pela boa crítica à verdade da sua significação: nem uma, nem outro, reclamam legislações especiais. Para que não sejam nocivos, — e cumpre que o não sejam, — basta a responsabilidade penal segundo o direito comum. (*Reporter*, 29-V-88; o cronista que advogava a instituição da Censura era Sousa Monteiro; v. no fim do tomo I a nota relativa aos «Vencidos da Vida»).

PESSIMISMO

A recente publicação dos *Maias*, que são uma caricatura da sociedade portuguesa, e cujo valor literário me não proponho agora a estudar, acentuou um sintoma que se denunciara já entre nós com outros livros pessimistas. É o mesmo que sucede ultimamente em França com as obras de Zola, que não são caricaturas, mas sim dissecções.

Essas obras, nascidas da fantasia ou da análise, teem de comum a reprovação implícita do estado actual das cousas; correspondem a homílias de prègadores por terem uma intenção moral, embora se confundam por vezes com os livros simplesmente afrodisíacos e sibaritas, da

mesma forma que nos tempos antigos as declamações tétricas da apostolização cristã se encontravam em mais de um ponto com as *Noites de Mileto* e outros paradigmas clássicos do género dos poemas de Gautier e do seu genro Catulle Mendès, êsses pagãos da França moderna.

As descrições nuas do bispo de Marselha são ainda hoje um dos quadros mais verdadeiros da decomposição da sociedade romana no Ocidente europeu; e Salviano, o apóstolo, encontrava na boa roda do seu tempo a mesma reprovação com que Tácito, o político, era acolhido, séculos antes, nas idades fortes do Império.

A sociedade não tem em si aquele poder de arrependimento e emenda que é qualidade, ainda que excepcional, dos indivíduos; e as épocas do género da nossa e da queda da civilização romana, tão semelhantes que parecem idênticas, distinguem-se pela desagregação. Sucessivamente se destacam, homem a homem, convencidos ou convertidos, parcelas do corpo social, até ao momento em que, mirrado e sêco, êsse corpo se desfaz, ou para dar lugar a uma sociedade nova, como sucedeu há dez séculos na Europa, ou para ir apodrecendo na vala obscura dos cemitérios da história, como sucedeu às civilizações da Malasia, da China e do Oriente em geral.

Como organismos, as sociedades são incon-

vertíveis e impenitentes. E o sintoma a que primeiro aludimos, essa reprovação convencional que acolhe as obras do pessimismo, reprovação do espírito colectivo, compreende-a o observador. É o instinto orgânico da conservação que se revolta e protesta.

Nos homens de intelligência culta êsse protesto, em que sinceramente tomam muitas vezes parte como membros da sociedade, é contraditado pelo pensamento individual igualmente sincero; e o facto de haver um sem-número de opiniões particulares, que não podem tornar-se públicas, explica êsse outro facto dos livros pessimistas, a-pesar-de reprovados, serem os mais àvidamente lidos; e das obras *sérias*, qualquer que seja o seu valor, não terem mais do que *sucessos de estima*, aplausos convencionais, tão insonsos como o tédio incomensurável que destilam.

Nos dias de hoje, mal do escritor que não irritou o seu público, pois o excelente doutor Pangloss morreu há dezenas de anos, sem deixar descendência!

Em todos os tempos a literatura foi nos povos cultos a expressão sintética mais eloquente do estado mental colectivo; e quem percorre a literatura de hoje, estudando-lhe a significação moral, é forçado a reconhecer o desgosto pro-

fundo, a melancolia invencível que por tôda esta Europa invadem os que raciocinam, pensam ou sentem a vida, não se limitando a vivê-la à lei da natureza.

Essa alegria ingénua dos antigos tempos clássicos, êsse optimismo que palpita na vida grega, épicamente forte com Eschylo, docemente humano com Sófocles; essa virilidade romana que termina em Lucrecio, filosofando um naturalismo vivido em largos séculos; essa crença ingénua e clara como um céu sem nuvens, apagou-se desde que, na limpidez do azul, Vergílio pôs a mancha ainda tenue, ainda leve, das suas *lachrymae rerum*.

A tristeza das cousas avultou, cresceu, tornou-se em nevoeiro espêsso, incendiado pelos clarões da fé mística, rasgado pelos raios da condenação e da penitência dos tempos obscuros da Idade-média, quando a vida se transforma numa fantasmagoria.

Serenaram depois os ares: chamou-se Renascença êsse período em que renasceu com efeito a claridade dos dias clássicos; mas já então os europeus tinham, como Daniel, atravessado a fornalha ardente da fé; já lhes era impossível a ingenuidade antiga; já os seus cérebros estavam mordidos pela sêde do saber, e não do saber simples, mas da ânsia de apreender o segredo íntimo das cousas, a verdade dos mistérios, o enigma dos raios e deslumbramentos,

visões arrebatadoras que durante a noite os tinham enchido de pavores.

Cansaram, a descobrir e a conquistar o mundo; interrogaram os céus e desvendaram o segredo das esferas, como tinham desvendado o dos mares tenebrosos e dos continentes longínquos. Palparam as fôrças da natureza e escravizaram-nas ao seu serviço; e quando tinham, pode dizer-se, conquistado o mundo físico, voltaram-se, no século XVIII, para o mundo social que até aí germinava espontâneamente, obscuramente, entregue a si, desenvolvendo-se como uma planta, sem consciência da própria vida, sem filósofos nem doutores que lhe ditassem as leis.

Foi então o momento em que a crise começou, e com ela o pessimismo, cujo primeiro apóstolo teve por nome Rousseau, prègando o regresso a um estado natural imaginário, destilando sôbre tudo, sôbre todos, inclusivamente sôbre si próprio, no livro único das *Confissões*, o veneno doce de uma misantropia sedutora.

A prova de que êsse primeiro sintoma de gangrena não era um caso esporádico de excepção está no delírio que provocou, principalmente entre as mulheres, cuja penetração instintiva, cujo faro exacto da verdade, cuja *mens divinior*, precede sempre a inteligência masculina.

É que as mulheres são a poesia da espécie.

De João Jacques vem em linha directa o romantismo alemão, ingenuamente místico, alian-do em doses variáveis a imaginação metafísica, tão antiga, tão ingénita, tão constitucional na raça que tem nos *Vedas* a sua *Bíblia*, com a candura ennevoada, açucena sem perfume nem forma definida, mas branca de neve, loura da côr de linho, essa flor angelical a que Goethe chamou Margarida.

Era um modo de condenar o mundo, era um regresso à vida natural, concebida porém de uma forma diversa da de Rousseau; mas era o mesmo sentimento de dor angustiosa...

Do romantismo alemão veio o francês e o inglês, e num e noutro a hipocondria e o sentimentalismo correram paralelamente, caudais procedentes da nascente da amargura, dirigindo-se para o oceano do nirvana: um deslizando brandamente como o arroio da *Menina e Moça*, outro contorcendo-se e despe-nhando-se em cataratas espumantes — os lakistas e Byron, Lamartine e Musset, com Puchkine na Rússia, Leopardi na Itália, Espronceda em Espanha.

Dos romantismos diversos vieram, nesta genealogia da literatura contemporânea, os fantasistas e os naturalistas, ou realistas, em que hoje se divide a arte literária. De todos, nenhum talvez excede Flaubert, que tem, além disso, o condão de representar os dois géneros: a fanta-

sia retrospectiva, na *Tentação de Santo Antão* e na *Salammbó*, e a análise contemporânea nessa obra-prima que se chama *Madame Bovary*.

Os poetas, os romancistas, quando descem do carro alado da fantasia à arena do mundo actual, atacados pelo amargo descontentamento do que vêem, produzem sátiras ou caricaturas como as de Thackeray ou Dickens, hinos búdicos como os de madame Ackermann, dissecções como as de Baudelaire, ou quadros fúnebres da vida real como os de Tolstoï, de Dostoiewski, de Zola — que, outro Icaro, quebrou as àsas assim que pretendeu subir, na *Faute de l'abbé Mouret*, do seu gabinete de dissegador para a região da fantasia, onde navega em cheio o nosso Eça de Queiroz.

Nem Lisboa caricaturada nos *Maias*, nem o causticismo literário de Ramalho Ortigão, nem a amargura irónica de Valentina de Lucena, nem o voltairianismo de Junqueiro, nem o budismo de Antero de Quental, são pois excêntridades da literatura portuguesa; antes pelo contrário são mais uma prova de como a nossa sociedade e a nossa literatura vivem desde o romantismo numa ignorância recíproca; porque, feliz ou infelizmente, não temos por cá nenhuma dessas comoções profundas que agitam as sociedades europeias, lançando-as no desespero: nem o anarquismo político, nem o desvaira-

mento da imaginação, nem as lutas de classes, nem a curiosidade ardente da sciência, nem o ateísmo oposto à energia da fé.

Todavia, nós, como tôda a gente na Europa, contámos também dias em que a literatura era actualmente afirmativa: Sá de Miranda e Camões tinham a consciência da grandeza dos tempos que cantavam.

É isto o que não succede a escritor algum na Europa de hoje: é isto o que dá a êste nosso tempo uma feição lúgubre ou desenhada, conforme o génio das pessoas. A uns solta-se-lhes a língua em imprecações, a outros caem-lhes os braços de desalento; a uns franze-se-lhes a bôca em sarcasmos, a outros piscam-se-lhes os olhos de gaiatice. Todos se arrepelam, se aborrecem, ou se divertem: só os imbecis se encontram serenamente bem, sossegadamente felizes, seguros na estabilidade do mundo em que existem, satisfeitos com a atmosfera insonsamente miasmática em que respiram.

As ilusões fôrão-se tôdas. Ditoso tempo em que os filósofos acreditavam na Idea de Hegel e nas suas sucessivas revelações! A Idea falhou. Ditoso tempo em que os juristas acreditavam no dogma da Liberdade, e no advento da terra prometida aos povos! A Liberdade falhou. Sob o liberalismo acoberta-se

a mistificação mais completa; e perante o anonimado das ditaduras, as sociedades estão lançadas no caminho das lutas descaroáveis; pois com a queda da Liberdade caiu também o espírito conservador, misto de aristocracia e doutrinarismo... Ditoso tempo em que os economistas acreditavam na Harmonia do trabalho e da riqueza! Essa harmonia redonda no charivari sangrento e incendiado das *grèves*, em que os proletários de hoje reproduzem os dias tenebrosos de Espartaco. Ditoso tempo, em que os moralistas acreditavam na ordem fundada na Instrução e na prática *Du Vrai, du beau et du bien*. A ordem falhou, e a verdade é a progressão constante dos suicídios, da loucura e dos crimes *civilizados, científicos*; é a progressão paralela do consumo do álcool e do tabaco, a generalização do ópio e da morfina, a introdução do uso do cloral, do clorofórmio, do éter, — de tôdas as drogas anestésiantes que façam esquecer a amargura dilacerante duma vida em que o maior mal é o vazio absoluto e a falta completa de razão suficiente.

O êxito colossal que em Inglaterra obteve há poucos anos um livro de resto banal, só pelo facto de se intitular *Is life worth living?* vale a pena viver-se? — só por enunciar a interrogação permanente de tôdas as cabeças pensantes, pesa mais como sintoma do que um carregamento de observações. Numa época equilibra-

damente forte bastaria o título da obra para dar o autor por doido.

Mullock respondia no seu livro que sim, que valia a pena viver; e da mesma opinião é Max Nordau, o autor das *Mentiras convencionais da nossa civilização*, livro que tem agora tanta voga na Alemanha como o de Mullock teve há tempo em Inglaterra.

Em suma, os dois autores são optimistas, não do que está, mas do que há de vir. Das Mentiras sairão Verdades, e com elas a felicidade. Essas verdades são para o inglês os gozos práticos da vida, e para o alemão o predomínio completo do naturalismo científico, dissipando a hipocrisia a que hoje obriga o conflito das ideas modernas com as da metafísica ortodoxa.

Obliterado o direito divino, e com êle a idea de autoridade, realizar-se há a verdadeira liberdade dos indivíduos, no grémio de uma sociedade regida pela aristocracia saída da selecção natural. Suprimido o direito de testar, tôda a propriedade será apanágio do Estado que a explorará por concessões individuais, ficando a cargo da sociedade a tutela das mulheres e das crianças. Suprimidos os vínculos sacramentais do matrimónio, o amor será livre, não pela emancipação das mulheres, mas sim pela fran-

quia das afinidades electivas dos homens. Dissipada a névoa religiosa, o homem, abandonado aos instintos excelentes da sua natureza, terá em si o objecto do seu culto: em si, quer dizer, na sagração do amor, na contemplação estética da natureza, na compreensão ideal da sciência, na solidariedade para com o seu semelhante — nalguma cousa parecida com o civismo antigo subtilizado, numa espécie de helenismo elevado à décima, à vigéssima potência, em que Zeus, o mito cósmico, tomará as proporções de um sentimento místico do Ser (como queria Strauss) ou da espécie (segundo diz Nordau) dissolvendo êste nosso individualismo brutal e rudimentar num amor fervente pelo Cosmos, ou pela Espécie.

Strauss era panteista à antiga; Nordau é um naturalista à moderna.

Êste optimismo opõem os alemães ao pessimismo búdico de Schopenhauer e de Hartmann. Êste optimismo não é mais do que a reedição de Rousseau e do seu ideal de vida natural, requintado, profundado, subtilizado, com a intuição penetrante do génio alemão.

Êste optimismo não é mais também do que a quimera de uma idade de ouro ou saturnina, comum a todos os tempos, ainda aos mais afirmativos, e que, no auge do desespero e da fé, os homens transportaram para um céu.

Mas é com optimismos dêstes que os homens também se alucinaram em tôdas as épocas, e, comparando a infantilidade do ideal de Rousseau com a penetração do ideal naturalista de hoje; lembrando-nos que êsses livrinhos chamados o *Contrato social* e o *Discurso sôbre a desigualdade* foram a semente da loucura gigantesca a que se chama também a grande revolução francesa, podemos avaliar o alcance da profecia de Heine quando dizia que o 93 da França parecerá um idílio, ou uma *bergerie*, ao lado do futuro 93 germânico.

«Imediatamente depois do Terror», diz Nordau, «os bandidos, cheios com os milhões adquiridos graças aos contratos fraudulentos com o Estado e ao tráfico dos bens dos emigrados, tomaram na sociedade nova a preeminência que na antiga pertencera aos nobres de nascença.» Ora pode profetizar-se sem grave risco que, depois do 93 alemão, os bandidos, cheios com os milhões dos burgueses e dos judeus... etc.

E o que leva tanta gente para o nirvana moderno, ou budismo filosófico, é a teoria de que, em o homem atingindo uma consciência suficiente para se conceber e governar a si próprio, *ipso facto* concebe e reconhece o vazio de tôdas as cousas, a nulidade absoluta de tôda esta vida que nos passa diante dos olhos como as visualidades de um caleidoscópico, iluminada às vezes pela fantasia alucinada. Á serêna luz

antiga de uma caridade incomparável que, divinizando o mundo e o homem, os levantavam a ambos acima de si mesmos, reprimindo-os e governando-os, sucedeu o trágico pensamento desolador de uma independência total do homem no seio da nulidade de um mundo, que só para os espíritos profundamente metafísicos adquire o valor místico de uma felicidade transcendente.

Imaginar que o sentimento de um fim absoluto — e nisso consiste a essência da religião — pode ser substituído pelo instinto raciocinado da procriação ou da existência, é contraditório; pois o pensamento agudo, perguntando sempre pela razão de ser da Espécie ou do Cosmos, não encontrará jamais resposta, nem num instinto, nem numa teoria.

É nisto que reside a causa das mentiras sobre que vive o nosso tempo: todos representamos uma comédia, todos sentimos o tédio próprio das situações falsas; porque todos ignoramos em que verdade convém crer: porque o Niilismo ofende o nosso instinto moral, ao mesmo tempo que o naturalismo ofende o nosso instinto racional. Um desola, o outro repugna. Concebemos a necessidade vital de um sentimento, de uma aspiração, de um norte, de uma idea que nos guie e nos conduza; mas reconhecemos que nenhuma das que circulam no mercado tem as condições necessárias para satisfação cabal do nosso espírito.

Imaginamos um ideal que não podemos definir. Queremos apreendê-lo e foge-nos, como sombra, como miragem, como ilusão. Entre-vemo-lo, desejamo-lo, sentimo-nos capazes de lhe obedecer, tanta é a desolação em que nos vemos; mas, quando julgamos palpá-lo, torna-se em pó. A vida será um sonho? o mundo uma fantasmagoria?

É por tudo isto que mais gente ainda se conserva no campo agreste de um scepticismo efectivamente negativo. A dúvida de que a humanidade tenha a fôrça plástica bastante para um dia se emancipar de si própria, isto é, dos mitos criados pela sua imaginação e dos instintos que impulsionam o seu temperamento; de que tenha a fôrça bastante para realizar êsse ideal de bondade persistente ainda nos mais perversos, sem ser compelida a êle, nem pelo mêdo do inferno, nem pelo mêdo da polícia — essa dúvida é o tormento do nosso tempo, a causa primária do seu carácter falso, o motivo da sua tristeza, e a origem do pessimismo dominante: quer do pessimismo teórico dos budistas, quer do pessimismo prático dos scépticos.

De mãos dadas a filosofia e a sciência definiram o mundo e o homem, a cidade e o cidadão, levantando sôbre o edifício das suas doutrinas morais e naturais a soberania do indivi-

duo; mas a estas definições do pensamento corresponderam os homens com a prática exclusiva do egoísmo pessoal. *Chacun pour soi, chacun chez soi*, disseram os doutores da lei, e os discípulos cumpriram à risca o preceito.

Desde logo a sociedade, essa flor cujas pétalas se chamam sacrifício e abnegação, mirrou, como a vemos na abstenção universal da política, no saque sistemático da fortuna colectiva, na dissolução dos vínculos familiares, no abandono das funções sociais, na dissolução que é progressiva no sentido progressivo disto a que nos costumámos a chamar civilização.

Depois de meio século de experiências mais ou menos sinceras, mas em geral sinceras, chegámos ao ponto de que por tóda a parte as sociedades, sob o formalismo de constituições liberais, são prêsa de minorias mínimas. Com a soberania universal chegámos à prática do govêrno de oligarquias, que são mais ou menos incapazes, por isso mesmo que o govêrno dos povos rende menos em gôzo e em dinheiro do que o egoísmo sàbiamente praticado.

E depois de meio século de especulações doutrinárias, começa a sentir-se a reacção natural. O egoísmo é inconsistente, a anarquia é destrutora. Momentos chegam em que os homens *que teem que perder*, segundo a frase consagrada, protestam, interveem e levantam sôbre o esbandalhamento das oligarquias pseudo-de-

mocráticas as ditaduras que por exemplo, a França teve em 1806, em 1851, e agora está outra vez nas vésperas de sofrer.

O individualismo gera o egoísmo, o egoísmo a anarquia, a anarquia a ditadura. Até hoje, a-pesar-de tôdas as doutrinas, ainda se não pôde sair disto. ¿ Como não se há de ser pessimista, pelo menos neste capítulo? Até hoje, não pôde haver ainda ordem sem autoridade imposta à fôrça, nem moral sem a fé piedosa num Deus bemdito, ou sem o mêdo das penas infernais, paralelo ao desejo dos gozos do céu.

¿ Será tudo isto um sinal entre muitos da caducidade que também à espécie vem com os anos? Vivemos pouco, parafusamos de mais. Nada pedimos ao instinto, e tudo à razão. Levamos a vida a estudar-nos, para sabermos como devemos de ser; e por isso mesmo não fazemos senão ruminar e revolver-nos, pisando e repisando, como bois à nora, um chão calcado e sáfaro. ¿ Perderíamos tôda a energia para as acções fecundas? (*Repórter*, 29-IX-88; v. nota a êste artigo no fim do vol.).

O PÚBLICO

Poderoso, invencível como a fatalidade; histerico como uma mulher nervosa; ingénuo como criança simples — o Público, o grande anónimo,

domina hoje anárquicamente, escondendo no seio revolto tôdas as individualidades proeminentes; para amanhã, escravizado, cego por uma miragem, se transformar na platea dos heróis, entoando-lhes hinos, cantando-lhes triunfos. Agora estua em ímpetos de cólera como o mar enfurecido; logo deslisa manso e serêno como veia de cristal, apertada entre montanhas, obediente e submissa.

O Público, de cujos caprichos vivem as empresas jornalísticas, é o eterno enigma, o grande doente dos séculos, ou excitado por mil apetites, ou entorpecido pelos cansaços da orgia; epiléptico ou paralítico; insurgindo-se umas vezes contra tôdas as medicações, quebrando todos os laços, destruindo tôda a autoridade, rebelando-se contra a razão, insultando o talento, — para aceitar em seguida, pacientemente, todós os cáusticos, submetendo-se aos ditadores que o varam, consentindo os exploradores que o dessangram.

Queremos conversar hoje contigo — oh, velho enfêrmo! — numa expansão affectuosa, castigando amoravelmente as tuas caturrices e os teus desmandos.

Devora-te a sêde insaciavel da *noticia*. Passas pela vista sôfrega, numa grande agitação, essas centenas de fôlhas, de todos os tamanhos, de tôdas as côres, e depois da faina, estonteado, apalpas o vazio. Tanto qui-

seste saber num minuto, que ficaste ignorando tudo.

Quantas vezes nos terás chamado importuno e maçador, porque tentamos obrigar-te a pensar, pondo-te diante dos olhos os problemas capitais da vida económica da nação, os problemas da tua vida?

Queres os nervos excitados: notícias de sensação e escândalos. Fizeste da *reportage* uma necessidade, quasi uma instituição, e és vítima do teu invento. Ela explora-te, e imbeciliza-te.

Queixas-te da imprensa banal, e fizeste-a com o teu auxílio inconsciente, com a tua curiosidade sem escrúpulos.

Praguejas contra a literatura dissolvente, e criaste-a, procurando com furor os elixires mais refinados e venenosos, para te embriagares em sonhos lúbricos, para teres visões crapulosas, como um velho sensual.

Acodes ao teatro, glorificas com os teus aplausos entusiasticos a farça soez, o dichote alvar dos truões; e, quando te sobrevem um acesso de mau humor, murmuras entediado e resmuneias contra a imbecilidade dos escritores dramáticos, dando-te uns ares de censor conspícuo, que te fazem parecer mais cómico do que todos os comediantes. O teatro é obra tua. As peças escolhidas são más, as traduções tão boas ou piores do que as peças, os actores piores do que as traduções, e tu — perdôa — pior do que todos.

Ralhas rabugento sempre dos políticos, e fabrica-los à tua imagem e semelhança. Se êles te não iludem, se não lisonjeam as tuas depravações, ou os teus caprichos, apedreja-los. Achas graça à velhacaria. Por isso te falta a alegria dos bons e dos simples; a consciência aponta-te os pecados, mas os instintos impelem-te: e tu continuas, como a Penélope, fazendo e desfazendo a teia das intrigas, grupando-te em camarilhas, em corrilhos e em facções. Aborrece-te o trabalho de pensar e reflectir; ajustas essa empreitada com os teus representantes que escolhes ao acaso, de olhos fechados; e por que és mal servido e porque te burlam a miúdo, grunhes. Sim, grunhes; já não tens outra voz. De ti podemos dizer o que do panfletário do *Espectro* disse a Ironia viva: «Eras um javardo; domesticaram-te, ficaste um porco.»

Não conhecias estradas, nem caminhos-de-ferro, nem telégrafos, nem telefones, nem luz eléctrica; batia-te, porém, no peito um coração generoso, tinhas aspirações nobres, cóleras sagradas, crenças puras, e adoravas um deus, que não era o bezerro de ouro. Agora viajas em *sleeping car*, mas só sentes o estômago; e não te contentam as comidas frugais e simples que, com a saúde do corpo, dão a lucidez do espírito. Não te basta *vaca e riso*; reclamas, como os Romanos para satisfazer o paladar avariado, manjares temperados com assar-fétida.

Se a nevrose que te alucina pode deixar-te alguns momentos serenos para reflectir, medita nas censuras que te dirigimos. (*Provincia*, 6-XI-86).

O CRIME

Uma observação de natureza a dissipar muitas ilusões é o movimento da criminalidade comparado com o grau de instrução e cultura das sociedades: os homicídios diminuem com a civilização, os roubos aumentam.

Na espécie do assassinato a Itália tem o primeiro lugar (8,12 homicídios por 100 mil habitantes), a Espanha o segundo, depois a Hungria, depois a Austria, depois Portugal, e em seguida, sucessivamente, a Bélgica, a França, a Alemanha e por fim a Inglaterra (0,69).

Mas a Alemanha, que tem o penúltimo lugar no assassinato, ocupa o primeiro no roubo; e a Inglaterra, que é a última na primeira série, vem logo após na segunda.

A ilação por muitas vezes tirada destas observações é que, se a instrução amacia os costumes, nem por isso corrige a perversidade; ou por outra, que por si só é insuficiente para formar êsse estado de equilíbrio inacessível ou refractário às tentações do crime.

Os crimes dos bárbaros, o talião e a ven-

detta ou *revendeyta* dos nossos forais, proveem de uma energia de paixões conciliável com a nobreza de instintos que se agitam na atmosfera crepuscular de cérebros infantis. As crianças são crueis, mas não são perversas, e como crianças são os bárbaros — meigos, ingénuos, espontâneos, mas terríveis. A sua alma é como a onda fluida e móbil que passa num instante da serenidade límpida de um espelho à convulsão espumante de uma tempestade.

Perversos são os degenerados: essa legião escura de bandidos que acampa no seio das sociedades cultas, como as hordas de zingaros, e em que a ferocidade das idades remotas se transmite por atavismo ou por hereditariedade. São êsses que Lombroso, o grande naturalista do crime, considera como restos miseráveis das raças mongoloides, os finios que ficaram esmagados sob os estratos sucessivos da população ariana da Europa.

Nessas tribus obscuras, envenenadas por um satanismo orgânico, há glórias e orgulhos, há servos e patriarcas, há dinastias e há heróis. O céu que nós vemos azul, vêem-no êles vermelho de sangue; e o calor doirado do sol não lhes excita piedade, senão um borbulhar ferino de instintos bestiais. De homens teem apenas o aspecto. Bárbaros, mas bárbaros abastardados

no meio da civilização, perderam a nobreza ingénita da vida natural.

São os autores dos atentados medonhos: os parricídios (tão vulgares nas idades primitivas) os morticínios de famílias inteiras, como na tragédia de Matos Lobo, o assassinato a frio, como em Diogo Alves, que encheu da pavores a nossa infância, o decepamento dos cadáveres, com os braços tintos em sangue, os olhos esgazeados, a face imberbe, e fronte achatada e na bôca um *rictus* demoníaco.

O extermínio é o único recurso contra essa casta em que os instintos humanos, não podendo evolver, apodreceram. São feras; e se a hereditariedade é, como os especialistas afirmam, um facto comprovado, a morte é também sem dúvida o processo mais humanitário.

Mas esta categoria de criminosos, qualquer que seja a sua origem e o seu recrutamento, não é de-certo exclusiva, nem talvez predominante.

O grosso do exército do crime compõe-se das vítimas do desejo.

São os que na ladeira escorregadia da existência claudicaram uma vez para se não levantar mais. É a gente faminta que diàriamente acorda sem saber a que mesa se sentar; a gente miserável tiritando com frio nas longas

noites de inverno; são os incontinentes que o espectáculo do bem-estar azeda; são os revoltados que no seu vício encontram sanção à ociosidade; são as mulheres que, sacrificada a pureza no altar de alguma ilusão, afogam os filhos, ou para os sustentar se fazem ladras; são todos os simples, desde o desgraçado que rouba um pão para matar a fome, até ao velho, ladrão por hábito, por arte, por vaidade ou por capricho; desde o miserável vestido de andrajos e analfabeto, até ao *dandy* jogador e falsário; desde a meretriz ladra dos bêcos enlameados, até à que opera nos salões entre lustres e cristais.

O crime igualiza tanto como a morte.

O homem é fraco, a morte é dura, a pobreza cruel e a sociedade madrasta. A legião dos engeitados que tôda a colónia humana expele de si, essa eterna leva de párias com que outrora se formavam Romas, eis aí onde se recruta a pionagem do crime. É a espuma cuspida pelas ondas agitadas da sociedade.

Todos êsses que um dia escorregaram no plano inclinado da vida ao inverso, pendem fatalmente para o inferno vermelho onde se agitam as feras. Pela ociosidade chega-se ao roubo, pelo roubo ao assassinato. Há outros caminhos, mas esta é a vereda mais trilhada. O homicídio não é para êles uma fatalidade orgânica, nem embriaguez de sangue: é sem-

pre uma conseqüência imposta pelas circunstâncias.

A esta gleba profunda, espêssa, fértil, como as aluviões da Terra-negra, é que a sociedade, sob pena de morte, tem de aplicar a charrua possante da protecção e da caridade, para lhe dar ar, desinçando-a das grammas parasitas. É para aí que tôdas as instituições salvadoras da infância, tôdas as instituições protectoras da adolescência, todo o amparo às mulheres, todo o escrúpulo dos tribunais, se hão de voltar com êsse misto de carinho e firmeza, de integridade e amor, que são o segrêdo da ordem social.

Porque são êstes os criminosos regeneráveis.

Se esta camada movediça assenta sôbre a rocha ígnea da ferocidade primitiva na stratificação geológica do crime, outra categoria de criminosos aparece como na terra surgem as massas eruptivas.

Aos crimes do sangue e aos crimes do desejo, somam-se os crimes do fanatismo, de que um recente exemplo odioso nos sugeriu êste artigo.

Profundo, candente, satânico, o criminoso fanático irrompe com a violência teimosa de bárbaro, mas trazendo consigo ao mesmo tempo a fé, a abnegação, a candura de um mártir.

O que faz chamar-se-lhe doido é que os outros crimes são expressões anormais ou monstruosas do egoísmo individual; ao passo que este se apresenta como a monstruosidade da paixão colectiva, que tanto armou os regicidas, como decidiu os mártires a ganharem a palma viridente.

O que impressiona de um modo estranho e aparentemente inexplicável, é que nos outros criminosos a razão do crime está numa fatalidade positiva, orgânica ou social, numa fatalidade em todo o caso inconsciente; ao passo que nestes se encontra uma consciência completa das causas e dos fins, e a par da lucidez quanto aos motivos, uma aberração total quanto à criminalidade dos actos.

Os crimes da paixão, segundo o tipo clássico de Otelo, podem reduzir-se à mesma categoria dos crimes do fanatismo religioso ou político.

O atentado típico desta espécie é o homicídio; porque uma crítica nebulosa ou crepuscular denuncia ao fanático um certo homem como causa; quando sempre, pode dizer-se assim, os homens são apenas efeitos de causas muito mais complexas. Bruto assassinou César, mas nem por isso a república se restaurou em Roma. Judit decapitou Holophernes, mas nem por isso Jerusalém deixou de cair. Os niilistas russos mataram Alexandre II, mas o cesarismo moscovita mantém-se.

O regicídio é o tipo histórico moderno do crime por fanatismo. Hoje, que aos absolutismos sucederam as democracias, são verdadeiros reis os centos de homens que em cada país ditam as leis e imperam sobre a opinião. Sobre êles impende a responsabilidade que outrora pesava sobre a cabeça dos tiranos; e são, como êles eram, o alvo de todos os anátemas.

As erupções do fanatismo religioso ou político surgem nos períodos de comoção social. Aproximar êstes dois factos, fazendo ressaltar o seu paralelismo constante seria longo e desnecessário. Tôda a gente reconhece isto. A história das alucinações colectivas tem a mesma extensão que a das podridões sociais: são as flores venenosas que brotam do esterquilínio, ou os tortulhos moles que na sombra húmida vão minando o palácio dourado da sociedade venturosa.

O anarquismo faz hoje *pendant* ao epicurismo. Por cima estala o Champagne, por baixo o anátema; por cima rodam caleches, por baixo, nas vielas tenebrosas, rola obscuramente o trovão surdo de um protesto odiento. Em cima goza-se, em baixo, nos subterrâneos sociais, cubiça-se.

E como efflorescência mórbida dêstes dois estados igualmente doentios, aparecem nas li-



vrarias elegantes os produtos de uma literatura requintada até à pornografia, e correm pelos sótãos lóbregos dos proletários as fôlhas-sôltas da propaganda anarquista, como outrora — bons tempos ingénuos! — a história da imperatriz Porcina e os romances de cordel.

Essas fôlhas lêem-se como evangelhos que a desordem epicurista dos que estão por cima comenta e sublinha. São elas que ensinam os oradores dos clubes e que arrastam ao crime os fanáticos, por temperamento, por misantropia, por génio às vezes — por *pose* também, nesta época singular em que o delírio do *reclame* faz com que a novidade seja cultivada com amor, e mereçam atenção e curiosidade igual um bandido como Pranzini, ou um grande homem como Bismarck.

É que no regime do epicurismo reinante as cousas perdem a significação moral, e só vale o que impressiona imaginações de sibaritas, constantemente em procura de sensações novas.

Um crime é picante, especialmente se reveste circunstâncias dramáticas ou românticas; uma boa acção, um acto simples e digno, são sensaborias. ; Que admira, portanto, a *pose* e a petulância dos actores da comédia do crime? São, como os actores de todos os palcos, os queridos da gente *blasée*.

Às vezes, porém, toma ares trágicos, e nesses momentos a sociedade estremece de medo.

É por isso que os crimes do fanatismo são os que mais agravam, e aquêles para que se reclama a máxima punição; ao passo que os crimes bestiais tem por vezes um encanto mórbido. É que êstes exprimem apenas casos individuais, enquanto os primeiros abalam visceralmente a própria estrutura social.

O instinto da conservação manifesta-se às vezes dum modo brutal, sempre falho da serenidade crítica e compreensiva. Pensem nisto os que negam à sociedade uma vida, um temperamento, sentimentos e nervos próprios, capazes de comoção e paixões. Pensem, e tirem as ilações consequentes.

Uma das ilusões dos doutrinários individualistas foi a distinção entre crimes civis e crimes políticos. Para os primeiros, tôda a severidade; para os segundos, tôda a indulgência. Imaginava-se que acima de nós pairava uma atmosfera de bem e de harmonia, dentro da qual apenas se podiam dar divergências de opinião, confessáveis sempre, embora violentas por vezes.

Essa ilusão passou, como tantas outras, para dar, porém, lugar a uma verdadeira aberração: ao criminoso por fanatismo ou por paixão chama-se doido, e declara-se irresponsável.

Novos doutrinários veem afirmar *ex cathedra*, não só que a sociedade não tem o direito

de punir, mas que o criminoso é apenas um enfermo. Onde está o livre arbítrio? dizem. Não há vontades deliberadas: tudo obedece a um determinismo cego. Um é vítima do atavismo ou da hereditariedade, outro é vítima do desejo, outro da alucinação. Em vez de cadeias, hospitais; em vez de fôrca, hidroterapia.

Evidentemente, tudo é condicionado nesta vida de relação de que nós próprios somos apenas um aspecto; mas evidentemente também, sob pena de um caos absoluto, a determinação da responsabilidade só pode dar-se quando se formule a equação entre o acto e o motivo determinante. Nestes termos, e só nestes termos, a questão metafísica da liberdade pode trazer-se para o fôro prático da justiça.

E não há dúvida que o critério clássico está prejudicado. Se a medicina diz que há doentes e não há doenças, também a justiça deve dizer que há criminosos e não há crimes. Os quadros sistemáticos, organizados abstractamente, são tão inaceitáveis na nosologia como na criminologia.

É precisamente o que os juristas reconhecem, dando cada vez um papel mais decisivo às circunstâncias acessórias, atenuantes ou agravantes, e pondo acima do antigo mito de Themis, cego como tudo o que é absoluto, o

juízo de facto em que o júri procede humanamente, isto é, indutivamente.

Não pode, porém, ver-se nisto a negação do direito de punir—na mais lata acepção da palavra. A sociedade não se defende apenas, nem se vinga, como nos tempos bárbaros. A vingança fez-se justiça. Punição traduz-se por protecção. Julgar, proteger e castigar—eis a suprema função dêste ser abstracto em cujo seio vivemos e fora do qual nos desagregariamos, regressando aos primórdios obscuros da história.

Se a sociedade não pode punir, fôrça é que o indivíduo se defenda e se vingue. ¿E que é isto senão a volta ao talião bárbaro—exactamente à doutrina que o anarquismo prega e pratica?

Há, portanto, acima das doutrinas desvairadas que endoidecem as plebes fanatisadas, doutrinas inconstituintes que uma sciência incompleta por ser fria e sêca diàriamente prega, e cujas últimas conclusões tira a alucinação dos energúmenos. E é por isso que a instrução por si só não consegue mitigar a criminalidade, embora a civilização altere a proporção e a natureza dos crimes.

Não basta falar à intelligência analítica, é mister sentir e compreender a síntese chamada povo, na sua realidade positiva, nos seus sentimentos e nos seus instintos de justiça; é neces-

sário afirmar de um modo categórico a autoridade social e o direito de punir, para que cada qual veja e venere sempre acima de si próprio êsse outro ser maior, mais nobre, que se chama — Todos. (*Reporter*, 21-II-88).

CHAMBIGISMO

...É a Austria dando brado ao mundo com o suicídio do arquiduque Rodolfo (Fevereiro) que se *chambigou* mais a amante num *rendez-vous* que tiveram em certa *halte* de caça de uma floresta imperial.

Um suicídio por amor não é caso extraordinário: houve-os sempre; mas o delírio que o romance de Chambige trouxe para os costumes europeus modernos, isso é que é novo e, *tranchons le mot*, natural. Expliquemos.

As doenças morais epidémicas propagam tanto como as outras, e o suicídio é uma delas, a mais comum talvez.

Estados de alma generalizados encontram um dia a fórmula de solução da agonia, do mesmo modo que para as doenças corporais se acha às vezes um antídoto, como é a morfina ou o cloral para as nevralgias.

Ora a doença do nosso tempo, nesta velha Europa sôbre que a atmosfera abafadiça das

desilusões paira com um bafo de caducidade mórbida, é o aborrecimento da vida e a ânsia do prazer.

Embotados os sentidos, perdida a ingenuidade da alma, todos os requintes, tôdas as extravagâncias, todos os desvairamentos são necessários à gente que, varrido o mêdo dos deuses, perdeu com êle a disciplina salutar do trabalho.

Democratizadas as sociedades, as suas manifestações sentimentais colectivas são grosseiras e banais; mas o requinte que se manifesta nos espiritos de eleição, ou por agudeza da inteligência, ou por afinamento hereditário da raça, entra na mesma ordem de ideas que nas massas produz o materialismo crasso.

Suicídios amorosos houve-os sempre, mas o *chambigismo* não é isso. O suicida por amor acaba com a vida por não a poder suportar na ausência, ou na indiferença do objecto do seu culto. O *chambigismo* é o suicídio a dous, no gôzo pleno do amor, na saciedade da vida, no reconhecimento do vazio inane dos prazeres, na obscuridade total do ar em que se vive. Um autor inglês, publicando um livro a que chamou *Is life worth living?* formulou o problema essencial dos nossos tempos, embora, respondendo afirmativamente, mostrasse o seu desconhecimento do fundo da questão. Desde que tal pergunta se formula, não pode haver senão uma

resposta: Não, não vale a pena viver, desde que a vida é para nós apenas uma ocasião de gozo, pois quanto mais se cultiva o espírito mais se demonstra a inanidade do prazer.

O arquiduque Rodolfo e a sua amante, a baronesa Verscera, fazendo o mesmo que Chambigue e madame Herz fizeram em Argel, mostram que os tempos modernos atingiram aquele estado de naturalismo desenfreado a que os antigos tinham chegado quando António e Cleopatra juravam a *synapothanumena*, que é o consórcio da morte — a que, de passagem se diga, Cleopatra fêz todo o possível por escapar!

Vinte séculos de estoicismo e misticismo cristão vê-se que foram inúteis para domesticar o animal homem, porque agora, encerrado o círculo doloroso dos episódios que preparam a civilização moderna, aparece desbocado, soltando as crinas ao vento, num relinchar sanguíneo, num estremecimento de todos os nervos, como os homens de outras idades, cujo tipo é António passeando pela Itália o seu triunfo num carro tirado por leões, coroado de rosas, ungido com perfumes, bêbado de amor e vinho, elevando a orgia às alturas de um culto da vida vencedora.

Diferente dêsse homem antigo, que também passara pelos crepúsculos da iniciação civilizadora quando tremia como vimes do sussurro dos bosques e do murmurar das fontes, en-

fiando perante os eclipses e as trovoadas, de joelhos sempre diante dos deuses que povoavam a natureza animando-a: diferente numa cousa só, o homem moderno junta ao naturalismo uma falta de afirmação terminante que é talvez um sintoma da sua superioridade psíquica, sendo um documento da sua inferioridade animal.

O arquiduque e a baronesa escondiam o seu amor, sem coragem para atirarem com o escândalo em bofetadas às faces de uma sociedade dúplice. Fecharam-se na casa de um mateiro para morrer, em vez de se apunhalarem no fim de uma orgia à frente de Viena inteira. Esconderam-se para amar, esconderam-se para morrer... A vida é hoje uma hipocrisia. Os homens, sem outro culto interno que não seja o egoísmo, vulgar nos vulgares, requintado até ao próprio suicídio nos eleitos: os homens perderam a coragem afirmativa e tem vergonha de ser o que são. (*Gazeta de Notícias*, 1889).

PRÓ POLÍTICA

Querido amigo (Eça de Queiroz):

¿ Então acreditas, positivamente, que só a Arte nos pode dar essa tua suprema ambição da Imortalidade pela Fama ? ¿ Então pensas que

a Arte é tudo, e que só ela tem duração? ; O resto é portanto nada? ; E só um livro é capaz de fazer a eternidade de um povo — nem os quadros, nem as estátuas, nem as catedrais, nem as sinfonias, nenhuma arte, sòmente as letras?

Que singular impressão me fêz vêr-te assim reduzir a humanidade e o seu poder de criação èpicamente universal, ao campo do papel velino, com a pena de aço por montante, por buril, por pincel, por cérebro e por harpa de uma só corda como as guzlas dos camponeses da Sérvia! Pois, francamente, crês que há mais gente conhecedora dos particulares da vida da heroína de Flaubert, do que dos livros de Troplong? ou dos tratados de Rouher com a Inglaterra? ou da renovação que Chevalier imprimiu à economia política? Dou-te a minha palavra de honra que não há; e se houvesse, que cousa deplorável! porque daí se demonstraria que a Europa descera a essa condição de um velho canto do mundo, *natio comæde*, onde só havia o conhecido *græculus esuriens* do nosso velho artista Juvenal.

Daqui a cinqüenta anos, meu querido Eça de Queiroz, quando se estiverem erguendo estátuas a Zola, como tu dizes, não sei se alguém se lembrará ainda dos Ferrys, dos Clémenceaus, dos Canovas, dos Brights, que efectivamente me não parece terem grande direito à memória

dos povos; mas sei que nessa memória viverá mais alto e mais fundo a lembrança de um Gladstone, o último herói saxónio, de um Cavour, em cujo espírito renasceu o génio italiano, de um Bismarck, o chanceler de ferro—que mesmo por causa da ferrugem há de aparecer da côr vermelha, da côr da fôrça.

¿ Pois quem vive na memória dos povos são apenas os poetas? ¿ Pois é maior virtude, maior fôrça, mais nobreza ou superior hombridade, alinhar rosários de versos como Vítor Hugo, que tu celebras, do que desvendar os segredos do espírito humano como um Schopenhauer, do que mostrar a fôrça doidamente épica de um Napoleão, do que praticar a caridade ardente de S. Francisco de Sales? Não, meu bom amigo, a tua idea é um paradoxo.

É grande, é imortal, tudo aquilo, todo aquele, que na vida foi sacrário de uma scintilla do génio humano. Que êsse lume chispando tenha a côr da Arte, que tenha a da Sciência, que tenha a da Virtude—eterno, imorredoiro é porém o seu clarão. ¿ Não me dirás que obra de arte produziu Marco Aurélio? Não foram de-certo os *Pensamentos*, redigidos pelos seus secretários. ¿ Não me dirás que obra de arte produziu Aristóteles? Pois os seus tratados não se inspiraram nos romances de Zola. ¿ Não me dirás que obra de arte produziu César?

Os seus *Comentários* são modêlos de estilo, mas o que a humanidade celebra nêle não é o escritor.

Heróis são Marco Aurélio, o bom, Aristóteles, o sábio, César, o forte — e, deixa-me dizer-to, o político. Sim, meu caro amigo, a política é, ou antes, pode e deve ser, uma cousa nobre, digna e susceptível de tanta grandeza como as maiores manifestações do génio do homem. Se há «politiquetes e politicões cacarejando infernalmente de crista alta», cre bem, meu caro amigo, que fervem por igual os literatetes e literatões rabiscando de cabeça baixa. *Quid inde?* Que só é grande o que se levanta acima da imbecilidade vaidosa, do egoismo tacanho, da chatinagem intrigante. Se te incomoda com razão, a ti literato, a política ruidosa saracoteiando-se vivamente, cre que por igual nos afligem, a nós políticos, a insensatez disparatada da literatura que se deita a nado nas ondas de papelão gongórico, ou se alastra na reprodução fotográfica das misérias da pobre humanidade, supondo que a Realidade, essa deusa *aux fortes mamelles* da Antiguidade clássica, tem alguma cousa de comum com o realismo convencional dos nossos dias.

E agora, dize-me: ; tu, que falas tão de alto da política, tu que tanto desdenhas dela para exaltar a arte, sabes bem o que a política é? ; Julga-la pelos seus exteriores ridículos ou re-

pugnantes, assim como julgas a arte pelas suas exterioridades amenas e sedutoras?

Pois bem; recomendo-te o *Diário* dos Goncourt, para apreciares o reverso da medalha, e veres como os teus sacerdotes da arte são ridículos na sacristia; são chatins, são vulgares, são más-línguas acima de tudo, egoístas e venais até; recomendo-te igualmente que venhas para cá, e mostrar-te hei como também o reverso da medalha é muitas vezes uma aflição de tôdas as horas, uma abnegação de todos os instantes, um sacrifício diário e um tormento contínuo. Para quê? Meu bom amigo, acredita isto: para o cumprimento de deveres sagrados da consciência. Se me fôsse lícito, indicava-te nomes, e havias de curvar-te, porque tens o coração de ouro.

E depois? Há de tudo em tudo; mas a questão é que lá o que se vê são as cordas de viola, e cá o que se vê é o pão bolorento; a questão é que vocês, os literatos, teem o *beau rôle*; porque apenas produzem palavras, emquanto por cá é necessário fazer mais alguma cousa, fazer actos, *res, non verba*, para se não ficar na condição de politiquete ou politicão, cacarejando de crista alta; e emquanto vocês pisam um caminho de flores que os narcotizam de gozo e vaidade, dulcificando-lhes a existência, por cá trilha-se uma vereda espinhosa que tem a cada ângulo, não o clássico espinho, mas o

pontapé inevitável para os que não forem tão de largo que tôdas as pernas sejam curtas.

Isto, entende-se, é claro, dos que não aspiram apenas a chamar-se sr. conselheiro, sarcoteando-se ruidosamente, de correio atrás, desde o Terreiro do Paço até à Ajuda, e vice-versa; para os que, bemdito seja Deus! não fazem disso, nem de outras cousas piores ainda, o seu ideal, nem a ambição idiota da sua vida.

O que vocês, artistas, foram sempre, é uns grandíssimos egoistas!

E a prova, meu caro, está na idea fundamental do teu prefácio ao livro do nosso querido amigo Bernardo Pindela; a prova, dou-ta já, é que tu consideras a grande, a suprema ambição de um homem, conseguir a Imortalidade pela Fama. Romantismo ainda, meu caro *realista!* A imortalidade é antes de tudo impessoal. O imortal foi sempre um mito, salvo o devido respeito aos 40 da Academia. A suprema ambição de um homem, essa imortalidade que para ti se afigura de bronze sôbre um pedestal de mármore ou pedra lioz, está na comunhão indefinida e infinita no grande seio anónimo desta viração dos tempos que anima os mundos, desta chama de luz que ilumina os séculos.

Comunga-se tanto nela inventando uma obra prima como praticando a mais humilde, a mais obscura das acções boas. As apoteoses foram-

-se, e os grandes homens a valer nunca pensaram nisso — nem tu pensas, senão por necessidade teórica. Nas democracias tudo é anónimo, como nos tempos primitivos. Homero, como sabes, é legião; e dos romances épicos da Idade-média ignoram-se os nomes de autor. Assim será de futuro para os dias de hoje.

A ilusão das estátuas é a última na série dos tempos: faltou a Spencer alistá-la no seu index expurgatório. Repele portanto, meu bom Eça de Queiroz, a idea da immortalidade pessoal pela fama. A verdade é que tudo neste nosso tempo irá arrastado pela grande onda anónima, em que os ilustres serão apenas como os globos de espuma branca, espadanando irisados e confundidos sôbre a massa obscura e fluida dos povos, que vai rolando impelida por ventanias desconhecidas...

Manda-te um apertado abraço o teu velho e constante amigo. — O. M. (*Provincia*, 14-XII, 86; v a nota a êste art. no fim do vol.).

A RÚSSIA SUBTERRANEA

Eis aqui um livro actual, interessante, vivo, ardente; um livro que, publicado há pouco em Itália, deu já a volta da Europa. Falam dêle e com louvor os jornais alemães e os ingleses, e

em França traduzem-no, com o afan natural de gente que, ao receber o volume, recebe também as bombas explosivas do niilismo gaulês. Não pode haver melhor comentário, nem anúncio mais eficaz.

Na sua edição portuguesa, o livro, traduzido a primor, como todos os da já vasta colecção a que pertence, aparece-nos com um ar entre fúnebre e trágico. Sôbre a capa negra destacam-se em letras côm de fogo as palavras do título: «A Rússia subterrânea!»

Essa Rússia obscura segue com efeito alumiada por chamas de incêndios, e no crepitar das chamas estalam as bombas, com as ruínas corre o sangue, sôbre os cadáveres das vítimas levantam-se os patibulos dos réus, onde agonizam no martírio os loucos.

O niilismo é na Rússia um destes ataques de doidice mística produzidos pela falta de equilibrio no desenvolvimento de uma sociedade. Bárbara ainda no fundo e ao mesmo tempo requintada na superficie, culta como o Ocidente e ingénua ou corrompida como o Oriente, nação em que sôbre massas rurais num estado quasi primitivo assentou uma dinastia alemã, junto da qual os fidalgos indígenas lembram os scitas na cômte de Susa, a Rússia não possui aquela homogeneidade de desenvolvimento, aquela consistência de funções, próprias das nações ocidentais. É ainda um império, na ace-

pção genuína da palavra, isto é, uma dinastia autocrática mandando sôbre regiões quasi illimitadas e sôbre gentes da mais vária índole.

Por isso é absolutamente irrisória a pretensão dos que esperam em reformas liberaes representativas. Quem visita Odessa, Moscou, ou S. Petersburgo, acha-se ainda na Europa e estranha os processos autocráticos do govêrno; mas quem se interna no império, e assiste ao viver das populações provinciais, reconhece que a famosa panacea das constituições é tão absurda neste caso como o mostrou ser no da Turquia.

Êsse desequilíbrio, ou falta de ponderação, entre a vida das grandes cidades occidentais e a das populações rurais é uma face apenas da instabilidade orgânica da sociedade.

A outra face vê-se no estado mental das classes cultas. Extrai um homem simples, com a imaginação férvida do eslavo, gente que nasceu poeta num clima excessivo, ora gelado e branco de neve, ora ardente e sêco de lume; extrai êsse homem impressionável e sensitivo, vasai-lhe no cérebro os extractos subtis ou mórbidos de uma cultura como a occidental, e vel-o heis alucinado. Eis aí o niillista.

Se Rousseau, desvairado o próprio pensamento, enlouqueceu franceses a ponto de formar Robespierre: ¿ que não fará em cérebros eslavos a acção penetrante das doutrinas quasi

alexandrinas da nossa idade? A imaginação activa de gente ainda virgem, ainda moça, ainda criadora, mói, remói, as sementes de uma sabedoria que a enlouquece.

Os niilistas são os românticos da Rússia, os seus Byron, os seus Chatterton. Eis aqui o retrato de Vera Zassulic (p. 144):

«Vive muito da concentração do espírito. Padece em alto grau a doença particular dos russos, que consiste em remoer a própria alma, afundar-se nos seus abismos, anatomizá-la sem piedade, procurando achar-lhe defeitos, muitas vezes imaginários, e sempre exagerados.»

Desta doença se geraram os dois livros célebres, dois livros tipos: as *Confissões* de Santo Agostinho e de Rousseau. Prossigamos:

«Daí procedem aqueles acessos de negra bilis que a acometem de quando em quando, e a dominam dias e dias, sem que ninguém lhos possa abrandar. Nestas ocasiões parece distraída, evita tôda a companhia, e passeia agitada, durante horas inteiras pelo seu quarto, immersa tôda nos seus pensamentos, ou então foge de casa para buscar alívio na única cousa que pode dar-lho: na natureza eterna, impassível e imponente, que ela ama e compreende com o sentimento profundo das almas verda-

deiramente poéticas. E noites inteiras, muitas vezes até ao nascer do sol, succede-lhe andar sozinho pelos montes selvagens da Suíça, ou vagar pelos seus imensos lagos».

Desta paixão ou alucinação da paisagem sofreram todos os românticos.

A doença de um Rousseau tornou-se o desvairamento da França revolucionária, e a alucinação de Vera Zassulic é a imagem da vertigem da Rússia nihilista. Casos que, sendo particulares, se chamam extravagância, chamam-se revolução quando se generalizam ao sentimento colectivo. Quando nas sociedades se oblitera o fundamento da autoridade moral, como hoje succede na crise das ideas religiosas, as extravagâncias propagam. Em todos os tempos houve alucinados; mas só nos períodos de anarquia moral a alucinação de um homem se torna a loucura de um povo. O século XVIII teve Swedenborg, esse doido de génio; mas estava reservada para o nosso tempo a propagação do espiritismo. O messianismo desvairado da Judéa também só avassalou o ocidente quando a decomposição do império romano trouxe a anarquia às sociedades congregadas sob o seu domínio.

Além da falta de ponderação dos elementos sociais, além do desequilíbrio do estado mental, a Rússia europeia sofre as conseqüências de

uma modernização igualmente inevitável e intempestiva. Do mesmo modo que o naturalismo invade os costumes das classes cultas, destruindo a fixidez do matrimónio, atacando o carácter, pondo na família a libertinagem e no govêrno a corrupção venal: do mesmo modo a fúria de saber, a curiosidade doentia própria das idades caducas desorganizam o desenvolvimento intelectual. Um amigo meu viu em Moscou, num livreiro, durante o espaço de meia hora, catorze meninas do melhor *mundo* virem sòzinhas a uma por uma, sucessivamente, comprar a *Nana* de Zola, que acabava de chegar de Paris. Essas leitoras de Zola e consócios não servem para mães: por isso as escolas regorgitam de médicas, advogadas e professoras de piano, e várias cousas mais.

Sábria a mulher, por natureza e condição fraca, ou se prostitui ou enlouquece. Por isso na galeria niilista são tantas as mulheres. Por isso diz Stepniak, retratando essa encantadora Sofia Perowskaia (p. 167):

«A-pesar do seu estoicismo e frieza aparente, não deixou de ser no fundo uma sacerdotiza inspirada, porque debaixo da couraça de aço polido batia sempre um coração de mulher; e as mulheres, fôrça é confessá-lo, são muito mais ricas desta chama divina do que os homens. Por isso se deve atribuir a elas na maior parte

o fervor quasi religioso do movimento revolucionario da Rússia; por isso este há de ser invencível enquanto se lhe associarem mulheres.»

Também a França de 89 teve Theroigne, Louison e Corday; e o celta, por tantos lados semelhante ao eslavo, dotado da mesma inconstância e capaz do mesmo heroismo, mostrou nas suas mulheres tipos de tão grande nobreza como as mártires do niilismo russo. A mulher é por tal modo feita que, uma vez afastada do lar e da tutela familiar, ou é como um anjo terrível, ou como um reptil imundo. Produto da natureza artista, os contrastes dão-se no sexo. Fizeram-se da mesma carne as bacantes e as sacerdotizas do cristianismo primitivo; Corday e madame Tallien, o heroismo e a orgia, nasceram da mesma França.

O niilismo reproduz as scenas de há dezasete séculos, quando por tôda a Europa clássica lavrava um despêro igual, uma desordem semelhante no seio de sociedades agitadas pela miséria e pela descrença. Os deuses caíam, os povos em ebulição aspiravam desejos vagos de uma morte dourada. O mundo acabava! O reinado de Deus ia começar! E por uma contradição profunda, mas constante, do espirito humano, no próprio momento do desengano surgia o ardor do heroismo. Os rapazes e os velhos, de mãos dadas com as mulheres, eram

a grande alavanca da revolução cristã: são hoje o grande propulsor do niilismo russo.

Eis o que Stepniak nos diz de Seroff (p. 222):

«Passara do entusiasmo da mocidade ao scepticismo desconsolador, que é na Rússia a praga das classes cultas, e que faz com que entre nós, nas nossas convulsões políticas, apareçam tão poucos homens maduros: não se encontram nelas senão rapazes ou velhos.»

Os rapazes e os velhos são dentre os homens os que se parecem mais com as mulheres; aqueles em quem o entusiasmo e o sentimento mais influem.

Tais nos aparecem os traços psicológicos da doença niilista, estudada nas suas origens na *Rússia moderna* de Eckhardt, a melhor obra acêrca do Estado mental dessa sociedade, ou em fermentação criadora, ou em decomposição: o futuro o dirá. Sem equilíbrio nos seus órgãos políticos, sem homogeneidade nos estados sociais da sua população, sem harmonia no desenvolvimento da sua educação, sem ordem nos costumes das suas classes dirigentes, sem moralidade no seu govêrno, a Rússia, autocrática ou imperial à moda da Ásia, contém em si cidades inteiramente europeias com as ambições e desejos próprios da vida ocidental.

Eis aí a última das causas do niilismo, que

se não recruta nem nas plebes nem nos campos. O mujik vê no czar um deus, e as cidades russas não teem indústria capaz de criar um proletariado faminto. Os niilistas veem de muitas partes: do funcionalismo e da aristocracia, da côrte e do exército, mas nunca saem da plebe das cidades nem da população rural. Recrutam-se principalmente nas escolas, onde se respira o naturalismo e o pessimismo da filosofia de hoje; saem de uma mocidade culta demasiado numerosa para as necessidades profissionais de uma nação que, tendo oitenta milhões de habitantes, não contará mais de dez ou quinze vivendo à europeia.

O niilismo é o sintoma da doença a que chamarei hipertrofia cerebral de uma sociedade. A instrução produz gente educada em número demasiado; os rapazes não encontram occupações, as raparigas não se sujeitam a amamentar filhos desde que beberam o leite da sabedoria. São tôdas mestras! Há doutores de mais numa sociedade em que seis ou sete oitavos da população vivem uma vida primitiva. O niilismo denunciou-se, pois, não com o carácter de uma questão *social* ou de uma guerra de ricos e pobres, à maneira do Ocidente, mas sim como um movimento de misticismo idealista, produzido ou agravado pelas condições imponderadas da sociedade.

Todavia Stepniak (quem quer que seja a pes-

soa escondida sob êste pseudónimo) diz-nos que hoje a questão é outra. O idealismo dissipou-se, e as ambições circunscrevem-se à esfera política. Reclama-se apenas um regime liberal parlamentar e fórmulas do género das ocidentais. ¿Será isto apenas o desejo ou o plano de Stepniaik? Desconfio que sim. Se o não é, o niilismo acabou vencido. Do mesmo modo, quando há séculos Constantino fêz do cristianismo a religião do império, também o idealismo cristão, messiânico e comunista, se dissipou. Um Constantino do niilismo dissipá-lo-ia também: mas, se a Rússia se tornasse parlamentar e liberal à inglesa, suceder-lhe-ia o que sucedeu ao império romano: dissolver-se-ia.

O parlamento eleito pelos mujiks valeria tanto como a eleição dos nossos deputados pelos negros de Angola ou Moçambique; e o liberalismo só daria de si oligarquias urbanas, incapazes de manterem a consistência e coesão das populações do império. O cesarismo é indispensável e insubstituível, o que não quer dizer que a autocracia russa não pudesse temperar-se moralizando-se, e dando até assembleas representativas particulares às cidades cuja existência se parece com as do Ocidente.

A «Rússia subterrânea» veio porém a tempo para tapar a bôca aos Panglos liberais, que apontavam há anos para S. Petersburgo, mostrando como a autocracia gera a rebelião, a re-

belião o niilismo! «Vêde», diziam, «se há cousa semelhante nos países que fruem o sufrágio universal e *tôdas as liberdades*». Olhai *et erudimini!* E a França republicana, onde tôda a banalidade requentada de quási um século de dissertações vazias tinha triunfado, a França optimista e farta, propunha-se a si como o exemplo do mundo! Nada há mais embrutecedor do que a banalidade—porque ao pé da França, do outro lado da Mancha, ardia o niilismo feniano na Irlanda liberal. Também lá se assassinava, também lá se incendiava, como na Rússia autocrática. E se Alexandre I morreu de uma bomba, ¿ não morre Garfield de um tiro? ¿ Que tem que ver para o caso o sistema das instituições políticas? Tanto morrem os tiranos como os que o não são.

O desvairamento da conspiração procede de outras origens; e agora a França, ouvindo estalar as bombas de Leão, vendo ir pelos ares a igreja de Montceau, começa a desconfiar que não baste o sufrágio universal, nem a ausência de rei, para haver paz; e que o niilismo tanto pode fermentar no seio dos impérios como no coração das repúblicas.

¿ Quere isto dizer que seja uma e a mesma cousa o fenianismo, o socialismo francês e o niilismo russo? Não. Procurámos estudar o último; o primeiro é uma questão agrária sem novidade histórica; o segundo é o problema su-

premo da Europa central industrializada no regime do capitalismo. Nada se parece menos com o niilismo russo do que o socialismo ocidental.

Entre ambos há apenas um traço comum: o desvairamento produzido pelo veneno de doutrinas falsas, ou o desequilíbrio provocado por teorias verdadeiras em cabeças não preparadas para as compreender de um modo racional. Tudo o mais é diverso. O socialismo francês é um movimento plebeu de sociedades proletárias; o niilismo nasce fora das plebes numa sociedade sem proletariado. O socialismo francês é principalmente uma guerra económica, semelhante às da Itália antiga e medieval; o niilismo russo era, se não é ainda, um movimento místico, semelhante ao do cristianismo primitivo e ao dos anabatistas. O socialismo é o problema das nações onde a população é densa, a riqueza muita, a indústria activa: a Rússia não tem grande indústria, nem capitais abundantes, nem população densa.

Os niilistas, diz Stepniak, limitam-se a querer hoje «reformas políticas», (exactamente como por cá!) e em França a política reformou tudo, fazendo tábua-rasa de tôdas as instituições históricas. Nada há pois de comum, senão o desvairamento e a dinamite: duas explosões que rebentam sempre que os governantes abafam ou iludem as questões graves que agitam

uma sociedade. Seja o governante um César, ou sejam as classes chamadas superiores, o caso é sempre o mesmo; sejam as fórmulas autocráticas ou democráticas, a questão aparece idêntica: por isso tanto estoiram bombas em Moscou como em Leão.

Não há porém *gréves* na Rússia, e das *gréves* nascem no Ocidente as questões chamadas sociais: basta isto para estabelecer a distinção entre as duas espécies de crise. Qual delas é mais grave? A do Ocidente, sem dúvida alguma. Da Alemanha para cá, a Europa agita-se numa situação sem precedentes: nunca também houve no mundo tamanha indústria nem tão grande riqueza!

O socialismo dos proletários ocidentais é bastante mais sério do que o niilismo, ou místico ou apenas político, dos russos. A habilitação dos govêrnos pode dissipar a loucura remediando vícios apenas administrativos; mas nenhum govêrno basta para resolver questões que põem em debate a própria autoridade e comentam os argumentos com as colunas cerradas de milhões de operários.

Nenhum govêrno, entendamo-nos, será possível, enquanto as nações latinas não repudiarem a tradição radical jacobina.

Clama a burguesia contra a plebe em revolta, e, para se defender, entrega-lhe o fundamento de tôda a autoridade! Diz ao faminto que é

soberano, e protesta quando êsse rei usa do scetro em proveito próprio. Eu estou certo de que de aqui por um século, não mais, as nossas extravagâncias políticas merecerão o desdém lastimoso de nossos filhos.

Sem fôrça, nem carácter, nem abnegação, nem civismo, as classes dirigentes dessa Europa central não sabem, nem podem exercer tutela sôbre as plebes; sabem apenas gozar e morrer, apodrecendo. Emancipadas, as plebes, sem educação, sem tino, desvairadas pelo radicalismo e envenenadas pela cubiça, quando alguma vez usurpam o poder, mostram logo a sua incapacidade, mostrando sempre na sujeição o seu mal-estar.

Jogada, como um navio, pelas ondas bravias, a sociedade vai de golpe em golpe, sem leme, passando da anarquia farta e mansa para a anarquia feroz e faminta. A cobardia e o terror, fugir ou matar, eis o resto de tôda a antiga bravura. Gozáveis a suma sabedoria. Num dia vôa pelos ares o café de Leão, no dia seguinte regorgitam de gente os teatros onde se canta a *Mascotte* e a *Madame Angot*. Era assim em Roma há séculos; e há dez anos o requinte mais famoso de Paris foram os almoços *en partie fine*, com trufas, champagne e *cocottes*, nas ruínas ainda mornas de Asniers.

Varridas as ilusões do radicalismo jacobino, sabido claramente que o direito de votar não

dá pão para comer — salvo no dia da venda dos votos! — entre burguesias corrompidas e demagogias desvairadas, a nossa Europa de hoje parece não poder encontrar paz e ordem senão sob o govêrno excepcional dos cesarismos.

Imaginar possíveis as restaurações de instituições baseadas em princípios de autoridade religiosa inteiramente dissipados, é quimérico. É mister, porém, estabelecer a autoridade sôbre a base de um civismo filosófico.

As revoluções hão de pois fazer-se de cima para baixo, impondo-se àqueles mesmos a quem é urgente proteger; ou entre a anarquia mansa do egoismo e a anarquia brava das catástrofes, entre demagogias e reacções arcaicas, a sociedade irá perecendo.

Beati pauperes! dizia Jesus; abençoados de nós, que nem temos riqueza capaz de criar socialismos, nem imaginação viva que dê nihilismos. Quietos como beócios, pacatos e indiferentes como o turco, pobres como Job, ¿ viveremos a vida pacífica da obscuridade? Talvez não, talvez nem sempre. Também a miséria tem as suas crises, e também nas calmas se levanta de repente uma tempestade. A fortuna, todavia, das nações periféricas da Europa, dos pequenos povos atrasados, está em poderem aprender com os que vão à frente. As questões europeias de hoje serão portuguesas dentro de

meio século: assim nós tivemos em 1820 o *fac-simile* da revolução francesa.

¿ Saberemos prevenir, nós que até hoje não temos sabido corrigir os erros da nossa organização, nem emendar os vícios próprios do nosso regime social? Por dois motivos, pois, a nossa terra pede um abalo que a acorde, uma ditadura que a chame à vida, impedindo-lhe o resvalar em revoluções e crises superiores à sua energia de resistência. — (*Jornal do Comércio*).

A TORRE EIFFEL

É certo que será êste o *clou* da exposição de Paris em 1889, centenário da Grande Revolução, êsse fenómeno, réu de tamanhos crimes contra o bom-senso, êsse ídolo da banalidade universal, da retórica balofa, êsse monstro glorioso, ataque de epilepsia de um povo dessangrado pela fome, e a que o mais profundo dos pensadores franceses, Cournot, atribui uma virtude única: a invenção do sistema métrico — pasmai demagogos!

A tôrre Eiffel terá trezentos metros de altura. Trezentos metros. Cinco vezes a altura da tôrre dos Clérigos. Uma vertigem de ferro forjado, que há de parecer uma chaminé colossal. E que Paris é a oficina babilónica de tudo quanto a

extravagância de um século desorientado fabrica. A sua torre gigante, a sua chaminé vertiginosa, aspirará das entranhas de Babilónia o turbilhão das chamas que lhe ardem no seio... e se desfazem também em fumo negro, numa nuvem de sombra, dardejante de scintillas rubras — crimes, vícios, loucuras!

Essa torre será como a torre de Babel — a torre da confusão — pairando por sobre a cidade femininamente histórica, onde Rochefort é rei e Basly doutor; onde cada dia aparece um maluco: Mariotti atirando sobre o presidente do conselho; Pronier disparando o seu revólver em plena câmara; Gallo querendo fazer ir pelos ares a Bôlsa; onde tôdas as manhãs se levantam sessenta mil homens, sem saber o que, nem onde, hão de comer; onde o comunardo Lisbonne abre uma taberna, «a taberna do *bagne*», com grillhetas por criados, o *argot* por linguagem, e nas paredés pintadas as vistas da *La Nouvelle*.

Na vasta seara de homens de que as cidades se compõem, nesses desertos em que as criaturas vivem apinhadas como espigas, em contacto mecânico, mas em isolamento absoluto; nas cidades, agitadas em ondas pelas ventanias do desejo, como massas de águas ou como massas de árvores, tudo está em pôr-se na evidência. Quanto maior absurdo fôr o que se disser, quanto mais exagerado, quanto mais

epiléptico—mais perfeito. Dizem que o dinheiro é o rei do mundo. Não é tal. O soberano, adorado com idolatria e baixeza, chama-se *rèclame*.

A América é a pátria do *puff* comercial, Paris é a terra do *rèclame*. Quem possuir essa arte, quem tudo lhe sacrificar, quem conseguir dar que falar de si—vence. Tôda a questão está em ter fôlego ou pulmões e um pouco de carmim e giz para se caracterizar bem. O resto pouco importa. Não há tempo para pensar; não há ócios para reflectir. Sôbre o vazio universal soam as trombetas da fama, acordando as gentes imbecilizadas.

O requinte da civilização embrutece. É necessário ao homem uma certa dóse de barbarie para compreender que nem tudo está no borborinhar das *cocottes* em tôrno do Lago, ou à noite no *boulevard* à hora em que o café Americano fecha e começam as ceias. É necessária uma tal ou qual rudeza para não embasbacar diante dos esgares da Chaumont, ou das cançonetas de Paulus, numa imbecilidade alvar que está para o espírito francês como os pulos grotescos das rãs para o andar das cotovias que, mesmo andando, se percebe que teem àsas—como disse o poeta. É conveniente uma certa brutalidade para pensar e para dizer que a vida não consiste em jogar e gozar, que o mundo não se limita à Bôlsa, nem o pensamento às

ideas dos que julgam destruí-la a tiros de dinamite, como Gallo, o célebre.

Tão célebre como Vitor Hugo foi o assassino de Pantin, igual em nomeada à Patti ou a Sara Bernhardt—que ortografou assim o nome vulgar de Bernard por amor da *rèclame*, essa *cabotine* inexcedível.

Tão célebre como Pasteur, foi no seu dia Philippart, o Sara da Bôlsa, que teve artes para se levantar de três fiascos sucessivos e fugir à cadeia e à *Nouvelle*—e porque não à guilhotina? E a imbecilidade que aclama Paulus é essa mesma que subscreve 700 milhões de francos, cento e quarenta mil contos, arrancados às economias do povo por meio de *rèclames* monstros, para o sorvedouro do Panamá, que é o Mississipi de Law-Lesseps.

A grande tôrre-chaminé monstro, aspirando Paris, lançará, por sôbre a cidade Babel, jorros de fumaça negra constelada de scintillas ofuscantes:—jornais, títulos, acções, mulheres, champagne, *boudinés*, as cançonetas de Paulus, as valsas de Metra, a graça canalha da opereta e a gargalhada infernal dos dinamitistas e panfletários, estoirando como bombas de girândolas, enrodilhadas em jornais vermelhos.

Do alto da sua tôrre gigantesca, o ferro vencedor, o ferro bruto, o ferro negro, êsse metal cuja velhice tem escamas como a pele das

cocottes derreadas, e tem ferrugem quando a pedra épica adquire a *patine* doce do tempo, presidirá à grande feira das vaidades, arvorada em sagração do trabalho, que é modesto e cãndido.

O ferro tilintará a grande valsa que Metra não escreveu ainda — a valsa da pândega omnipotente, a trezentos metros de altura do chão, alargando braços de Briareu com tam-tas e cratólos, com pandeiros e assobios para que tôda a velha Europa dance o *cotillon* funambulesco da festa da Indústria — quando a guerra social, nascida dessa própria indústria, estala universalmente.

Doutores graves, que nunca faltam para teorizar os desvairamentos, dirão em côro que isto é bom, que o dinheiro circula, que o trabalho abunda, que todos folgam, etc. O luxo e as festas opíparas como fomentadores da riqueza, são a Economia Política de operetas dos que levam um ano a rir, *on dirait du veau!*

A tôrre Eiffel, de trezentos metros de altura, essa Babel da vaidade de uma gente embrutecida à fôrça de gozar, cretinizada pela cubiça, governada pelos Michon et Carrier e pelos Lan tier, pelos milionários e pelos anarquistas, levantar-se há triunfante quando se celebre o centenário da velha tôrre da Bastilha derrubada.

¿ Valeria a pena deitar uma abaixo, só para

levantar no seu lugar a outra? ; Será com efeito o sistema métrico decimal a única conquista positiva da Revolução Francesa? (*Provincia*, 8-V-86).

O DUELO

Creio que não há tema sôbre que mais se tenha escrito. Estou certo de que não há também acto que mais tenha sido condenado. E a-pesar-de tôdas as condemnações, a-pesar-de todos os argumentos, cada dia mais o duelo entra nos costumes portugueses, a que essa tradição era completamente estranha.

Eis aí um facto que vale a pena estudar, porque entre nós nunca houve a tradição cavalheiresca da côrte em França, nem essa aberração singular que nas universidades alemãs impõe à mocidade uma espécie de baptismo de sangue, viva recordação dos costumes medievais!

O carácter lusitano, por tantos lados semelhante ao inglês, no lirismo do seu pensamento, na fôrça afirmativa da sua energia, na violência dos seus desforços, nunca nacionalizou o duelo, que também em Inglaterra jamais teve fóros de cidade.

O desfôrço imediato a punho, a pau, a tiro, ou à navalha, resolve as ofensas de um modo francamente brutal, imediatamente espontâneo

— de um modo que eu não discuto agora se é melhor nem pior, mas que é diverso.

Em França, nessa nação tradicionalmente militar, o espírito cavalheiresco infiltrou-se em tôdas as camadas de um povo, para quem o tipo do duelista é credor da simpatia geral, e o duelo um ponto de honra. Entre nós o duelo é uma cousa comumente considerada ridícula, por isso mesmo que nunca entrou nos costumes: e por isso mesmo, também, corre sempre o perigo de se tornar trágico.

Nas raras soluções fatais do duelo entre nós, a opinião pública pronuncia-se sempre apaixonadamente; e, sentenciando sob a pressão de uma desgraça, é por via de regra tão iníqua como os velhos juizos-de-Deus em que a alucinação ditava o julgamento.

E para que se não diga que um tal modo de ver é falso, por deixar de estar na corrente da moda, vou contar um destes factos que a lembrança conserva porque a impressionaram vivamente.

Era no dia em que José Júlio morrera varado por uma bala e no meio da atmosfera de aflicção e ódio que tal caso provocara em Lisboa. Encontrei Herculano com os olhos arrastados de lágrimas,—Herculano que era o mais genuino português, o *representative man* mais perfeito da raça lusitana—e discutimos o caso, como tôda a gente fazia.

— Mas que solução encontra? perguntava-lhe eu. ¿ Que remédio senão bater-se, ou ficar desonrado? Como se havia de liquidar uma situação claramente intolerável?

— Assim!... exclamou êle com um relâmpago de cólera bárbara nos olhos, e com a face, que a cicatriz da bôca tornava medonha, encrespada pela expressão. — Assim!... e fazia o gesto de quem dá uma facada.

Entre o duelo e o assassinato, Herculano, que tinha a candura de alma de uma pomba, sentia aflorarem-lhe aos lábios, do fundo do seu peito, os ímpetos de violência portuguesa. Falava pela sua bôca o instinto popular; e o homem que tôda a vida foi um justo, prégava o homicídio, contra êsse azar cego em que se joga a vida e em que muitas vezes o inocente perde a cartada.

Esta cegueira da justiça é que revolta o espirito de razão. O duelo é sem dúvida um absurdo, mas é um dos muitos absurdos indispensáveis à vida social—êsse composto de convenções e incongruências, à custa das quais se conserva de pé, num equilibrio mais ou menos instável, o castelo de cartas que todavia nos é indispensável à existência em comum.

O duelo é mais absurdo ainda do que a guerra, porque esta representa uma necessi-

dade orgânica da vida dos povos na concorrência cega dos seus instintos colectivos, e como tal é um facto fisiológico, embora não seja um acto racional; ao passo que o duelo, forma apenas exteriormente culta da vingança bárbara, acto individual e portanto sujeito ao fôro da liberdade, ofende abertamente os ditames da razão.

Porque dois homens que lutam no momento de um agravo, são dois homens que, não tendo tido o sangue-frio bastante para se não ofenderem, não o teem ainda para conterem os ímpetos da sua violência. Dois homens que se batem, são dois homens que faltando-lhe o sangue-frio no primeiro momento, o reservam para o segundo, aceitando regras e preceitos para o combate.

Em ambos os casos pressupõe-se nestes homens a dignidade e o respeito recíproco. O combate é a confissão de um êrro, implicando a conservação da hombridade. Fora disto não há duelo possível.

E é por isto mesmo que o duelo é absurdo, fora daqueles casos em que a ofensa, tocando no sacrário onde principalmente se guarda a honra feminina, importa a supressão necessária de um de dois homens. O único duelo que não é absurdo é aquele que implica a morte de homem, por virtude de factos fatalmente irreparáveis.

Diante dêsses tem de curvar-se a razão, e entre o assassinato, ou o suicídio, e o duelo, preferir o segundo. Perante os outros a razão revolta-se contra o capricho dos homens, pois desde que houvesse dignidade e respeito recíprocos, tôdas as ofensas se poderiam lavar havendo discricção bastante e autoridade suficiente para ditar sentenças cuja essência está implícita no próprio facto do combate.

Mas é que a vida em sociedade não se compõe apenas de sentimentos: é uma resultante de convenções. A sociedade é um palco, os homens permanentemente actores, e a vaidade da attitude o pensamento dominante.

O ponto de honra, absurdo no fôro íntimo da razão individual, não é assim no fôro de uma dignidade exterior que para a vida mundana é quási sempre tudo. Quanto mais a sociedade fôr uma scena, maior será sempre a freqüência do duelo.

Por isso o duelo nunca entrou nos costumes habituais dos ingleses, nem nos nossos; porque nem nós, nem os ingleses, temos aquela paixão pela vida aparente, pela vida brilhante, pela vida social, cortesã, ou militar, que sempre caracterizou os gauleses. O lirismo da nossa alma, o individualismo do nosso pensamento, e até a violência do nosso carácter — e também

do inglês — fazem com que inclinemos antes para a vida simples e familiar.

A política, porém, com as formas scénicas modernamente adoptadas, levantou no seio da sociedade um palco onde todos os precalços da vida mundana se encontram agravados. Expostos aos olhares de uma platea que se compõe de todo o país, os actores em scena, consciente ou inconscientemente, espontânea ou involuntariamente, hão de obedecer ao ponto de honra.

Na hora em que José Júlio entrou na câmara e os colegas lhe voltaram as costas, a sua sentença fatal ficou lavrada. Ou havia de matar, suicidar-se, emigrar, que valia o mesmo, ou bater-se.

Dêste modo simples se explica a razão porque o duelo, principalmente político em tôda a parte, se pode dizer que o é exclusivamente entre nós. E a-pesar dos protestos da razão e do bom-senso, cada dia, é fácil profetizá-lo, a sua freqüência será maior. Falta por cá, onde tudo falta, a autoridade moral que, impondo-se à própria lei, ordena imperativamente.

E quanto mais a política se anarquizar, quanto menos culta e sociável fôr a vida do jornalismo e do parlamento, tanto mais aparecerão os desmandos da violência, ofensivos da vaidade, reclamando a liquidação caprichosa pelas armas.

— Êste período do duelo é uma transição;

dizia-me outro dia um observador perspicazmente agudo.

É. Transição para a turbulência das assembleas democráticas. Assim que as fórmulas desaparecerem de todo, e assim que o desbragamento crescente se fôr acentuando, à supressão da cortesia no parlamento e na imprensa seguir-se há a supressão do combate formulado. Hoje dão-se tumultos, quebram-se carteiras, exaltam-se os ânimos ingénuos, e de uma arruaça resulta um duelo. Amanhã, quando a urbanidade tiver desaparecido de todo, o temperamento violento do português virá a flux, e, como se fêz já da assemblea uma praça, as pendências liquidar-se hão como nos touros — à môcada.

Nem se diga que exagero, porque assim é em tôdas as sociedades francamente democratizadas.

Na América impera o revólver; aqui imperaria a navalha, se o revólver a não tivesse banido.

Em Portugal conheci eu bastante um jornalista e homem de Estado argentino, que esteve entre nós e na Espanha como enviado do seu país. Com que satisfação me mostrava os dois rombos que tinha no crânio e as cicatrizes que tinha nos braços, fora as do resto do corpo! Com que ironia desafivelava o cinto e antes de se sentar punha o cinto e o revólver sôbre a mesa, dizendo-me a sorrir:

— La constitución!

Quantos deputados dos nossos levarão já hoje no bôlso, e não à cinta como o argentino, o revólver de prevenção? (*Reporter*, 6-III-88).

Os nossos leitores teriam acaso reparado que, enquanto se não resolveu a pendência a que as actas últimamente publicadas puseram termo, nós nos abstivemos de um modo absoluto de dar notícia dos boatos que corriam.

E' que se o favor da curiosidade, sintoma doentio do nosso tempo, freqüentes vezes se torna nocivo quando lhe sacrificamos,— neste caso, em que a honra pessoal de dois homens estava em jôgo, mais arriscada, mais perigosa podia ser para qualquer dêles a circulação de notícias, quer verdadeiras, quer falsas. Enquanto se não liquida uma questão de honra é indiscreto falar dela.

Liquidou-se esta, que por tantos dias trouxe alerta a atenção pública; e a nosso ver terminou honrosamente para ambos os litigantes. Se êstes não fôsem homens públicos, se o caso que provocou o pleito não tivesse um carácter político, abster-nos-íamos com certeza de o comentar, porque à imprensa é vedado o fôro particular dos indivíduos.

Ainda há pouco tôda a imprensa francesa se occupou da pendência entre o sr. Ferry e o general Boulanger, pendência que também não

prosseguiu por motivos conhecidos de todos; e, se nestes casos pode haver comparações, parece-nos que o malôgro dêste duelo revestiu ainda caracteres mais graves e porventura menos justificados, do que o dos srs. Henrique de Macedo e Ferreira de Almeida.

Somos, com franqueza o dizemos, dos que entendem que o duelo entre indivíduos, assim como a guerra entre nações, é um facto, lamentável sim, mas necessário. Há casos que só com ferro se deslindam. Há nós górdios que só a espada corta. Há situações em que o homem necessita provar a sua coragem e o seu desapêgo à vida, para que a sociedade lhe mantenha o grau de consideração em que quer ser tido.

Digam embora muitos que é uma solução absurda, que nada prova. Enganam-se: prova que entre dois homens dignos do recíproco respeito houve um equívoco, uma ofensa, uma desfeita, cuja liquidação reclama a evidência de que na coragem de ambos está o penhor do seu cavalleirismo. Quando se não comprehende o que o duelo é e significa, ou se obedece a uma filantropia inconseqüente, ou a um egoismo taçanho. Tanto porém o duelo é necessário nos casos graves, como ridículo nas futilidades comezinhas, nos acessos simples de vaidade, e finalmente nos casos que carecem de provas de outra ordem. Batermo-nos com alguém é mostrar-lhe

a nossa inimizade, sim, mas também o nosso respeito. Com miseráveis não se bate a gente.

Não é nosso intento dissertar sôbre o duelo; estas palavras veem unicamente a pêlo para mostrar como a pendência, agora resolvida, importa, no próprio facto de ter sido posta e aceite, o respeito recíproco dos contendores.

Não chegou a ferir-se o combate? ; Que importa, se as testemunhas de ambos os lados atestam que a honra dos litigantes ficou patente? ; Porque não chegou, porém, a dar-se o duelo? Eis aí o que as actas publicadas elucidam de um modo completo e satisfatório.

Todos sabem os momentos sucessivos desta questão.

Depois de discursos aggressivos e de palavras mais ou menos insultuosas que os contendores trocaram entre si, o sr. Ferreira de Almeida agrediu o sr. Henrique de Macedo, e em seguida foi prêso e processado porque desacatára um seu superior — ministro.

Êste é o lado político da questão, à qual não devemos, nem temos que voltar. O ministro ultrajado e o homem ofendido reuniam-se ambos na pessoa do sr. Henrique de Macedo, o qual entendeu dever pospor a ofensa pessoal ao ultraje político. Também nos não é dado discutir êste ponto, porque nos casos apurados e difíceis ninguém pode pretender possuir o monopólio da certeza, e, muitas vezes, embora

opinando-se num sentido, manda a prudência que se reconheçam os fundamentos do procedimento alheio. São casos de consciência, em que só o próprio é juiz.

Seguiu pois o processo e a prisão. Cumprido o seu dever de magistrado, o ministro demitiu-se, e esperou que a justiça estivesse satisfeita para pedir a reparação da ofensa pessoal. De aí o episódio a que as actas, êstes dias publicadas, vieram pôr um têrmo.

¿ Qual foi o procedimento do sr. Ferreira de Almeida? Foi menos nobre, ou menos digno? Não. Podia, segundo a opinião de muitos, recusar a reparação do acto, porque, se em um dos contendores se reuniam duas entidades, a pessoal e a política, na dêle havia uma única; e tendo soffrido já com a prisão a pena do agravo, estava no seu direito recusando nova reparação. Não o fêz, e merece por isso os louvores de todos os homens de carácter.

Se o ex-ministro, sacrificando-se ao seu cargo, deu uma prova de abnegação, o seu contendor, anuindo a ir liquidar de novo *sobre o terreno* a ofensa já paga com a prisão, praticou um acto de bizzaria.

A êsse acto porém punha condições: a pistola em vez da espada e a sua demissão prévia de official da armada.

A primeira destas condições, afinal aceite pelas testemunhas do sr. Henrique de Macedo,

não foi a causa do malôgro do duelo. Foi-o a segunda, e êste facto é que é necessário apreciar, mostrando como, nem um podia aceitá-lo, nem o outro podia deixar de o exigir.

Não podia deixar de exigí-lo o sr. Ferreira de Almeida que, acabando de cumprir quatro meses de prisão, sabia duramente que conseqüências imprescriptíveis importam os ataques à disciplina. A sua bizzarria podia ter como resultado uma nova prisão. Era necessário que êsse perigo fôsse eliminado para que as condições do combate ficassem aceitáveis.

Há anos, quando se deu o duelo em que morreu o sr. José Júlio de Oliveira Pinto, uma das testemunhas, que era official do exército, sem ser deputado ou par, respondeu a conselho de guerra; e enquanto os seus colegas eram condenados a penas mínimas, êle sofria a transferência para um corpo da fronteira e graves prejuizos na sua carreira.

¿ Podiam porém as testemunhas do sr. Henrique de Macedo aceitar a condição da demissão prévia? Também não podiam, porque evidentemente isso exorbitava da esfera das suas attribuições e produzia na pendência elementos estranhos a ela, como são as conseqüências que para os interêsses e a vida de um dos pleiteantes possa ter o facto do duelo. Nas condições em que a ofensa se deu é que tem de liquidar-se.

A solução dêste negócio foi pois a que devia ser. Evitou-se um encontro que podia ser trágico; e sempre que isso se consegue, ficando salva a honra do pleiteante, os seus mandatários devem folgar, porque a missão das testemunhas não é provocar a lide, mas determinar os termos possíveis de solução para a contenda.

Não houve, é verdade, explicações trocadas de parte a parte, mas há a confissão fidedigna das quatro testemunhas de que tudo se passou de modo a honrar os seus comitentes. A sociedade não pode exigir mais, porque as testemunhas são um verdadeiro tribunal de honra.

A nosso ver, pois, a tão falada questão Ferreira de Almeida está liquidada para todo o sempre. Está liquidada a questão política, liquidada a questão criminal, liquidada finalmente agora a questão pessoal. (*Provincia*, 12-IX-87).

EDUCAÇÃO DA MULHER

As suas *Cartas a Luisa* são divagações sobre temas eternamente vivos, porque sobre êles a humanidade cogita desde todo o princípio sem poder sossegar. A preocupação constitucional do homem é a mulher; a da mulher é forçosamente o homem. O amor, o casamento, a paixão, o dever, eis aí o que forma o núcleo

dêste livro, que, sem ser profundo, é bom, é são, é moral num sentido todavia apenas relativo aos costumes.

Condena as ilusões românticas, lapida uma vez mais D. João, prèga o espírito prático; diz à noiva que se não amargure quando vir no marido uma cousa diversa do que sonhou; diz à espôsa ofendida que se submeta resignada. Reage contra os instintos naturais que levam as imaginações femininas (e também as masculinas) a embarcar-se na galera encantadora da paixão, galera de velas de marfim e remos de prata, como a de Gauthier, navegando em mares doirados de luz...

Mas em tudo isto há um equívoco muito repetido. Dir-se-ia que D. João e todos os sedutores, dir-se-ia que Madalena e tôdas as seduzidas, são um produto da imaginação doentia dos poetas e romancistas, e que basta não lhes dar ouvidos para que tudo entre na ordem. Ora a verdade é exactamente o contrário disto. As invenções dos poetas exprimem apenas a expansão naturalista de affectos que a moral e as instituições contrariam, e contrariam com todo o motivo. A vida natural, a vida espontânea, a vida simplesmente regulada pelas paixões é como uma floresta virgem, poética mas mortífera; pelo contrário a vida social, subordinando as paixões às leis, os instintos aos deveres, e a poesia espontânea à razão reflexiva,

é como uma mata explorada cuidadosamente, menos bela sim, mas mais habitável.

A famosa frase de Rousseau que a nossa autora faz sua, *le bien n'est que le beau mis en action*, o acôrdo com que sonha da estética e da moral, é uma das muitas quimeras do naturalismo dêsse pseudo-filósofo que nunca passou de um poeta-sentimental. Dos seus sonhos nasceu o romantismo descabelado no qual, embora neguem a paternidade, se filiam os naturalistas de hoje. Quando a nossa autora opõe ao romantismo antigo, donjuanesco, isso a que chama o *romantismo do bem*, Maria Amália prova ser mulher até à raiz dos cabelos, prova que tem essa faculdade feminina de sentimentalizar tudo, até as côusas mais áridas e custosas, como o dever e a abnegação—mas demonstra ao mesmo tempo, *felix culpa!* que nunca sofreu um dêsses choques violentos, mais instrutivos do que todos os livros, e em que se aprende quanto custa a obedecer.

A vida, minha illustre autora e boa amiga, a vida, como no-la fazem as necessidades superiores da sociedade, é e será eternamente, emquanto nos não tornarmos todos chineses, substituindo inteiramente a arte pelo *bric-à-brac*, a poesia pelo *parnasianismo*, os sentimentos pelas *convenções*, e o mundo pela *sociedade*; emquanto não amesquinhamos tudo e todos às proporções de manequins; será, digo, a luta

eterna da paixão e do dever ou da razão, o conflito permanente da estética e da moral. O drama de Romeu e Julieta, e a oposição de uma paixão natural aos preceitos e regras sociais, ficará eternamente belo, emquanto fôr considerado bom que na sociedade haja leis que exprimam as ideas racionais da civilização.

Se alguma vez o naturalismo acabar com essas velharias declarando o amor livre, nesse dia voltaremos àquela situação poética de que Homero nos dá um tão excelente tipo estético nas aventuras dos seus deuses. A sociedade será mais poética, mas não me atrevo a dizer que seja mais habitável.

Em tôdas estas *Cartas a Luísa* não há uma que trate o ponto a meu ver fundamental do problema da moral feminina; mas em muitas delas aparece a definição que Michelet deu da mulher, *uma doente*. Ora bem: isto me permite a grosseria de dizer a uma escritora que o indispensavelmente necessário para a mulher é—o médico. Dantes, quando havia uma fé viva num Deus providencial (e aqui toco o ponto fundamental) essa fé amaciava tôdas as amarguras da vida, e a esperança da glória eterna satisfazia o egoísmo inevitável em todo o procedimento humano.

Hoje o caso é diverso, e não digo que seja melhor, nem pior—é diverso. A fé não se prescreve em receitas: respira-se. Não se in-

venta, acha-se: é uma atmosfera. Deus era o médico da mulher: hoje o seu médico e o tutor dessa pupila eterna é o homem: o pai, o marido, o filho. Ai da mulher que se não submeter, dócil e amavelmente, a cada um destes *médicos* nos períodos sucessivos da sua existência! As miragens de uma suposta liberdade, inconciliável com o seu estado de doença constitucional, são mais perigosas ainda do que as miragens tentadoras do donjuanismo.

As obrigações, as amarguras e as lutas da vida, que nada tem de poéticas, só se vencem pela firmeza, por uma compreensão cega, quasi intuitiva, do dever; e um tal estado de submissão e passividade só é atingível para esses seres impressionáveis, doentios, mais ou menos histéricos, seres capazes da intelligência aguda, seres dotados de encanto e meiguice, *menores* a que se chama mulheres, quando se deixem levar pela mão de um protector.

A nossa autora cometeu um grave erro quando chamou a Proudhon o inimigo do seu sexo. Comte, Michelet e Proudhon são, pelo contrario, dos pensadores modernos, os que mais fundo leram no espirito feminino. Proudhon termina por esta estrofe um capitulo que parece um hino:

Reine de grâce, monte sur l'autel! — (Provincia,

15-VII-86: de um artigo sobre as *Cartas a Luisa* de D. Maria Amália; v. nota a este artigo no fim do vol.).

O REINO DA MULHER

Dí-lo hei francamente: acho êste livro (*O reino da mulher*, por Cordélia, tradução de D. Maria Amália Vaz de Carvalho) inferior ao talento, ao mesmo tempo delicado e meigo, da tradutora. A autora não a conheço, mas ousou afirmar que, se D. Maria Amália tivesse escrito *O Reino da mulher*, essa região nos havia de aparecer mais larga, mais bela, mais sentida do que a fez Cordélia.

A leitura dêste livro acordou em mim o desejo de reler a *Carta de Guia* do nosso D. Francisco Manuel—*O reino do homem*. Mulher e homem, no recinto doméstico, partilham a soberania; e a minha primeira queixa contra Cordélia, está exactamente em não divisar o marido. Êle aparece apenas, aqui, além—mas como comparsa, em vez de colaborador. Será casada, Cordélia? Desconfio.

Porque a melhor província do reino da mulher ainda é o marido. «O marido tenha as vezes de sol em sua casa, a mulher as de lua», diz gongòricamente a *Carta de Guia*. A lua, como Cordélia a pinta, parece não receber luz de fora. Chama à espôsa, e com razão, o lapidário do diamante-homem; mas não se vê que o fulgor dêsse brilhante lhe ilumine a ela as ini-

ciações na vida. «O homem que tiver discrição e indústria, pai cuide que vai a ser de sua mulher, tanto como seu marido». ; Constará Cordélia o protectorado quási paternal do espôso?

Entretanto a brancura do manto e as flores cândidas da laranjeira representam na noiva a candidez da alma: é um neófito. ; Quem lhe diz o que é a vida? ; Quem a inicia nos segredos da natureza, quando no recinto misterioso da câmara arde o botão em flor — como no quadro de Fragonard? No instante em que se dá êsse beijo amoroso e místico, a virgem fêz-se mulher. Quem a fêz? ; Quem foi para ela como um segundo pai — um revelador dos segredos velados?

Daí vem ao reino doméstico as duas províncias: do homem a protecção, da mulher o amor. Sejam dois numa só carne, ambos uma só alma.

Mas sejam amor, e não pieguice, nem affectação, nem requinte; sem toques de uma moda que faz do marido como um ídolo (quando não é um polichinelo) e da mulher o primeiro dos *bibelots* da sala. O amor é simples, o respeito é grave, a amizade é plácida e casta: assim a vida se doira de ideal, sem pender, nem para a embriaguez dolente das paixões, nem para o inferno vivo dos mal-casados.

Cordélia, noiva, entrou em casa; tomou posse do reino, hesitou; ensaiou, e tomou pé, afinal.

Parece-me esta a melhor passagem do livro. Mas ai! formado o ninho, que ambiciona? «Ler o romance mais moderno.» Tolinha de espôsa! o mais moderno e o mais vivo e o maior dos teus romances é a tua própria vida, mulher! Deixa as novelas para os pares cujo amor não é santo e piedoso como o teu — êsse amor do matrimónio, em que a chama dos sentidos, depurada, se aquece ainda, já não queima. «O amor que se produz do trato, familiaridade e fé dos casados», diz o *Guia*, «em nada depende do outro amor que se produziu do desejo, do appetite e desordem dos que se amaram antes desconsertadamente.» Esta é a sabedoria — não as paixões podres ou devoradoras do «último romance.» Platão expulsava os poetas da República: eu punha fora do reino da mulher todos os romances.

¿ Que tenho eu, espôsa, a ver como amaram Gauthier ou Manon? ¿ que me importa o que se passa nos camarins de Nana? O meu amor é outro; o meu marido não é meu amante, nem eu sou uma cortesã. Êsses casos só podem estontear a cabeça, como os licôres capitosos. Êsses amores dos livros, dos bastidores, dos leitões venais ou poluídos nada teem de comum com o meu. Para mim, a poesia que levanta a alma; para mim a música, encantando-a. A novela é fútil, o romance é crú. Nem a futilidade, nem a crueza podem atrair-me...

As estrofes dos poetas cándidos, às harmonias da música divina, vem juntar-se o canto do meu filho. Cordélia quer um berço «rico, rico!» — mas Cordelia é bem tolinha! Ela confessa que a vida é composta de «tanta frivolidade, tanta ninharia!» Mas então o reino torna-se um teatrinho de fantoches, minha senhora. E a dignidade da mãe? ; E donde virá a coragem para vencer as agruras da vida? ; donde a autoridade para educar o filho? ; Como será o fruto de mãe tão frágil, tão infantil? ; Uma criança pode educar outra? ; Quem desconhece a fôrça pode vencer as crises? É verdade que as não há na vida da mulher de Cordélia. Nada lhe falta; o marido, ausente sempre do quadro, realiza o velho rifão; «um traz, outra aproveita». Cordélia é económica, mas o marido não falta com os meios.

E não há doutras crises? Nesse reino tudo é paz: assim, é fácil de conduzir o govêrno de um reino! Mas de tal forma nem se é rainha — se não há onde empregar o scetro! O scetro da espôsa, a coroa das mães, não são joguetes. A mulher sábia é detestável, a mulher hirta execranda; mas a doçura e a fragilidade não excluem a discrição nem a fôrça. Frágil é a cana, e elegante: verga-a o vento, sussurra, não parte. A grande qualidade da mulher é saber pelo amor, saber pelo instinto é pelo sentimento, aquilo que lhe compêete ignorar. «Oh!

como folgo de a ver ignorar aquilo que não é razão saber! mas que verdadeiramente o saiba», diz D. Francisco Manuel. Basta que o suspeito e o adivinhe — essa é a sabedoria feminina.

Essa perspicácia, penetrante, aguda, como uma intuição, funde-se com o amor: do enlace forma-se a espôsa e nasce a mãe. Nem a espôsa, nem o filho, são joguetes; mas onde o homem vê as cousas pelo prisma do dever, a mulher vê-as pelo prisma do amor. Mistério encantador do mundo, a mulher, em cujo ventre nos formámos, é a *turris eburnea* das nossas aspirações...

Não se me afigura impecável a história da condição da mulher, com que o livro abre: podia-se passar sem isso. Não me parece exacta a fórmula banal de que «a família é a base da sociedade». Foi, já não é. A família é a escola do cidadão. A sociedade democrática já não assenta, como a patriarcal-aristocrática, nos vínculos familiares. É já tempo de retirar da circulação êsse cliché usado.

Todavia, Cordélia bem merece o nome feminino, defendendo a autonomia do seu reino, e atacando a tendência de masculinizar o sexo, e a invenção das mulheres-livres: ministros, advogados, médicos, eleitores, de saias — se a saia não fôr também banida com o sexo! Bem merece defendendo com a finura da intuição as fronteiras do reino, a estabilidade do casamento,

a divisão natural das funções entre os sexos. «Do homem a praça, da mulher a casa», dizia o rifão e diz a sabedoria.

A tutela da espôsa, *in manu* do marido, é a sagração do amor e a emancipação da mulher. Os vínculos do casamento são o penhor da liberdade pura e santa da mulher e do homem. «Parece-lhes aos moços», diz a *Carta de Guia*, «intolerável a carga do matrimónio. É pesadíssima para os que a não sabem levar: para os que sabem é ligeira. Uma arroba de ferro ao ombro carrega um homem, que com o fácil artifício de duas rodas pode levar um quintal. Quere ver quão leve é a carga dêste modo de vida que toma? meça-a com o pêso dessa outra vida que deixa. Ponha em balança a inquietação passada, os perigos, os desgostos, a desordem nos affectos, aquele temer tudo, não fiar de nada, o queixume que doi, a vingança que arrisca, a ruim lei que desespera, os ciumes que abrasam, os amores que consomem, a honra em ocasião, a saúde diminuida, a vida arriscada, e, o que é mais, a consciência sempre queixosa».

Essa sujeição da carne, dizemos nós também, é a condição indispensável da liberdade da mente. A promiscuidade celibatária, que é a franquia do corpo, torna-se a escravidão, primeiro do pensamento, depois do próprio corpo. Não se diga que sem casamento não há socie-

dade possível, porque a história nega-o: há e houve sociedades promiscuas poliandras, polígamas; mas êsses tipos, ou rudimentares, ou caducos, petrificam ou apodrecem.

De elemento constitucional dos grêmios humanos, em períodos remotos, a família tornou-se o órgão da educação moral do homem; o berço é a fonte da liberdade. Ai de quem nasceu fora de um ninho abençoado! ai dos filhos do ventre da mulher impura! A lei reconhece-lhes direitos, e mas não lhes faltará na harpa do coração nenhuma corda? e Quem substitui o carinho e as lições da mãe? e Valem para isso, acaso, regulamentos? e vale porventura a caridade dos institutos públicos? e Quem suprirá a autoridade e o amor do pai? e Pode acaso haver ensino sem magistério? e Há porventura melhor magistrado do que um pai no tribunal da sua casa? Nunca saberá mandar quem não aprendeu obedecendo.

Se para a criança o poder paterno e o amor da mãe são a iniciação e a educação — condições de liberdade futura — o casamento é a consumação dessa educação humana. O homem perfeito é «homem, mulher e filho», como diz a lei de Manu.

Como será livre quem fôr libertino? e Que franquia pode haver fora do respeito de nós próprios? e Sai-se melhor e mais forte dos leitões vagos e anónimos? Sai-se mais livre? Não;

fica-se, as mais das vezes, agrilhado pela carne, embriagado pela concupiscência, escravidado como um bruto, para acabar como um perdido. Eis aí a liberdade — uma abjecção desnaturada, porque até lhe falta a consagração do filho.

O amor é uma trilogia que a libertinagem scinde, reduzindo-a ao seu elemento bestial — o coito. Falta-lhe o respeito e a geração. É menos do que as relações das bêstas a depravação dos homens. A natureza fêz a afinidade sexual, os homens o amor, a sociedade o casamento; mas com a promiscuidade o homem desce abaixo de tudo. Será êsse o modo de ser livre?

Preguntamos, pois, e em nome de quem, a favor de quem, se propõe a dissolução do casamento, o amor-livre, a promiscuidade?

Reclamam-na os filhos? Falta-lhes idoneidade para tanto; são menores. Nunca obteriam fora do casamento uma iniciação condigna. Reclamam-na os pais? Não podem, sob pena de desvairamento bestial e imundo. Reclama-la hão, pois, as mulheres? Com efeito; são elas que, atacadas pela febre do individualismo radical e anárquico, pedem o que chamam a sua emancipação.

Aberração singular! Se a mulher é como o homem, porque existiriam sexos? Quem tal reclama deveria pedir primeiro á natureza o an-

droginismo. Os sexos são como pólos, o casamento um equador. Num pólo, com a mulher, está a caridade, está o amor; no pólo oposto, com o homem, o pensamento e a acção. Num pólo está a casa, no outro o fôro; num o lar onde a espôsa é vestal, noutro a oficina onde o marido é operário; num o berço, no outro a escola; num a roça, no outro a enxada; num as chaves, no outro as armas. A mulher guarda-nos o tecto e o coração; nós defendemos-lhe o sacrário, defendendo-nos a nós, nela e em nossos filhos.

O casamento é para o homem a liberdade ganha à custa da sujeição dos seus instintos animais: essa liberdade sagra a espôsa e emancipa a mulher. ¿ Quererá ela libertar as paixões e estabelecer entre os sexos, com o amor-livre, a concorrência? Mas o princípio dessa concorrência é a fôrça, ó mulheres desvairadas.

As regras, a prenhez, o parto fazem-te inválida; és enfêrma por condição, és histérica... O casamento foi uma terapêutica; o marido, teu protector, um médico. Por sôbre enfêrma, a mulher é débil, no corpo, no espírito. O seu valor está no seu encanto, na sua beleza, no perfume com que inunda a casa, nos trilos como de ave com que enche o ninho, nos sorrisos e canduras com que doira a vida comum. ¿ De que valem tais méritos, na luta em que tudo é cru e frio, tudo cálculo e firmeza?

Para além de todos os rudimentos da família, Lubbock supõe um estado de promiscuidade animal a que chamou hetairismo: o título é suggestivo! Para denominar o primeiro estado, o sábio foi buscar o nome da prostituição grega. Promiscuidade, prostituição, hetairismo, são sinónimos. Como na Grécia, abundam entre nós os celibatários e os rebanhos das rameiras. E essa a liberdade?

Medite porém a mulher e veja como essa franquia é miserável. A liberdade de um órgão único é a escravidão de todos os outros — do cérebro antes de todos, porque a libertina é estúpida. É a liberdade da abjecção, a franquia no desprezo, a independência na imundície. Sem espôso, sem filhos, aberto o cinto a qualquer capricho, a mulher é um pária — menos ainda: o vaso torpe das dejecções seminais.

É esse ideal que a seduz? Mais de um livro moderno diz que sim; mais de uma assemblea o proclama; mais de uma mulher o pede. Pois, se assim fôr, é positivo que terminará connosco, afogada em nojo, a civilização de que somos herdeiros e depositários.

A prostituição cresce, aumenta o celibato: o egoismo bravo campeia do lado do individualismo teórico, e o pensamento desvairado dos doutores praz-se na própria abjecção, considerando «conquistas da liberdade» os golpes dados na autoridade paterna e na indissolubilidade

do casamento. São apenas sintomas da vossa fraqueza, senhores! Cobris a vossa mesquinhez com o manto das vossas dissertações. Não há liberdade sem sacrifício.

Como é deplorável que se considere o divórcio «um passo no caminho da liberdade» e a emancipação da mulher — ó abismo da toleima! — um ideal do progresso mooderrrno... Vivemos, é verdade, num regime de monogamia temperada pelo adultério e pela prostituição. Contra o adultério propõem o divórcio — e contra a prostituição? Pois a promiscuidade é o destino aonde o divórcio conduz.

.....
Por êste seguir, ia embrenhar-me numa discussão erriçada.

Mal sabe Cordélia — mas vê-o ao menos a sua eximia e gentil tradutora; mal sabe que êsse livrinho interessante, sem ser pròpriamente belo, nem até poético, veio aguçar a irritação de um caturra contra as extravagâncias do seu tempo. — (*Jornal do Comércio*).

FEMINISMO

Não é só a doutorice, porém, que seduz hoje em dia, por êsse mundo fora, o mulherio mais ou menos irregular, vago e desprotegido que

nas grandes cidades europeias enxameia buliçosamente, procurando arranjar-se no meio da concorrência feroz de uma vida anarquizada.

Além da doutorice, é a politiquice.

Houve sempre, em todos os tempos, mulheres a quem o histerismo congénito ao sexo fêz Hipácias ou M.^{mes} de Stael, Joannas d'Arc ou Theroignes de Méricourt; e para prova de quanto isto vem de uma disposição mórbida, basta dizer que é a França, o país nervoso por excelência, que principalmente contribui para estas extravagâncias.

E ainda assim, honra seja às que preferem ganhar a vida pelos trabalhos que se dizem liberais, embora muitas vezes escravizem mais do que os outros! A defesa do pudor, o orgulho da virtude, o nojo pela vida airada, são um merecimento.

Mas as que fazem da doutorice e da politiquice uma reivindicação, nunca! Mas as que prègam a igualdade dos sexos, os direitos da mulher, e outras pateticas crónicas nas sociedades caducas: para essas iamos a pedir dois açoites com tôda a meiguice, com todo o carinho, se a Índia não tivesse dito «não batas numa mulher, nem com uma flor!»

E todavia, se as mulheres hão de ser douloras, entendidas em desvairadas sciências, pedagogas e físicas, cronólogas e geógrafas, não se comprehende bem como não hajam de saber

discernir qual é o candidato preferível e que políticas quadram melhor à governação da república. E desde que tenham a faculdade da escolha pelo voto, não se compreende também porque é que, sendo eleitoras, deixarão de ser elegíveis.

Muita gente considerará isto uma demonstração por absurdo; mas é que nada haveria mais certo e infalível do que os parlamentos mistos, num futuro mais ou menos distante, se porventura antes da chegada dessa idade de ouro, em que a verborreia invadiria por igual o sexo fraco, se não tivesse achado uma saída qualquer ao caminho em que a extravagância nos leva a todos nós, ocidentais.

Anuncia-se para o ano que vem, na exposição de Paris, um congresso internacional de emancipadoras. Incontestavelmente, será êsse o grande *clou* da exposição em que os nossos tempos, realizando èpicamente a eterna fábula da rã e do boi, provarão mais uma vez que uma cousa é o grande, outra o grandioso; uma cousa a tôrre Eiffel, outra o Parthenon, que não passa a de uma pequena capela levantada ao sol no alto de um montículo.

No charivari colossal metropolitano das exhibções extravagantes, a extravagância do congresso das emancipadoras soará mais alto de trezentos metros. Alastrando-se até às cidades excêntricas, cuja ambição consiste em serem

macaqueações de Paris, é natural que daqui por pouco tenhamos também as mulheres a pedirem voto, agora que já teem liceu.

Pois emquanto a êsse privilégio, podem limpar a mão à parede que lhes há de servir para muito. Se nós, os homens, pudessemos ter despeitos perante a outra encantadora metade da nossa espécie, era caso para lhe fazermos uma surriada estrondosa, porque veem reclamar o que nós desdenhamos, e querem o direito eleitoral, quando nós o desprezamos, como se vê das abstenções sempre crescentes.

Curvando-nos amavelmente, cedamos o passo às doutoras e às políticas: Experimentem, minhas senhoras! E, quem sabe? talvez arranjem isso melhor do que nós, porque a língua foi sempre um dos fortes da mulher. (*Reporter*, 12-VII-88).

MULHERES-HOMENS

Enxertou-se não sei em que lei a autorização para o govêrno criar liceus de raparigas, onde as mesmas raparigas possam aprender—pelos processos nunca assás louvados por que os rapazes aprendem!—a pedagogia, as matemáticas, as sciências físico-naturais, a história geral e noções muito sumárias (sic) de cronologia, a

geografia, o direito usual (sic) a religião e a moral... dos liceus, etc.

Longe, bem longe de nós, a idea de ir discutir, muito mais neste cantinho reservado a simples observações fugitivas, uma medida que irá propinar ao belo sexo essa cousa indigesta que se chama ensino secundário official, e com que se estragam já correntemente as gerações masculinas.

• Apenas queremos notar aqui de passagem como êste sintoma revelador demonstra que vamos caminhando e progredindo. Porque não é invenção particularmente nossa a de fazer das mulheres homens, decretando contra a natureza a igualdade de aptidões dos sexos.

É uma doença corrente e constante nas civilizações caducas, quando se destrói a família, essa escola primária da domesticação do homem bárbaro, e a mulher engeita o seu papel abençoado de medianeira de amor pelo ofício de pseudo varão, activo, pensante, palrante, intrigante, com lunetas e opiniões graves, com saias e costumes soltos — a cousa mais ridícula e mais antipática dêste mundo semsaborão.

Ora nós vamos-nos civilizando. A vida das cidades absorve os campos, e nas cidades a família tende a acabar. Em Viena de Austria, os nascimentos ilegítimos excedem os legítimos; em Paris não é tanto; e na nossa querida Lisboa já regulam pela têrça parte do total.

No regime do lar apagado, no corropio do amor vago, os dois sexos, encontrando-se em contactos fortuitos, accidentais e transitórios, sem a comunhão da vida intimamente comum, reclamam a igualdade de condições. O que há que os distinga?

E aos frutos esporádicos dessas uniões sem cimento, à legião de bastardos vomitada pelas cidades como espuma da sua agitação dissoluta, raparigas sem pai nem mãe que nos asilos as mais vezes aprendem antes a ser *senhoras* do que a ser mulheres, endurecidas por uma infância sem conchêgo, acordadas nos sonhos do berço pelos écos da batalha da vida—essas raparigas parece a muitos necessário e indispensável fazê-las doutoras e fazê-las médicas, fazê-las pedagogas e fazê-las advogadas.

A criação de uma burguesia de fêmeas é a cousa mais triste e mais desoladora desta nossa civilização, que parece condenada a ir seguindo passo a passo os trâmites pelos quais a sociedade romana foi apodrecendo fibra a fibra.

A mulher doutora não é afinal menos serva do que a mulher que na rudeza dos estados primitivos lavra o campo, enquanto, refastelado ao sol, de papo para o ar, o homem contempla ociosamente os espaços. Pobres criaturas fracas! infelizes menores do género humano, a quem a natureza deu a suave e encantadora

missão de nos engrinaldarem com rosas de carinho e amor a vida atormentada!

E entretanto seduzem-nas os óculos professorais, com o cabelo curto *à homem*, um vestuário pardo sem beleza, e botas grossas para andarem depressa, atarefadas, com o livro debaixo do braço, macaqueando os outros. Pobrezinhas! Elas que são o primor da natureza, tornadas o tipo do grotesco!

Não é ridícula, não é anti-estética a mulher porque trabalha: pelo contrário, muitos dos trabalhos dos homens estariam a pedir substituição, já que a fôrça das cousas lança constantemente sôbre as calçadas das cidades enxames de mulheres sem eira nem beira.

Estão neste caso a composição tipográfica, as *capelistas* da antiga Lisboa, donde as velhas da nossa infância foram expulsas pela concorrência; as boticas, as estações postais e telegráficas, as dos caminhos-de-ferro, onde a divisão do trabalho corresponde à vida doméstica, a mulher desempenhando os trabalhos leves, o homem tomando para si os outros. Estão neste caso, acima de tudo, as lojas de modas, onde rapazes de cabelo encalamistrado entreteem a vida efeminada a vender metros de sêda às senhoras, com vozes aflautadas saindo de boquinhãs retorcidas que falam uma língua *sui generis* pouco inteligível em português.

Em vez de se fazerem doutoras, neste nosso

modo de ver fósil e bárbaro, era melhor fazerem-se caixeiras, fazerem-se compositoras, fazerem-se boticárias, fazerem-se tudo, menos essa ridícula contrafacção de homens. O trabalho não afeia a mulher — nem o homem. O que a afeia, o que dá cabo dessa missão suprema da mulher que é encantar-nos; o que destrói o seu cunho natural e inevitável, — é a paródia da virilidade. (*Reporter*, 11-VII-88).

A VIDA MILITAR

Êste voluminho de de Amicis (*A Vida Militar*), é talvez o melhor da série de esbocetos italianos que os editores e tradutores vulgarizaram entre nós. Tem uma vivacidade, um *realismo* positivo e doce, tão nu de convenções, tão humano e quente, que a gente comove-se e sente vibrar cá dentro as boas cordas da harpa da nossa alma.

Ê que nada há mais patético do que a guerra. Aí, no fragor da luta, amaciam-se os ódios mesquinhos, e, se os homens são inimigos como soldados, os soldados combatendo-se amam-se. A batalha torna-se como uma tempestade de elementos em que a personalidade se demite, e entre gente desconhecida aparecem os instintos bons que o próprio perigo

desperta. Homens que sòzinhos seriam lobos, em falange são cordeiros: da fera resta apenas a coragem. Os vínculos do sangue e do perigo congregam o rebanho em armas: um exército é uma comunidade. A guerra é a origem das instituições sociais. Antes dos reis serem magistrados, foram capitães. A primeira sociedade sujeita a regras foi o bando armado em guerra, tendo por chefe o pai, emquanto a família e a tribo — uma família amplificada — emquanto a consangüinidade era o único vínculo social.

Os soldados, verdadeiramente irmãos, sentem-se unidos numa mesma carne, num mesmo sangue. A disciplina é um abraço fraternal, o comando é um patriarcado. Desertar, fugir, recuar, temer, são actos inconcebíveis.

Para além da família dos vivos está a família dos avós, ondeando no ar em almas, combatendo como as legiões de anjos que vinham a propósito enfileirar-se ao lado dos exércitos christãos...

Cimentada com sangue, a energia da hoste bárbara é irresistível. Por isso, quasi sempre que bárbaros se acharam em armas combatendo contra sociedades mais ou menos amadurecidas no caminho da caducidade, os bárbaros venceram. Venceram os gregos de Homero as cidades remotas da Asia-menor; venceram os germanos as cidades romanas do império; venceram depois os árabes por tôda

a parte, desde o Oriente até à Espanha, as nações dos persas, dos egípcios, dos latinos, dos visigodos; venceu o turco, ainda hoje senhor da antiga Bizâncio.

Não há povo que um dia não combatesse; não há sociedade que não tivesse sido um exército. ¿ Como se condenará, pois, em nome da humanidade a guerra, se a luta é a origem de tôda a hombridade, de tôda a coragem, da nossa fôrça e da nossa liberdade? Não se confunda a pieguice com a paz, nem tampouco a crueldade com a guerra. As próprias nações formadas carecem dêsses baptismos periódicos, onde se retempera a fôrça: mal de todos os que nos ócios de uma longa paz se deixaram cair na frouxidão do sossêgo. A vida não consiste inteiramente em digerir, gozando.

A sociedade nasceu armada; a existência é uma luta — o que os naturalistas chamam a concorrência vital. Dessa luta obscura fêz o homem, dirigido pelos seus instintos morais, uma religião ou um rito. Assim transformou o coito, assim o combate. Assim nasceu a família, assim o exército. O casamento é um sacramento, a batalha uma celebração; a família, o exército, são dois sacerdócios. Os esposos em Roma comungavam o bôlo sagrado, os guerreiros baptisam-se em sangue. Antes da peleja, os maometanos ungem as barbas com terra amassada em lágrimas. No leito nasce o amor,

no campo levanta o vôo a bela ave do entusiasmo com as âsas da glória abertas.

O amor é místico, a gloria épica; um murmura, a outra canta. O povo, apaixonado, celebra o vencedor; mas odeia o homem sangüinário, como despreza a lubricidade nojenta — porque foi da crueza e de luxúria animal que nós tirámos o amor e a guerra, impondo o cunho sagrado dos instintos humanos aos impulsos da natureza bruta. O nosso ódio e o nosso desprêzo traduzem a repugnância pelo estado remoto donde viemos.

Se no casamento há ritos, a guerra tem-nos tão poéticos, tão expressivos da nobreza e da fôrça, como os outros o são da candura e da fidelidade. Antes de invadir o território inimigo o romano mandava o fecial jogar da fronteira um dardo ensangüentado — um grito de vingança, um aviso de batalha; que honra há em dar num homem desprevenido?

Nem só a defesa legitima a guerra; a agressão pode também ser legítima. O conflito entre sociedades próximas é indispensável ao seu desenvolvimento, pois sem penetração não há vida, e sem a selecção resultante da luta não pode haver progresso.

A guerra é ainda hoje, será sempre, para as sociedades, como a família para os indivíduos: uma, o seio onde se aprende a ser bom; outra, a arena onde se aprende a ser forte. O

amor inicia-nos na caridade mística, e a guerra no amor prático. Não há homem mais caridoso do que o soldado, ninguém mais cheio de candura e piedade com as crianças, com as mulheres — por isso elas os adorarão sempre!

A consciência da fôrça é o único fundamento da generosidade. Só o homem fraco é duro com os pequenos, com os pobres e indefesos.

Não há pessoa mais arrogante do que um cobarde. Leia-se no livro sôbre que estamos conversando o *Camarada*, leia-se o *Recruta*: eis aí como é a fragilidade da fôrça — uma candura amorosa, quasi infantil. Mal dos povos que não teem guerras nas suas tradições, nem brio militar no sangue das suas veias. O ideal da gente chatim é a certidão de morte dos povos.

Mas, se a guerra vale tanto na constituição e na economia moral das sociedades, ela é também o mais perigoso dos instrumentos sociais. Se a conquista é a fórmula da criação das nações e da selecção natural entre os povos, essa fórmula é mais vezes ainda a causa do atrofiamento dos vencidos e da corrupção dos vencedores.

Fenómeno algum humano mostra mais do que a guerra quanto ao homem é fácil conceber, ou, pelo menos, sentir a razão das cousas; e quanto lhe é difficil obedecer, nos seus actos, a essa norma que lhe é conhecida. Não há povo

que não conquistasse, mas na Europa antiga houve apenas um povo que soube conquistar para civilizar, vencer para assimilar, imperar para progredir: foi o romano, cujas lições herdadas são ainda hoje o mais seguro fundamento das nossas leis.

Tem-se comparado a guerra às tempestades naturais, definindo-a como uma falta de ponderação na existência e no desenvolvimento paralelo de povos vizinhos. Por isso mesmo a guerra é um factor inevitável da evolução das sociedades, pois conceber a coexistência de gente igualmente dotada, igualmente desenvolvida, com ambições, terreno e riqueza iguais, é tão quimérico como supor a igualdade absoluta dos indivíduos. A guerra é a concorrência internacional, a concorrência é a guerra económica intranacional.

Mas para ser fecunda é mister ser dirigida, moralizada. ¿Ousará alguém contestar a excelência da conquista moderna da Índia pelos ingleses? ¿E' porventura êsse caso singular na história? A invasão e o império podem portanto ser tão fecundos e tão legítimos como a defesa.

Mas de todos os papéis que a tropa desempenha no viver das nações não há nenhum tão belo, tão nobre, tão digno, como a reivindicação da autonomia perdida em era de infortúnios. Quando a Itália resuscitou, o seu clamor

era tão justo que das próprias derrotas ganhou o que as violências dão. Perde em Custozza? É vencida em Lissa? Mas junta a si o Veneto, arrancando-o à Austria. Depois, enquanto os aliados esmagavam a França, ela estende o braço, e de Florença passa a Roma. Os tempos antigos da unidade da Itália voltaram: a cidade do Tibre preside outra vez ao congresso dos povos peninsulares, desde os Alpes até ao Adriático, desde Veneza até à Sicilia.

E' que a habilidade dos seus estadistas tinha por apoio uma fôrça eminente, e espadas e lanças para comentário das notas. Se o exército italiano, novo como a nação recém-nascida, não podia medir-se ainda com o austriaco, podia já pesar, pesava muito já, na balança militar da Europa.

A intervenção da Itália no conflito de 1870 pode considerar-se como a desforra do acto de Brenno o gaulês. Também ela agora deitava a sua espada na contenda, e, sem ter de a molhar em sangue, entrava no Capitólio.

Anunciada pelos poetas, a ressurreição da Itália, norte de todos os políticos, filhos de Maquiavel, efectuou-se pelas armas. As quinze horas de fogo em Solferino sagraram com sangue a nova pátria. Os poetas, cantando, amando, combatiam. De Amicis pelejou; e como êle grande parte da mocidade italiana, hoje célebre nas letras, bebeu as inspirações na guerra.

Assim a nossa grande geração romântica, educada na emigração, retemperada por uma guerra, mais triste sim, mas não menos dura, mostrou que fôrça põe no pensamento o encarar de frente com a morte. Nas poesias de Herculano, hinos de um profeta, pulsa a vida de um soldado... ¿ Quem sente hoje dentro da alma paixões e entusiasmos? ¿ Quem é capaz de sacrificio e abnegação? Gente mesquinha e pacífica, gente pequena e fútil, parecemos degenerados.

O nosso exército é plebeu; ainda o recrutamos, por selecção, entre os deserdados da fortuna. Os officiais, burgueses, são amanuenses ou conselheiros, conforme as patentes, quando não são *tarimbeiros*. Depois de trinta anos de vida guerrilheira, vieram outros trinta de paz; sem tradições de glória militar recente, pois toda a fôrça se nos foi em guerras de partido, caímos na doce quietude do marasmo. Os nossos soldados são cabos de policia nas aldeias provincianas, ou condutores do Santissimo, atrás dos andores e dos anjinhos nas procissões.

¿ Poderiam os nossos nervos com uma reorganização militar? ¿ Teríamos nós todos civismo para nos sujeitarmos ao serviço universal obrigatório? ¿ Haverá ainda no cofre da nossa riqueza elementos para tamanho orçamento? Pense-se, medite-se e responda-se.

Sem tais sacrificios não há hoje exércitos, e sem exércitos parece que não pode haver na-

ções. Quando a própria Bélgica passa dois meses em grandes manobras militares! Já lá vai o tempo em que no regime monárquico-aristocrático a milícia era uma profissão, a guerra um xadrez jogado a frio pelos estadistas na tábua do equilíbrio internacional. Hoje, no colectivismo anónimo das democracias, os exércitos são como foram no colectivismo dos tempos primitivos: a nação inteira. Tôda ela governa, tôda ela combate. A mesma alma que inspira o govêrno preside à guerra.

Por isso as guerras de hoje teem um carácter enorme e trágico. Não vem a sua grandeza apenas dos novos engenhos monstruosos; vem principalmente do carácter colectivo com que se combate, do espírito nacional que inspira a batalha. Correm povos contra povos, como ondas; e, no dia da luta, cada qual abandona o seu trabalho diário pelo dever solene de correr onde a pátria manda. Assim, outro dia, o trabalho se abandona também para cumprir os deveres cívicos. (*Jornal do Comércio*).

A DISCIPLINA MILITAR E OS DIREITOS POLÍTICOS DO SOLDADO

Vai já em trinta anos que felizmente (salvo o episódio trágico-burlesco da chamada revolta de Braga), acabou para nós a idade dos pro-

nunciamentos iniciada em 1820, depois da tentativa frustrada de Gomes Freire. Vai em dez anos ou mais que a Espanha concluiu também, com a aventura de Sagunto, a série das suas revoltas militares. Os exércitos da Península parece terem voltado a êste estado de funcionar passivo — de que oxalá ninguém os faça sair tão cedo.

E' porém normal um tal estado? Quando lemos hoje os panfletos violentos do tempo das nossas guerras civis, v. g. o *Soldado e o Povo* do sr. Casal Ribeiro, chamando o exército à revolta, perguntando-lhe se, por ter sôbre a cabeça uma barretina, não tinha medula dentro do crânio, se, por ter no peito as correias, não tinha lá dentro um coração: quando lemos hoje, repito, êsses escritos, ocorre-nos a dúvida sôbre o lado de onde pára a razão.

A sociedade confia armas e munições a um certo número dos seus membros, cometendo-lhes a honra e o trabalho de a defender contra a desordem interna e contra a agressão externa. Não há profissão mais nobre, nem mister mais digno.

Outrora, emquanto não principiaram a pôr-se em dúvida os alicerces jurídicos das instituições; emquanto o direito divino sagrava um rei que ao mesmo tempo era soberano e representante da sociedade, — outrora não surgiam dúvidas acêrca dos direitos e dos deveres dos militares.

Pátria, rei, lei, eram uma trindade soberana, um corpo homogéneo, um sistema em que se não descortinavam antinomias nem contradições. O dever do soldado estava aí onde estava o seu rei. Entretanto, é sabido que a teoria, embora consistente como era, não podia prever todos os acasos da sorte. O próprio princípio da origem divina trazia consigo a doutrina da legitimidade, doutrina em que se tornava objectivo. Por isso, se ninguém discutia então a origem da autoridade, muitas vezes houve que debater a função dessa autoridade. Ninguém contestava a soberania do rei, mas frequentemente se debatia a legitimidade do soberano. O exército dividia-se com os partidos dinásticos e, praticamente, as causas de dúvida existiam então como hoje. Todavia o conflito na sucessão era um caso fortuito, não um caso necessário, no regime monárquico; e, por freqüentes que tivessem sido as guerras de sucessão, é facto que nem a sua gravidade nem a sua freqüência podem comparar-se aos conflitos próprios dos tempos de revolução.

É nisto, pois, que a nossa época se diferencia da precedente. Hoje, dado um movimento que agite as instituições de uma nação, não se discute a investidura do poder, debate-se o próprio princípio da autoridade. Ora, numa questão de tal modo íntima, vital, orgânica, ¿pode negar-se o voto ao soldado? E não dizemos o

voto no sentido do exercício da delegação electiva da representação. Dizemos o voto no sentido de opinião, de crença, de entusiasmo, de dedicação pela sorte e pelo futuro da sua terra e dos seus. ¿Pode negar-se ao soldado o direito de intervir no debate acêrca do destino de uma sociedade da qual, embora soldado, faz parte? ¿Pode exigir-se-lhe que fique reduzido à condição de autómató, manequim armado, sem mais vida de que outra qualquer máquina de guerra inanimada?

Todavia, por outro lado, se se reclamar que o cérebro pense e o coração bata, como dizia o antigo panfletário, êsse cérebro, êsse coração hão de dirigir o braço que a sociedade armou, e as armas confiadas ao soldado poderão ser como um instrumento matricida.

Neste momento do discurso, põe-se hoje por via de regra ponto na questão, e em geral opina-se contra a primeira das duas teses que enunciei, e a favor da segunda. ¿Estará, porém, analisado o problema completamente? Parece-me que não.

Um episódio actual da política francesa despertou-me estas cogitações. O facto é êste. Quando há anos, durante a presidência do general Mac-Mahon, um gabinete conservador parece que tentava reprimir violentamente as tendências oposicionistas radicais do parlamento, um major recusou-se a obedecer às ordens que

lhe davam de dirigir o seu batalhão sôbre Paris. Esse major, de quem o radicalismo fêz um herói, acabando agora de o eleger senador, é acusado de traição aos deveres militares pelos conservadores.

Não discutamos o caso em si: tomêmo-lo apenas como hipótese; e, como tal, parece-nos dever formulá-lo dêste modo.

¿Pode ou deve um militar, desde que creia ver na ordem que recebe um abuso de autoridade de quem a emite, recusar-se a cumprí-la?

¿Pode ou deve insurgir-se contra ela, (e já o facto de recusar obedecer-lhe é em si uma rebelião)?

Parece-nos que a questão, posta dêste modo, tem, além de uma gravidade social eminente, uma grande importância moral. Se é fora de dúvida que o nosso bom-senso basta para condenar tôdas as revoltas de quartel ou pronunciamentos que maculam a história peninsular dêste século, embora partidos as denominem pomposamente revoluções; é também incontestável que actos como os da França em 52, em 71, actos em que o exército se torna uma máquina de guerra inconsciente; um ariete bruto e sanguinário, para servir uma ambição imoral ou uma vindita cruel, que tais actos, dizemos, revoltam o nosso senso moral—revoltarão a alma de todo o soldado nobre.

Deixar de julgar os acontecimentos em que

somos actores só é compatível ou com uma brutalidade obtusa ou com uma superioridade transcendente: ou é próprio de quem não possui a faculdade de pensar, ou de quem pelo pensamento agudo atingiu aquela esfera em que vêem as relações necessárias das cousas independentemente das contingências — incluindo a contingência da nossa própria acção.

O soldado que outrora obedecia religiosamente ao monarca não sentia problemas da ordem destes levantarem-se-lhe no espírito. O soldado que, pago e ébrio, como um janízaro, não pensa na moralidade do emprêgo da fôrça, pondo-se ao serviço dos vários tiranetes dos tempos revolucionários, tão pouco experimenta dúvidas. Não as experimenta ainda aquele que, desvairado por uma paixão política, se levanta com as armas que a sociedade lhe confiou, não para a arrastar neste ou naquele sentido, mas para a defender apenas.

Sente-as, porém, todo aquele que, sério e digno, consciente e forte, sente e pensa.

Não se exija, pois, do soldado o que é incompatível com a natureza do homem — sempre que esta natureza não fôr amesquinhada à condição de um manequim armado.

Não se exija, porque isso é até contraditório com o próprio princípio sôbre que hoje existem os exércitos. A conscrição, o serviço universal obrigatório, fazem do exército, que

outrora, assoldado, era uma guarda pretoriana, uma representação da sociedade inteira.

¿De que modo, pois, se pode resolver a antítese? ¿Por que maneira forte e digna pode o soldado obedecer a ordens que vão de encontro à sua opinião? ¿Em virtude de que princípio orgânico se concilia a disciplina indispensável aos corpos armados, com os ditames não menos imprescritíveis da razão e da consciência, quando apareça um conflito?

Em nosso entender a antinomia resolve-se numa esfera superior à disciplina e à consciência individual. A milícia é para mim como uma magistratura — mais ainda, como um sacerdócio.

E' uma função eminentemente social, e representa como tal a ordem moral de uma nação.

O sacerdote, o magistrado, o soldado são indivíduos que teem de sacrificar-se a si, às suas opiniões, aos seus sentimentos e inclinações, a uma razão-de-Estado, a um princípio de ordem superior aos motivos de qualquer padre, de qualquer juiz, de qualquer soldado, considerados como indivíduos.

É essa moral que chamamos colectiva a que absolvía o padre de pecar contra a natureza sendo celibatário, sem espôsa, sem filhos; é ela que absolve o juiz quando sentenciando um homem à morte, sente o seu coração protestar;

é ela que absolve o soldado quando de arma ao ombro vai cumprir uma ordem cruel — combater porventura contra um irmão!

Entretanto, há um limite ao sacrifício; êsse marca-o a consciência. Nenhuma espécie de moral colectiva pode obrigar pessoa alguma a praticar um acto em que a consciência lhe denuncie um crime. Possa embora a consciência errar! Mas para cada um de nós, homens — e o soldado é homem — ela é o nosso supremo juiz. Em tal caso o máximo sacrifício possível é abafar o protesto, conquistando com a demissão a liberdade. (*Diário do Exército*, 21-I-82; v. a nota a êste artigo no fim do vol.).

AMERICANISMO

Discreteámos ontem da Espanha e dos espanhóis: hoje entram em scena os americanos. Quais valem mais? Sem dúvida alguma os espanhóis, embora com isto ofendamos a gente ingénua que vê os Estados Unidos por aquele instrumento com que se diz que muitos vêem Braga — por um canudo.

Sem dúvida alguma os espanhóis — e por vários motivos. Entre a extravagância e a chatinagem, é preferível a extravagância, não pelo seu valor próprio, mas porque de um extrava-

gante faz-se às vezes um herói, e de um furavidas o mais que se faz é um trampolineiro. Em Espanha, como em tôda a parte, rouba-se — é fora de dúvida; mas o *picaro* vale mais do que o *pick-pocket*; o bandoleiro de trabuco (espécie em via de extinção) é preferível ao assassino de martelo em punho; o empregado público pandilha, género que substituiu o rufião do tempo dos Felipes, está muito acima do magistrado democrata, aprumado em colarinhos, conhecedor de letras e tretas.

O caso do município de Nova-York revela um fundo de podridão incomparável, nessa gente que descende dos companheiros de Penn, o evangelista. Eis aqui tôda a história.

Nova-York possui, como Lisboa, uma autonomia e um conselho de vinte e quatro *aldermen*. O mais insignificante burgo da União tem iguais fóros. São vinte e quatro cidadãos, eleitos segundo tôdas as regras do radicalismo, isto é, mediante um pacto formal lavrado com os *influentes* locais para o arrendamento dos votos dos eleitores dos vários bairros, e elevados por êsse modo à categoria de magistrados populares e senhores absolutos do tesouro municipal.

No conselho municipal de Nova-York não há governador civil nem administrador indiscreto que ponha embaraços à *iniciativa* dos *aldermen*, que teem a faculdade de administrar,

legiferar, construir, demolir, comprar, vender, traficar, trampolinar emfim com as finanças da grande cidade. Quem ousaria intervir? o govêrno? Mas se é composto de *amigos!* E, quando o não fôsse, comprava-se a metal sonante. Os tribunais? Mas se os juízes são electivos, isto é, saem da própria massa donde saem os *aldermen!*

Desde o último carteiro até aos funcionários mais pingüemente retribuidos, todos os empregados com suas famílias, as mulheres, os filhos, os tios e os sobrinhos, compõem a clientela faminta dos *aldermen*, a sua domesticidade subserviente, até ao dia em que a uns *aldermen* sucedem outros *aldermen* com a bolsa mais fresca ou mais bem recheiada.

É portanto necessário que o ano de exercício dê para tudo. *Go ahead!* O americano não conhece meias medidas. A cousa pública é o bôlo que todos comem, a pia onde todos bebem; são os *despojos opimos* da vitória, na frase sincera e cínica dum dos primeiros *estadistas* americanos em pleno Congresso. É mister roer todos os ossos, liquidar todos os *negócios*, explorar bem tôdas as *fontes de lucro*: um empréstimo, um plano de obras, etc. Quem vier depois que tenha imaginação para inventar cousas novas. Só a cousa pública é eterna e inexgotável!

Tudo quanto diz respeito à administração urbana, ruas, limpeza, viação, hygiene, forneci-

mentos, instrução, impostos, correios, polícia, tudo oferece pasto para transacções secretas, comissões, luvas e presentes, explorados com uma sciência genial. Os partidos rivais bulham sem dúvida, mas invariavelmente guardam o *segrêdo de secretário* sôbre êstes arranjos secretos.

As vezes, porém, os vencidos são indiscretos; e foi uma indiscrição destas que trouxe à luz do dia os *actos reservados* da administração municipal de 1884. Era a concessão gratuita, feita a certa companhia financeira, de uma linha de tranvias na Broadway, que é, como se sabe, a avenida central de Nova-York. Um dos *aldermen*, picado pelas acusações da imprensa, veio a público e pôs tudo em pratos limpos, acusando-se a si e denunciando os colegas de terem recebido cada qual os seus 36 contos de luvas.

Em seguida, não houve remédio, foram para a cadeia os *aldermen* que são dos gordos entre os gordos figurões da *city*. Três fugiram, um morreu, apenas um parece que está inocente. Os jornais americanos veem cheios com êste caso, que está sendo para Nova-York como o das raparigas seduzidas foi o ano passado para Londres — um assunto de *réclame* jornalística, um escândalo bom para explorar, um caso nada extraordinário, um caso corrente, mas que só tem de anormal o cair no domínio da publicidade escrita.

É isto o que forma o escândalo, não o facto da simonia, matéria corrente e sabida. Ainda há anos jazia na prisão o célebre *boss* (figurão?) Tweed, presidente do município de Nova-York, que sob o consulado do general Grant, êsse desgraçado chefe de um partido de trampolineiros, roubou ao tesouro dessa cidade a bagatela de 36 mil contos! Tweed era uma das celebridades da América; andava nos *guias* como portento, digno de ver-se ao lado, senão antes, da ponte de Brooklyn e da catarata do Niagara. O seu quarto na cadeia era um salão principesco, onde servia Cliquot *frappé* aos visitantes, enquanto contava benignamente, com a consciêcia da sua fôrça e a certeza da sua impunidade, os detalhes minuciosos da operação famosa. Os *cicerones*, ao sair, perguntavam com orgulho aos viajantes comovidos se havia porventura *yankee* mais *smart*, mais finório, mais diabo! *God ahead!*

É o grito unânime do americanismo. Dinheiro por todo o preço. Vencer a todo o custo. Há uma única lei que é a fôrça. A fôrça nas cidades ditas civilizadas é a astúcia. Roubar sem bolir no código, é tôda a arte; roubar o bastante para que o dinheiro roubado vos garanta a impunidade, é tôda a fôrça.

Ainda não chegámos ao americanismo, porque temos arraigados os preconceitos e escrúpulos de cousas antigas. Ainda lá não chegámos

porque tôda esta Europa está velha e gasta. Nem há fôrça nos homens, nem bôlos suficientes no alto dos vários mastros de *cocagne* que, sob o naturalismo vigente, constituem o ideal da existência.

Ainda não chegámos, mas caminhamos depressa para lá; e a moral de todo êste artigo está em dizer que as leis, as garantias, as liberdades, etc., valem de nada quando não houver costumes. Êste aforismo é, como quási todos, uma banalidade; e por isso agora reconhecemos a inutilidade de o ter escrito. Rasgá-lo, porém, seria cometer outra inutilidade: por isso vai, como vai. (*Provincia*, 29-IV-86).

A CAPITAL DA LOUCURA

A monografia do illustre clínico do hospital do conde de Ferreira, a que se refere o nosso título, é por mais de um título interessantíssima. De resto, possuem um atractivo singular para o pensador todos êstes estudos mentais em que o exame dos médicos ilumina de um modo frequentemente imprevisto as cogitações do filósofo, exercendo-se sôbre esta espécie particular de doenças cujo princípio é tantas vezes, senão as mais das vezes, inacessível.

Depois dos trabalhos, já antigos, do dr. Po-

lido, que em Rilhafoles iniciou o tratamento dos doidos entre nós, a instituição do falecido conde de Ferreira veio dar lugar à formação de um princípio de escola. O benémérito filantropo, que deu 100 contos para aulas de instrução primária, fêz um duplo serviço dotando como dotou o hospital da Regaleira. Criou uma instituição que pode ser modelo num país que apenas tinha a ignóbil enxovia de Rilhafoles; e ao mesmo tempo permitiu que se applicasse para êste género de estudos o talento e o trabalho de uma trindade de médicos illustres.

Está à frente dêles o dr. Sena, ex-professor da Universidade e que do seu tirocínio no Hospital nos deu já as interessantes memórias sobre *Os alienados em Portugal*. Vem depois o sr. Júlio de Matos com o seu belo *Manual das doenças mentais*; e agora finalmente o sr. Magalhães Lemos com a monografia de que hoje damos a notícia.

A colónia de Gheel é uma verdadeira cidade-asilo de doidos. Gheel está a meio caminho entre Herenthals e Moll, junto a Bruxelas. Ocupa 1853 hectares. Os habitantes com juízo são lavradores, e à lavoura juntam a indústria do albergue de doidos. Além dos alienados assim dispersos, há-os reunidos, ou por perigosos, ou para observação na enfermaria da vila.

Êste tipo de colónia de alienados é antiquíssimo na Bélgica e reproduz-se hoje, ao que pa-

rece com êxito, em vários pontos da Alemanha. Quere o dr. Lemos que se implante também em Portugal, adquirindo-se junto ao hospital do conde de Ferreira uma área de terrenos suficiente e adaptando-se a êsse fim.

Tem uma lenda a colônia de Gheel, uma lenda, como tôdas as cousas antiquíssimas. Diz assim:

Pelos tempos em que na Bélgica principiava a prègar-se o cristianismo, Dymphne, filha de um rei pagão da Irlanda, perseguida pelo amor criminoso de seu pai, fugiu, vindo esconder-se em Gheel, onde vivia na companhia de um padre que a convertera ao cristianismo. Descobrimdo o rei o esconderijo de Dymphne, apresentou-se em Gheel e mandou aos homens de seu séquito que matassem a filha e o padre, que se chamava Gerrebert. Êste foi logo executado, mas ninguém ousou tocar na princesa. Então o rei, de um golpe de espada, decapitou a filha.

A vista desta scena, que a tradição coloca no século VII, produziu tal comoção nos habitantes de Gheel que alguns doidos ficaram curados. A fé levou a acreditar num milagre e a princesa passou a ser considerada como advogada dos doidos. Daí resultou o afluirem das populações vizinhas a Gheel, vindo ao túmulo da santa rezar duas novenas que formavam o primeiro período do tratamento. Quando se não

curavam, instalavam-se em Gheel sob a protecção da patrona.

Encantadora legenda que abraça com um laço de virtude, de caridade, e de fé, a mais humana de tôdas as doenças, a doença por excelência nobre — a doidice, êsse desvio ou êsse exagêro, essa atonia ou essa exacerbação de faculdades particulares da nossa espécie. Tem-se definido por muitos modos o homem, mas nenhuma definição há mais exacta do que esta: é o único animal capaz de enlouquecer.

Outros animais teem fúrias, teem até manias; nenhum, porém, apresenta êste fenómeno de desvairamento no estado crónico, porque nenhum tem uma máquina nervosa delicada e forte bastante para produzir normalmente ideas.

Singular deve ser, com efeito, o aspecto dessa vila inçada de doidos. Dentro das paredes dum hospital, num recinto murado dum pátio, os doidos produzem uma impressão de tristeza pungente. Sente-se a degradação de uma bela obra como é o cérebro humano, há uma impressão que amesquinha, contrange e humilha. Nada de horror: o doido medonho é uma criação da fantasia. O alienado é desvairado ou idiota. Sente-se como uma camada de amargura sôbre o coração, e cá fora o ar parece mais vivificante, a luz mais luminosa, e os homens, ai! muito mais ajuizados de que em realidade são.

Mas o contraste da natureza viva com essa doença como que sacrílega, que noutros tempos era quási um pecado, e ainda hoje entre os ingleses é enfermidade que se não confessa a ninguém: o contraste da natureza com êsse como que insulto à sua obra culminante que é a razão humana, deve produzir impressões estranhas.

«E' perfeitamente exacto que uma pessoa desprevenida pode fazer excursões de campo sem nada perceber de singular ou de estranho; mas se tiver algum espírito de observação, e sôbre tudo se fôr alienista, reconhecerá pelo olhar, pelas atitudes, pela fisionomia, pelos gestos, pelos actos, dos indivíduos com que topa aqui e além, que está com efeito na verdadeira *capital da loucura*. Eis o que diz o dr. Magalhães Lemos, e conta casos em abôno do que afirma.

Estranha capital! Uma vez o nosso médico descia do hotel para a enfermaria, quando foi sùbitamente atacado por um homem que gravemente lhe comunicou os seus negócios. Grandes capitais que destinava a enormes compras de vinhos. Ia duplicar a sua fortuna. Comprava-lhe já todo o vinho que tivesse nos seus armazéns de Paris, etc. O médico termina: «Não me foi difícil reconhecer neste enfêrmo um delírio crónico no terceiro período».

Será; será o terceiro para os nevropatas, mas

para nós, os críticos, é o quarto. Há um anterior aos que se consideram doença; há um que passa por juízo; há um que é o mais geral e o mais terrível: o da sêde de gôzo, da ambição desordenada de dinheiro que enlouquece a civilização. Por isso, para mim, é duvidoso ainda se a verdadeira capital da loucura está em Gheel, ou em Bruxelas — a pátria de Philipart, dos irmãos Pelzer e de Vandersmissen. O que digo em boa verdade é que responde muito melhor às ideas que tinha sôbre a loucura (ideas estéticas, bem sei) o espectáculo da bôlsa de Paris, com o seu tumultuar de gente desenfreada, do que o hospital do conde de Ferreira com o seu aspecto friamente amargurado. (*Provincia*, 20-VIII-86; artigo sôbre o livro do dr. Magalhães Lemos, *Visite psychiatrique à la colonie de Gheel*).

OS TOUROS

E' positivamente verdade que poucas épocas tem havido tão soturnas e desgraçadas como a nossa.

A alegria, filha do sossêgo de alma, da ausência de cuidados na estabilidade da vida, da protecção mais ou menos providencial de um Deus que pode e de um Rei que governa: essa alegria ingênuamente comunicativa com que a

tradição congregava nas festas familiares duas ou três gerações em tórno de mesas a que se chamava altares, bateu as àsas e fugiu como um bando de aves brancas acossado pelo vento agreste do utilitarismo dêstes tempos em que, trituradas tôdas as ilusões antigas, se fêz de pó e lágrimas a nossa ilusão colossal de gozo.

Toda a gente põe no prazer o objecto da vida, e por isso mesmo o gozar se torna uma sensaboria, como tôdas as tarefas. Divertir-se é esquecer-se, é o contrário desta lembrança constante e dêste fadário permanente de vencer o próximo no *steeple chase* da vaidade, em que até os que mais se aborrecem pensam muito a sério que os anos lhes correm satisfeitos e alegres.

Nunca houve talvez sociedade que mais se agitasse para se divertir, e que ao mesmo tempo bocejasse mais convicta e profundamente.

No meio das suas festas, dos seus circos, dos seus teatros, dos seus bailes, em tôda a parte a gente de qualquer classe se encontra reunida, observando-se, defendendo-se, agredindo-se, com os lábios arredondados em sorriso e o espirito sobranceiro, desconfiado ou caviloso de quem se sente num campo de batalha, muitas vezes, com efeito, sem dar por isso.

A alegria pressupõe a irmandade e a franqueza, aves de plumagem branca também fugidas

desde a hora em que a vida se tornou uma luta mais ou menos mesquinha entre sêres reciprocamente indiferentes, quando não são hostis por propósito ou por instinto.

¿ Quem é que a viu, a doce alegria ingénuo e descuidosa, abrindo os lábios em risadas argentinas, com os olhos banhados em luz, soltando os braços francamente, para nos apertar com os amplexos doces do esquecimento de uma vida que nunca foi de rosas? A fatalidade das cousas trouxe-nos a êste estado insípido, em que uns, para largarem a máscara permanente de convenções em que se arrastam, cretinizando-se, teem de fugir para o recesso melancólico e solitário do pensamento e da imaginação, enquanto outros, de personalidade menos aguda, vão desopilar-se no desbragamento, estonteados com a gargalhada amarga do deboche, a ver se conseguem oxigenar o sangue deslavado no currículo de uma vida sem sabor.

Eu conheço apenas um sítio onde às vezes ainda essa alegria franca e comunicativa se expande como um velário de azul cravejado de estrêlas scintilantes, tremendo ao compasso da respiração entusiasta de muitas mil almas arrebatadas. Sei apenas de um sítio onde ouço as risadas ingenuamente boas de um povo, vendo-lhe a face iluminada por uma candura alegre

bem diversa do riso idiota ou cínico nascido das pilhérias mais que equívocas do teatro.

São os Touros.

E' pelas tardes de verão, aos domingos, depois de um jantar engulido à pressa, com o estômago quente da digestão, a cabeça levemente excitada pelo vinho, quando o sol, a descair já, bate ainda em metade da praça e cada grão levantado da arena pelo escarvar do touro ou pelo galope do cavalo scintila no ar, em ondas de poeira luminosa; quando os gritos, a chalaça, o tumulto, num unísono ruidoso, acompanham com a sua orquestra as harmonias de côr dos trajos, desenrolando-se no ambiente melódico da iluminação das tardes do meio dia — é só então que eu sinto penetrar-me por todos os poros essa alegria do passado simples; e no abandono do esquecimento completo entra-me pela vista, pelos ouvidos, a deliciosa imagem de um povo alegre e vivo, a encher-me o cerebro de ondulações tão doces como as da vaga antiga espreguiçando-se pelo golfo de Corinto.

Veem-me à lembrança êsses tempos de alegria ingenuamente heróica em que os próprios lutadores dos jogos ístmicos eram os mesmos que nas plateas, acendidos em ardores patrióticos, deliravam ouvindo Eschylo a declamar os trechos líricos dos *Persas*, porque a luta e a guerra, o divertimento e o combate eram uma

e a mesma cousa, tão irmãs como as festas da religião e as cerimónias do Estado e da família.

E' que não há comunicação expressiva nem verdadeira alegria portanto, senão quando actores e público colaboram num todo, em que os primeiros exprimem singularmente o cõro de sentimentos e entusiasmos que palpitam no segundo. E eu pergunto às vezes a mim mesmo que espécie de relação pode haver entre plateas como as nossas e scenas onde se contam os casos singularmente estranhos para os ouvintes, os casos de uma sociedade que não sente como nós, de uma sociedade onde os costumes são outros e diverso o temperamento.

Todavia o público acredita que se diverte assistindo a essas verdadeiras fantasmagorias de estrangeirice, e, gradualmente hipnotizado pela ilusão scénica, começa por tomar como pessoas do seu conhecimento as personagens já de si falsas do teatro francês, para chegar afinal a crer que essa fantasmagoria tem alguma espécie de relação com os seus costumes, os seus sentimentos, as suas paixões ou as suas simpatias — a sua vida emfim.

E' assim que o teatro imbeciliza as gentes, quando as não perverte até à medula pela exploração dos motivos mais soezmente réles, ou da concupiscência mais meretriciamente desbragada. Eu sou do tempo em que havia ainda teatro popular português; ainda na minha in-

fância ganhei dores de cintura a rir, ouvindo as farças do Salitre ou da Rua dos Condes, farças chulas, farças plebeas, em que era centro o sapateiro de escada e ingénua a saloia de botas, mas farças inocentes em que o povo se via retratado em vez de se encontrar mais deprimido e mais pulha, como succede depois de ouvir as operetas em francês bundo com que hoje, sob o nome de música, se propina um ranger de sanfonas servindo de condimento a exhibições bordelengas.

Há risos que cantam, risos que choram, e há risos que produzem em quem os ouve uma impressão desoladora de angústia. Os das plateas populares são desta espécie — risos de desbragamento imbecil.

E eis aí por que me pareceu oportuno, agora que o verão começa, e pois que há gente que prefere ao sol o gás e ao ar franco o ar enfrascado em cola dos recintos abafados dos teatros, vir dizer estas palavras em abono do mais sadio e do mais nacional dos divertimentos populares.

Os inimigos das touradas alegam dois argumentos: a brutalidade do espectáculo, e a sua falta de valor artístico.

Eu queria ouvir da bôca dos prègadores da boa nova uma dissertação estética, em que provassem haver menos arte nessa gymnástica, ou

nessa luta própria das touradas, do que nos saltos mortais, no trapézio ou nas barras; do que nas corridas em que sôbre cavalos construídos *ad hoc* montam *jockeys* alimentados a pêsso; do que nos bailados da coreografia; do que finalmente na literatura nauseabunda, propinada às noites nas espeluncas chamadas teatros. E se me disserem que nas touradas se quebram braços, direi eu que a fractura de espinha é freqüente no acobratismo. E nos teatros é tristemente sabido por documentos recentes que de tempos a tempos morrem centenas de pessoas torradas em pilha.

Um dos fenómenos mais tristemente sintomáticos do nosso Portugal contemporâneo é o furor de francesismo, e a perda consciente, voluntária, de tudo quanto representa ainda a tradição dos nossos costumes, a autonomia da nossa língua e das nossas letras, a lembrança da nossa história gloriosa. Identificamos a palavra progresso com a palavra imitação; e não sabemos assimilar êsse tipo genérico de vida europeia sem perdermos a nossa fisionomia, em vez de a transformar modernizando-a como sucede por exemplo em Espanha.

Somos um povo em permanente indagação do que se faz *lá fora*, e não cessamos de inquirir se os que passam ajuizam bem da nossa garridice. Noutros tempos havia em cada janela de Lisboa uma menina a namorar e um

dêses monstrozinhos verdes e tagarelas — «Papagaio real!... Quem passa?» Isto, e um mangericão da noite das mouras encantadas, constituíam a mobília de uma dessas janelas que dantes se abriam sôbre o Rossio, e hoje, rasgadas as umbreiras a ponto de abrangerem tôda Lisboa, se abre sôbre o *boulevard* banalíssimo com o mesmo namôro, o mesmo papaguear, e o mesmo vaso de mangericão fatídico de um futuro concorrente com o dos arrabaldes de Paris.

Ora convém saber que, se não há touradas para o norte da Turena, como as não há no nosso Minho, na Provença correm-se tantos touros como em todos os países onde o céu é azul e o sol ardente.

O touro, porém, o pobre touro, é a preocupação dos membros da sociedade protectora dos animais, que por causa dêle acha brutal e bárbaro o espectáculo das corridas. A esta manifestação da sentimentalidade piegas do nosso tempo, responde-se, em primeiro lugar, que é justamente de algum tónico de brutalidade que necessita êste povo anémico de corpo e alma; e em segundo lugar, que os membros da ínclita sociedade, bem merecendo pela protecção dada aos animais, fariam talvez melhor se principiassem pelos seus semelhantes.

Primeiro nós, depois — êles.

Nesta cruzada contra os Touros parece-me entrar bastante um facto cuja influência se faz sentir em muitas outras cousas. É a idea de que Portugal acaba onde acaba Lisboa, aí pelas portas de Arroios. Para além que há? Vagamente Lisboa pensa que deve haver uma cousa chamada campos, onde pastam acaso ovelhas, acaso rinocerontes. E se pelo que respeita ao país a sua noção mais clara é a do Terreiro-do-Paço, pelo que se refere à paisagem entende que a verdadeira viu-a em D. Maria, na *Cora*.

Entre a secretaria e o teatro inclui-se a vida inteira.

Este achaque de Lisboa, moléstia herdada e que seria demasiado complicado diagnosticar neste momento, é também um dos motivos da hostilidade às touradas. Não se pensa bem que a capital de um país, para que verdadeiramente seja digna dêsse nome, há de ser como que o cérebro ou a síntese da vida nacional, há de ser como que o foco onde todos os aspectos e modalidades da vida local de um povo venham fundir-se, mostrando-se nas suas cambiantes, afirmando-se nos seus contrastes, diamante multiplamente facetado que, aspirando a luz de todos os lados, a funde e a expele em raios intensamente scintilantes.

Ora convém que Lisboa saiba a razão do entranhado amor do povo pelas touradas: é que estas são a festa nacional da zona do centro do

país e que é dessa zona que principalmente se forma, renovando-se, a população da empoeirada cidade de Ulysses.

No centro dêste nosso Portugal, ladeado ao sul pela Beócia alentejana, ao norte pela Flandres minhota, demoram as veigas do Tejo e do Mondego, divididas pela ossatura da serra da Estrêla, a pátria do Viriato lusitano. Pelos campos de Coimbra, e pelas lezírias ribatejanas, o touro negro de hastes agudas e paralelas, de ôlho ensanguentado, é, como era no delta do Nilo em antigos tempos, o *genius loci*, o ali-cerce de tôda a vida rural, o deus que além se chamava Apis e que hoje, outras eras, novas idades, perdeu o seu carácter místico, sem perder porém na alma popular o papel eminente de companheiro querido.

Tirem pois, se quiserem, as touradas ao povo, para o civilizar, mas fiquem certos de que lhe roubam os instantes mais doces, mais inocentes, da sua alegria ingénua. Creiam que cometem o crime de desnacionalizar ainda mais esta cidade-secretaria, e que, na idea falsa de progredir, não fazem outra cousa senão entristecer estupidamente a vida popular, dando-lhe cada vez mais em pasto o deboche dos teatros e a devassidão das ideas, que nas plebes correspondem ao histerismo requintado das classes intelectualmente cultas. (*Revórter*, 17-IV-88).

LIVRO QUINTO

ESPAÑHA E PORTUGAL

IBERISMO

Nesta crise, como em tôdas as que sucessivamente teem açoitado Portugal desde o comêço do século, o pensamento de muitos portugueses tem-se voltado para a possibilidade de uma união com a vizinha Espanha, e no de todos os espanhóis está radicado o sentimento da união política da península ibérica, expulsando o inglês de Gibraltar, e restaurando a tradição da conquista do império marroquino.

As ideas que popularmente se chamam ibéricas surgiram logo com a crise da invasão francesa, e foi sem dúvida como conseqüência de um tal movimento que chegaram a tomar a consistência de um plano, na conspiração combinada entre os generais Saldanha e Mina, durante o período mais agreste da usurpação miguelista. Depois, o estabelecimento das duas dinastias liberais nos tronos de Madrid e de

Lisboa, garantidas pela quádrupla aliança das nações peninsulares e da Inglaterra e França, afastou as ideas de união, até que a revolução de 1868 de novo as tornou a trazer para a tela política. Não eram crises nossas que as provocavam: era a crise em que a Espanha desconjuntada procurava ansiosamente uma fórmula de conservação.

Queria a Espanha por fôrça um rei (que teve com Amadeu de Saboia), mas entre todos os candidatos o preferido era o rei portugêz. El-rei D. Luís recusou a oferta. «Portugêz nasci, portugêz quero morrer», respondeu; e assim falhou a tentativa de união pessoal dos dois reinos da Península.

E assim devia ser, porque, no estado a que chegaram os sentimentos políticos e as ideas de direito público, não têm garantias de êxito as combinações exclusivamente dinásticas. Outra, quando na monarquia pura os povos viam no trono a representação viva dos seus direitos, os enlaces soberanos decidiam a sorte das nações. Hoje o caso é oposto: é o sentimento das nações que determina os enlaces dos dinastas, sempre que tais actos têm alcance ou significação política.

Por isso, na situação melindrosa que todos antevêem próxima para a dinastia espanhola, surge no espírito de vários estadistas a idea do casamento da princesa das Astúrias com o filho

de D. Carlos, cujas adesões partidárias são ainda fortes na região pirenáica. A escassa confiança na viabilidade do pequeno rei Afonso XIII obriga a preparar soluções para uma eventualidade triste; e, se a coroa espanhola tem de passar para a cabeça da princesa, entendem muitos que ficará mais segura com o apoio do que restá do velho espírito apostólico e particularista nas províncias do norte da Espanha.

Outros, porém, preconizam o enlace da princesa das Astúrias com o príncipe rial português, esperando realizar desse modo o que a recusa de El-rei D. Luis não permitiu tornar efectivo.

Ora, se o enlace com o filho de D. Carlos poderia alienar do trono mais camadas de elementos liberais é questão do regime interno da Espanha. O enlace português, porém, que, de-certo não encontraria objecção para além da fronteira, seria áquem o motivo eventual de se alienarem à monarquia elementos importantes para quem ela não é mais do que o penhor da independência política. Seria uma arriscada aventura, só compatível com um príncipe que tivesse nas veias a audácia talvez temerária.

Já o dissemos: no fim do século XIX, as nações não se submetem às conseqüências dos enlaces dinásticos; e tais planos, para poderem vingar, careceriam de um movimento de opinião que aclamasse o príncipe portador de uma

idea semelhante à que, por exemplo, a Sardenha deu a Vitor Manuel, campeão da unidade italiana, dentro da qual, porém, o Piemonte foi absorvido.

Mas na Itália as tradições da Antiguidade mantinham, através dos séculos de fragmentação da história moderna, a idea e a ambição da unidade, como o sonho doirado dêsse país que a política reduzira à fórmula de *expressão geográfica*; ao passo que nem semelhante idea, nem tradição, existem em Portugal. O antigo reino de Lião-Castela que, completada a reconquista, incorporado o Aragão e a Navarra, nas mãos de Fernando e Isabel, se passou a chamar a Espanha, definindo assim o pensamento da unificação peninsular, que Felipe II julgou ter consumado: êsse reino tem de-certo o ideal da unidade: tradição não a pode ter.

Portugal, porém, nunca teve semelhante ideal, o que não quer dizer que, no pensamento dos seus soberanos, nunca passasse a visão de uma Espanha unida. Pelo contrário, a idea de efectuar a união a benefício da dinastia portuguesa foi constante, a partir de Toro, e até D. Manuel. E esteve a ponto de realizar-se na cabeça do filho de D. João II.

É impossível reconstruir a história com hipóteses; mas a imaginação pára inquieta perguntando se, com efeito, o sonho de Campanella não poderia ter sido um facto, caso o fi-

lho de D. João II não tivesse morrido de uma queda estúpida. O herdeiro do trono de Avis, monarca de tôda a Península, senhor de todo o mundo extra-europeu, poria talvez sôbre a cabeça a coroa de um império mais firme e maior do que o de Carlos V. Unificando-se politicamente a Península pelo scetro de um rei português, enfeixando-se todos os reinos da Espanha no período ascensional da sua fortuna, é possível que a Portugal succedesse como ao Aragão; ao passo que depois, quando, sôbre uma catástrofe, a união se fez, o povo, que em um século attingira a plenitude da glória, identificou a união com a desgraça, chorando nas mesmas lágrimas a independência perdida e a fortuna dissipada. E se o acidente fatal de 1491, quando a princesa Isabel de Castela ficou viúva, não tivesse malogrado a ambição ingente do maior homem que Portugal, talvez, gerou, a coroa do herdeiro de D. João II, rutilante com as visões diamantinas de Nunalvares que foi o Paracleto português: a coroa rutilante de Avis não teria, é quasi certo, rolado pelos areais de Alcácer-Quibir, dispersando as suas pedras desengastadas, como lágrimas soltas na face adusta da aflicção cruciante de um povo.

É provável. É provável que o império oriental tivesse durado por mais tempo, e que a decomposição de um pequeno povo, esmagado sob o pêso de uma empresa titânica, se não

tivesse consumado. É positivo também que, a ser assim, a língua portuguesa, ainda em via de formação e que só na era de 500, com a máxima expansão do nosso génio, atinge os fóros eminentes que lhe conquistaram Ferreira, Sá de Miranda e Camões, muito acima de todos: é positivo que a nossa língua estaria hoje nas condições em que, perante o castelhano, se acha o catalão.

Assim, pois, tanto os factos funestos, como os gloriosos, tanto a nossa desgraça, como a afirmação heróica da nossa fôrça, tudo concorreu para tornar efémera a tentativa de união feita por Felipe II e gravemente prejudicada, se não perdida, pela política ensandecida do seu neto.

Com 1640 renascem as tradições remotas do antagonismo. A revolução e a guerra parecem a muitos um renascimento dos dias luminosos do cêrco de Lisboa, das côrtes de Coimbra e da vitória de Aljubarrota. É então que se imprime a crónica inédita dêsses feitos, devida à pena ingénua de Fernão Lopes, e que o cronista Duarte Nunes refunde à moda do tempo a narrativa pitoresca do pai da nossa história.

Assim, passado o período glorioso de Avis, em que as duas nações peninsulares vibraram sempre acordes perante o mundo, com o pensamento mais ou menos nitidamente formulado da união, regressava-se, com a nova dinastia,

ao que se supunha ter sido o estado do espírito nacional durante a primeira. Era um êrro. Até à revolução de 1383, pode dizer-se que a idea de nação estava para formar na alma dos diversos Estados que constituíam a Espanha.

Verdadeira expressão geográfica, as lutas dos diversos reinos da Península podemos considerá-las como guerras civis. Quem as estuda de perto e despido de ideas preconcebidas reconhece que a ambição pessoal dos príncipes é o motivo dessas guerras, em que as províncias passam de um para outro lado, à mercê da sorte nas armas. Galegos e lioneses andam quási sempre connosco, castelhanos muitas vezes, portuguezes andam em Castela, como D. João de Albuquerque, *o do atáide*, que a governou nos primeiros anos de Pedro o Cruel. O progresso das instituições, a codificação da legislação civil, o engrandecimento do poder dos reis: tudo isso concorreu para que ao mesmo tempo, quási, Portugal encontrasse em D. João I um símbolo da sua consciência de nação, e Castela, depois do reinado trágico de Pedro o Cruel, ganhasse a consciência também de que lhe competia a ela a palma da vitória na concorrência absorvente entre os vários reinos peninsulares. Assim se chegou, pois, a estabelecer o dualismo na Espanha; e consumado pela política, ao mesmo tempo audaz e prudente de D. João I, daí vieram as tentativas

de fusão dos dois reinos, da primeira vez malogradas em Toro, da última tristemente realizadas por Felipe II.

O dualismo restaurado em 1640 nem se parece com o de Avis, pois assenta sôbre a idea de opposição, quando aquêle se apoiava na de cooperação com a esperança mais ou menos vaga da unidade; e muito menos pode parecer-se com o sistema anterior a 1383, pois ainda então não havia na Espanha dualismo, mas um feixe de Estados mais ou menos autónomos, incluindo até os muçulmanos. Só com Fernando e Isabel se conquistou Granada.

O dualismo restaurado em 1640, obedecendo constitucionalmente à idea de opposição à Espanha, tinha como condição necessária o apoio de outra ou outras potências; pois, isolado, Portugal, nos séculos xvii e xviii, dependeu das condições do equilibrio europeu, devendo a sua autonomia principalmente à Inglaterra que, por herdar por partes o nosso império colonial, tomava a seu cargo deitar-nos sôbre os ombros o manto defensor do seu protectorado. Por isso, quando Napoleão revolucionou a Europa, deruindo a construção ponderada por séculos de tradição monárquica, o Iberismo surgiu na Espanha. Por isso, desde que as revoluções peninsulares ponham em risco a estabilidade das instituições e as crises sociais agitem as populações: desde que, ao mesmo tempo, não haja

na Europa interêsse bastante forte para determinar intervenções, o Iberismo tem de ser o fundo político de todos os movimentos, quer na Espanha, quer já agora em Portugal

Esta é a situação presente.

Coincidindo o exemplo da França republicana, rica e forte, embora abatida nos costumes, com o espectáculo das monarquias laterais da Espanha e Itália, arruinadas, combalidas e sem moralidade política superior, o contágio inevitável dá-se; e a crise precipitar-se-ia no instante em que a França quisesse adoptar o que Gambetta chamou uma «política de exportação» para as nações latinas dos seus dois flancos. Mas, ainda quando esta vontade se não dê, é fácil que a evolução própria dos elementos revolucionários nos dois reinos da Espanha, favoreada pelo mal-estar económico, pela ruína financeira e pela desorganização administrativa, comum em ambos êles, baste para produzir o conflagração.

¿ Logrará vencer a república ? ¿ Terão as monarquias fôrças para sufocar a revolução ? Em qualquer dos casos o problema do Iberismo se apresenta como capital.

No primeiro parece decidida a solução unitária : só varia a fórmula de a executar. Emquanto uns preconizam a idea de uma confederação das duas repúblicas de Espanha e Portugal, outros preferem a constituição dos Estados-

-Unidos Ibéricos, dando-se autonomia federal aos velhos reinos da Espanha, um dos quais seria Portugal. É mais fácil, a nosso ver, que, precipitada tôda a Península na anarquia, saia dela a segunda, que a primeira hipótese. É mais lógica, mais simétrica; e sempre que as sociedades se encontram em revolução, a ideologia domina, como não sucede nos períodos ordinários.

A idea federal vinga em Espanha por dois motivos: em certas classes insufficientemente instruídas, pelo idealismo republicano, pelo conhecimento que têm das instituições da América do Norte, e pela impossibilidade de discernir a diferença de condições históricas, políticas e psicológicas nos dois povos; em outras classes, isto é, na massa obscura do povo, pela lei da natureza que neste caso é o instinto histórico, ou por outra, a tradição particularista. A unidade social do povo nunca chegou a consumir-se do lado de cá dos Pireneus, como sucedeu do lado de lá, em França.

A aliança dêstes dois motivos, porém, em vez de ser uma causa de estabilidade forte para o federalismo espanhol, é ao mesmo tempo o motivo da sua fôrça revolucionária e da sua fatal condenação constitucional. O concurso dos elementos inconscientes, que o instinto move, põe às ordens dos chefes, dirigidos pelo idealismo político, numerosos exércitos de sectá-

rios; mas no dia em que a vitória se alcançasse ver-se-ia logo que entre capitães e soldados havia uma disparidade completa de vistas e um equívoco fundamental. Daí a inviabilidade, repetindo-se o que sucedeu há um quarto de século: cair a sociedade em decomposição até que a fôrça militar restaure a ordem.

Porque, na mente do popular federalista das provincias espanholas, a idea revolucionária é a do regresso às instituições particularistas, aos privilégios dos foros, ao desmembramento da nação, para a fazer voltar aos tempos transactos da Idade-média. E êste não é, de-certo, o pensamento teórico dos chefes, seduzidos pela geometria política americana. Conferida a autonomia aos Estados peninsulares, o instinto lógico, mais veemente no espanhol do que em qualquer outro europeu, reclama logo a ampliação autonómica da administração à economia. São diversíssimos os interêsses das regiões da Espanha: a Andaluzia, agrícola, é livre-cambista; a Catalunha, fabril, é proteccionista. Andaluzia e Catalunha quererão para si regime diverso, e defender-se hão com alfândegas interiores. Depois, se o Estado é autónomo, não há de sê-lo o cantão?

Ainda hoje, o *ayuntamiento* é talvez, de tôdas as instituições locais históricas da Europa, a mais autónoma. A autonomia cantonal vem como conseqüência lógica da dos Estados. E

tôda a história da última revolução espanhola parece dever repetir-se, porque os elementos em acção são ainda os mesmos.

E nesta acção não fizemos intervir os elementos dissolventes que a introdução de Portugal e as reacções da idea arraigada da sua independência histórica haviam de forçosamente trazer para o campo. É até natural que, se na última revolução o centro da Espanha convulsionado teve pelo norte a guerra da restauração carlista, teria agora, além dela, pelo sul, a da restauração brigantina. E entre os dois fogos, a tragédia acabaria forçosamente de um modo fúnebre.

É, portanto, para desejar que a fatalidade das cousas não precipite a Espanha na revolução, ou que, pelo menos, a ser inevitável, o delírio a não lance na aventura federal. O meio de evitar a catástrofe é óbvio: é o juízo nas monarquias, pois já hoje, na Europa, povo algum se insurrecciona por capricho. A era das revoluções por paixão passou com o romantismo; e a idade dos pronunciamentos militares passou também para a Espanha desde que ali funciona o serviço universal obrigatório, com três anos de exercício, reduzidos de facto à metade ou menos pelos licenciamentos. Soldados de quinze ou dezoito meses não têm o temperamento de caserna, sem o qual não há pronunciamentos possíveis.

Duas causas, ambas enérgicas, concorrem, pois, para afastar o perigo de uma revolução; muitas causas, porém, concorrem também no sentido de a precipitar: a pobreza económica, a ruína financeira, a desordem política, a desorganização administrativa. Se as monarquias da Península tiverem pulso para dominar os elementos de desordem, salvar-se hão; se o não tiverem, não as salvará, nem a indiferença política das populações, nem a ausência do militarismo sedicioso. A revolução virá como sintoma de esfacelamento social; e ninguém pode dizer o que se lhe seguirá, quando chegar o momento inevitável da restauração da ordem. Provavelmente, porém, ficará, como resultado da tempestade, consumada a união peninsular.

¿ Qual é, portanto, em resultado de tôdas estas considerações várias, o programa que o juízo aconselha às duas monarquias da Península? É o regresso à tradição de Avis, a política de cooperação, despida, porém, das esperanças recíprocas de absorpção pelo processo anacrónico dos enlaces dinásticos. É ao mesmo tempo a política interna de restauração e regeneração social e económica. Acordes, a Espanha e Portugal, conseguindo sarar as chagas de que enfermam ambas as nações (também nisto irmãs!) poderiam, mantendo-se, manter a ordem neste belo e glorioso canto do mundo.

Não é necessário excessiva perspicácia para reconhecer que os motivos antigos que levaram a Inglaterra a proteger-nos contra a Espanha, acentuando e prolongando o carácter de opposição que a restauração teve, são de hoje transactos. Importa pouco ou nada à Europa que a Espanha tenha dois reinos ou um só. É para nós positivo que nenhuma das potências europeias dispararia um tiro em nossa defesa; é óbvio, pois, que o interêsse recíproco da Espanha e de Portugal está em que nenhum de nós pense, nem de longe, em aventuras perigosas para o futuro de ambos. União de pensamento e acção, independência de govêrno: eis, a nosso ver, a fórmula actual, sensata e prática do IBERISMO. (*O Pais*; êste artigo já foi reproduzido, no prefácio do *Príncipe perfeito*; não obstante, incluímo-lo aqui, porque completa o sistema de ideas desta secção da presente obra).

ALIANÇAS

Quando se observa o sistema da nossa política externa, vê-se que o período funesto da dominação castelhana divide duas épocas essencialmente diferentes.

Antes de 1580, as monarquias da Península caminham aliadas na magnífica emprêsa que faz do século XVI o período glorioso de tôda a

Espanha. Castelhanos e Portugueses, como irmãos, esquecidas as guerras que tinham assinalado o estabelecimento da dinastia de Avis, vivem numa confraternidade íntima. Os nossos escritores rimam em castelhano, como Camões; e mais de uma das comédias de Gil Vicente, representadas no passo da Ribeira, está escrita nessa língua. O tempo apagara inteiramente os antigos ódios. Multiplicavam-se os casamentos entre as duas famílias reinantes, e as nossas esquadras colaboravam com as da Espanha nos mares da Europa, defendendo o Mediterrâneo contra os Turcos.

Depois de 1640, as necessidades da política impuseram-nos a dura obrigação de nos aliarmos à Inglaterra e à Holanda, que durante os sessenta anos da dominação castelhana, e já antes dela, saqueavam amplamente o domínio colonial português. E aliaram-se a nós essas potências então no primor da juventude, porque dessa forma sancionavam a posse do que tinham obtido mais ou menos legitimamente.

Tal é ponto de partida da aliança inglesa, a que os factos cruéis de há poucos dias vieram pôr definitivamente um termo.

Explorando a nossa fraqueza, a Inglaterra, como um vampiro, sugou-nos de vários modos. Em primeiro lugar, fazendo-nos como agora tem feito à Turquia, sob pretexto de nos defender foi-nos arrancando a pedaços, directamen-

te, ou por intermédio da Holanda, a gloriosa herança dos tempos. As duas costas do Indostão, com as suas ilhas, o Zanzibar com Mombaça, o Cabo da Boa Esperança, eis aí, entre muitas outras, algumas das possessões outrora nossas e hoje inglesas.

Por outro lado, sentando-se protectoralmente à banca dos nossos govêrnos, impunha-lhes uma política nefasta, esterilizando a fôrça activa que ainda havia, quebrando a tradição fabril por tóda a parte onde surgia, condenando-nos à condição de ilotas cultivadores de vinho que as colónias inglesas de Lisboa e Pôrto exportavam, contra os panos, as louças, inclusivamente contra a farinha que mandavam vir. O tratado de 1703, conhecido pelo nome de Methwen, seu negociador, ficou sendo o tipo da espécie.

Por outro lado, finalmente, a Inglaterra tinha aqui em Portugal sempre aberto um campo de operações contra a Espanha; e nos nossos portos os Ingleses podiam desembarcar livremente, impondo-nos a intervenção em tódas as contendas europeias e fazendo dos nossos campos o teatro de guerras que para nada nos interessavam. Foi o que succedeu nos dez anos da guerra da sucessão, de 1703 a 1713; em 1793, quando fomos obrigados a declarar a guerra à república francesa, e em 1801 quando a declarámos também à Espanha. Foi o que succedeu, em consequência disto, quando, invadido Portugal pe-

los Franceses, em 1807, começou a guerra, em que a pretexto de nos defenderem os Ingleses nos saquearam, aqui, destruindo sistemáticamente as fábricas nacionais, e no Brasil, impondo os tratados de 1810 que foram o prólogo da emancipação.

¿Que lucrámos nós com esta aliança a um povo, tão rapace como astuto, explorando a filantropia ingénua em benefício de um egoismo insaciável?

A lembrança dos sessenta anos de dominação castelhana fazia crer a muitos que lucravamos a independência. Como se o pensamento da Espanha fôsse repetir o êrro de 1580! Como se pudéssemos chamar independência esta franquia da espoliação rematada pela impunidade do insulto!

O período que se abriu em 1642, com o primeiro tratado de aliança à Inglaterra, encerrou-se em 1890 com o *ultimatum* de 11 de Janeiro. São cento e cinquenta anos de uma história transacta; e pròximamente um período igual levou também a dissipar-se na Renascença a lembrança dos ódios das guerras do fim do século xiv.

É para a Espanha que havemos de voltar-nos. É com ela que devemos outra vez aliar as nossas fôrças no propósito de uma defesa comum, porque só com ela temos identidade de interêsses, relações progressivamente mais en-

tranhadas, afinidade de tradições, comunidade de alma e irmandade de história.

Tudo isto é indispensável para cimentar as alianças duradouras, que não podem proceder exclusivamente, nem da simpatia dos príncipes, nem dos acasos da combinação fortuita das forças e interesses europeus. O exemplo actual da Alemanha é instrutivo. Emquanto durou a rivalidade com a Inglaterra por causa de Zanzibar, deu-nos a mão: depois largou-nos ao nosso cruel destino. O exemplo da França em todo o decurso dos últimos séculos não é menos expressivo, e podem estudá-lo os curiosos no interessantíssimo volume das Instruções diplomáticas, publicado em 1886 em Paris.

Só a aliança das duas monarquias peninsulares é estável, natural, fecunda e duradoura. Só ela é útil para Portugal e para Espanha considerados nos seus interesses particulares nacionais; sendo ao mesmo tempo o único meio de nos dar, às duas nações peninsulares, aquêl papel que a natureza destinou para a nossa intervenção no mundo. Desligados, vegetaremos sempre miseravelmente; aliados far-nos hemos respeitar pelos fortes, porque estaremos entre os primeiros.

Esse respeito que vem da força — e não há outro no mundo! — salvará o nosso império colonial, defendendo os nossos portos, que estão à mercê de quem quiser enxovalhar-

-nos. E pelo que respeita à Espanha, que também não pode guardar a fronteira aberta que nos separa dela, a aliança põe-na ao abrigo da repetição de casos como os do princípio do século XVIII e do princípio do século XIX, em que Portugal foi o campo de operações, o lugar do desembarque, e o arsenal de guerra voltado contra ela.

Mas para esta aliança é indispensável, por todos os motivos, que previamente transformemos em realidades os simulacros de exército e marinha que entibiam e envergonham a briosa mocidade militar, e com ela a nação inteira. Uma aliança é uma sociedade: os associados devem entrar com partes proporcionais aos lucros e aos meios. Quando duas nações se aliam, uma para proteger, outra para ser protegida, como sucedia com a Inglaterra, o resultado é que a protecção transforma-se logo em exploração. As mãos que havemos de apertar teem de ser igualmente, ou proporcionalmente, firmes e fortes.

A Espanha, em guerra, arma quatrocentos mil homens: possamos nós armar cem ou cento e cinquenta mil. A sua marinha em via de organização joga oitocentos canhões e move-se com duzentos mil cavalos-vapor: organizemos nós a nossa correspondentemente. Unidos os exércitos e esquadras das duas nações peninsulares, tão famosas ambas, tanto no mar como

em terra, imporão à Europa, senão o domínio como há três séculos, pelo menos o respeito. Os homens são ainda os mesmos! (*O Tempo*, 25-1-90).

A agitação patriótica, de que o país está acometido, acentua-se, em vez de se acalmar. Consola ver-se que temos nervos nacionais susceptíveis. A nossa paixão e o nosso desespero pela afronta recebida fizeram explosão, reagindo contra a indolência habitual do espírito português.

Mas êstes sentimentos, afirmados até aqui unicamente pelo ódio à Inglaterra, é necessário que se transformem nalgum pensamento prático e positivo. Já se denuncia o propósito de nos voltarmos para a nacionalização do trabalho, libertando-nos, quanto possível, da importação de produtos estrangeiros; e êste pensamento, que para vingar necessitava de um estímulo superior às exigências desapiedadas do fisco, parece ter encontrado agora na exaltação patriótica um propulsor eficaz.

Avigorarmos pelo trabalho e pela riqueza a nossa musculatura de povo livre, é incontestavelmente o primeiro passo a dar no caminho da desforra; mas êsse processo, que em condições ordinárias estaria unicamente indicado, não basta por si só, hoje, para satisfazer as necessidades da ocasião.

E necessário que também nos levantemos armados neste congresso de povos, que compõem a Europa, e para os quais, em nossos dias, a fôrça é a primeira, se não a única razão. Por isso aplaudimos o espirito que está presidindo às reformas militares, ainda antes de sabermos ao certo o carácter que essas reformas terão. Aplaudimos o pensamento de restaurar as nossas fôrças militares, como alicerce de tudo quanto neste momento há a fazer. Sinceramente nos regosijamos também com a idea, espontaneamente formulada pela nação, de constituir por subscrição nacional um tesouro de guerra.

Riqueza e fôrça, trabalho e valor, são as duas condições imprescritíveis da liberdade dos povos.

O armamento é, pois, o segundo momento que se desenha para definir de um modo positivo esta paixão patriótica, desencadeada em manifestações generosas de desagravo e explosões violentas de ódio.

Mas um povo como nós, tendo a defender da cobiça alheia um vasto império colonial, e tendo a defender uma fronteira desproporcional para a área e para os recursos metropolitanos, jamais teria em si meios bastantes para garantir a própria liberdade de acção, quando houvesse de apelar-se para a *ultima ratio* das armas. A própria Bélgica, com a intensidade incomparável da sua população e da sua ri-

queza, e a-pesar da grandeza dos seus meios de defesa, está ameaçada, porventura condenada, a ter de desistir da neutralidade que foi a própria base do seu aparecimento no grémio das nações europeias.

A nossa política internacional, ou, por outra, a questão das alianças, é portanto o terceiro momento positivo do pensamento que está em elaboração na alma criadora do país.

Já a êste respeito dissémos neste próprio lugar o nosso pensamento, advogando a idea da aliança espanhola, única aliança natural, única aliança fecunda, única aliança duradoura, por ser a única em que pode existir reciprocidade.

A aliança inglesa foi sempre para nós um protectorado mais ou menos disfarçado; e as relações desta ordem traduzem-se logo pela dependência e pela extorsão. Os factos que hoje levantaram o espírito nacional, não são mais do que o epílogo de uma longa história de vexames e espoliações, à custa dos quais nós imaginámos por largo tempo garantir uma independência que julgámos precária. Sob côr de nos proteger, a Inglaterra explorou-nos.

Ora, sair das mãos da Inglaterra para nos lançarmos nas dos Estados-Unidos, como já vimos preconizar, seria não sairmos da situação de dependência, e portanto, expormo-nos às mesmas contingências. Pela expansão da sua fôrça, principalmente pelo aumento prodigioso da sua

produção industrial, a grande república americana ambiciona pôr um pé na Europa para intervir nas suas questões, para também disputar os seus mercados.

Aliados aos Estados-Unidos, embarcar-nos-íamos em tôdas as aventuras em que a ambição dessa nação, pujante de uma fôrça em via de crescimento, houvesse de lançar-se, correndo os riscos e pagando-lhes as custas. Depois de termos em parte considerável concorrido para o engrandecimento da Inglaterra, amesquinhandonos, iríamos agora repetir uma história condenada e preparar no futuro as próprias crises que hoje provocam as nossas angústias.

Por outro lado, a idea de uma liga ou federação do mundo latino, preconizada por mais de um poeta político, não passa de um devaneio romântico, visivelmente refutado pelo facto de que a Itália tem a sua existência vinculada à aliança germânica. A irmandade, mais ou menos genuína, de origens étnicas não basta para estabelecer vínculos de aliança. A liga latina não passa, portanto, de uma frase, ou de uma ingenuidade poética; e em todo o caso não se vê como fôsse a crise por que passamos motivo suficiente para converter a êsse pensamento tôdas as nações do ocidente continental europeu.

Para nós, incontestavelmente, não há senão uma aliança possível, que é a espanhola. nenhuns interêsses, nenhuma simpatias, nenhuns

conflitos, nas relações externas dos dois povos peninsulares, lhes separam a orientação política; pelo contrário, une-nos a antipatia comum pela Inglaterra. É a aliança espanhola, por muitos outros motivos, além dos motivos fundamentais da identidade dos interesses étnicos, da comunidade de génio e de história. É a aliança espanhola, porque só aliados os dois povos peninsulares, a Espanha e Portugal, podem contar nos conselhos europeus como uma grande potência, capaz de infundir respeito ou medo, protegendo assim o grande império colonial latino, isto é, luso-hispânico, espalhado por todos os continentes do mundo.

Emquanto a Espanha tiver abertas as portas de sua casa pela fronteira portuguesa, indefensável; enquanto tiver em Portugal um aliado de qualquer nação que pode ser sua inimiga, como sucedeu nos princípios do século XVIII e do século XIX,—a Espanha, flanqueada por Gibraltar, jamais poderá ser uma grande potência. É porque nós temos a dar à Espanha este grandíssimo valor, que a aliança espanhola é possível, e pode ser duradoura e fecunda.

É por isso que essa aliança se distingue dos protectorados disfarçados, como foram o inglês, transitòriamente o francês, e como seria a aliança dos Estados-Unidos.

Sabido o que podemos dar, é ocioso insistir sobre o que receberíamos. Estivessem aliadas

as duas nações peninsulares, e veríamos humilde a orgulhosa Inglaterra, tão de rastos como agora mesmo a vimos perante os Estados-Unidos com o mêdo da frota de cruzadores que de um dia para outro, a-pesar-de tôdas as esquadras, podem destruir nos mares a marinha mercante inglesa. Não há de facto nação mais vulnerável do que a Inglaterra, por isso não há outra mais humilde. Só é arrogante contra quem se deixou cair, como nós, no êrro da impotência quási absoluta.

Contra a aliança espanhola apenas surge a alguns o espectro fugaz da união ibérica. Pois bem: nós afirmamos que a aliança espanhola é também o único meio de evitarmos a absorpção pela Espanha, por isso mesmo que é o meio único de robustecer a nossa fôrça nacional.

Aliadas as nações peninsulares, conjugadas as suas fôrças para um fim superior comum, os perigos de uma absorpção afastam-se na própria razão directa da consistência do vínculo político. Separadas, e, se não inimigas, indiferentes, Portugal, lançado nos braços de qualquer protectorado exótico, ou entregue apenas às fôrças próprias cuja insuficiência é manifesta, gradualmente continuará a ir resvalado até se afundar de todo numa cova feita de ultrages como os de agora, e de paixões impotentes como as que vemos desencadeadas.

E se essas crises acabarem por arruinar as instituições, levantando sôbre os pavezes da desgraça a desordem anárquica engrinaldada com o nome de república, então a absorpção será fatal, inevitável— não por que assim o queiram os nossos vizinhos, mas sim por que a isso serão forçados para conservação própria. (*O Tempo*, 6-11-90).

As ideas aqui expostas acêrca da política externa portuguesa tem ganho terreno e merecido aceitação dos homens de recto pensar e de sincero patriotismo. Mais de um reflexo dêste movimento de opinião tem apparecido na imprensa, e ainda ontem um dos periódicos mais importantes da capital se occupava do próprio tema em que se resume a nosso ver a solução prática do problema português.

Guerrear o comércio inglês é bom, nacionalizarmos as indústrias é melhor ainda; mais imediatamente urgente é aumentarmos os nossos meios de defesa e reorganizarmos as nossas fôrças militares. Mas nem que tudo isto plena e amplamente pudéssemos conseguir, ficaria assegurada a nossa existência de povo livre, perante a rapacidade sem escrúpulos de nações como a Inglaterra.

Por isso a questão das alianças se impõe indeclinavelmente. Quem adiante não olha atrás

fica, e um dos erros tradicionais da nossa política é este quasi dogma de que o verdadeiro processo consiste na ausência de planos, na confiança no acaso, deixando correr à mercê das circunstâncias o barco sonolento da governação. Atrás ficámos, porque nem morreu o sultão, nem o válido, nem o cavalo, da anedota que passa com foros de evangelho político, e vemo-nos na situação cruel de estar sofrendo o garrote.

Outra enganadora tradição é a de nos ligarmos a uma nação poderosa que, agüentando-nos contra a Espanha numa attitude hostil, absurda e contraproducente, nos defenda e proteja perante o mundo. Foi isso mesmo a aliança inglesa, a que alguns pensaram ou pensam em substituir a alemã. Ferry, dizem, se não fôsse o Tonkin, teria consolidado a liga franco-alemã e feito a fortuna da Europa.

Ora isto é duas vezes inexacto, porque, em primeiro lugar, está presente na memória de todos que foi a sua política de aproximação à Alemanha que o condenou muito mais ainda do que a aventura da Indo-China. O Tonkin fulminou-o para a populaça; mas dessas condenações sempre se apela. A política germânica matou-o, porém, para sempre no espírito generoso dessa França altiva que põe sempre acima dos interêsses as ideas e os sentimentos, e mais quer sofrer na sua bôlsa do que esquecer

agravos. Por isso Ferry, a-pesar-de todos os êrros dos seus adversários, caiu para sempre, embora a sua gente mais ou menos lúdima conseguisse esmagar o boulangismo.

Em segundo lugar, uma cousa era a aliança franco-alemã, outra, evidentemente, seria uma aliança luso-alemã. Uma aliança é um negócio, uma transacção. Calcula-se o que se dá e o que se recebe ; E que podíamos, que podemos nós dar à Alemanha em troca da sua protecção ? Algum pedaço de colónia ? Pois é justamente o que a Inglaterra tem tido e queria continuar a ter. Para isso vale a pena trocar ?

A Rússia é outra fantasia. O estilo aceso dos seus jornais subiu-nos à cabeça, e estamos a ver já o czar desembainhando a espada à frente das legiões de cossacos para invadir a Índia, transpondo a fronteira de Peshawur, em desagravo da afronta que a Inglaterra nos fêz a nós.

Esta esperança traz à memória o que aqui mesmo sucedia em 1834, quando os miguelistas apelavam para um milagre salvador, esperando que a Rússia viesse em guerra defender o rei apostólico. Não veio. As esperanças ficaram logradas. Não cremos que acuda hoje, embora lhe convenha sempre açular contra a Inglaterra, sua figadal inimiga, os ódios de quem quer que seja.

Mas, ainda quando viesse, tornando-se efectiva a notícia posta em circulação pelo *Temps*

de Paris, de que a Rússia tomava a iniciativa da reunião de uma conferência; ainda quando, na previsão mais optimista, se conseguisse liquidar de um modo honroso para nós o conflito actualmente agudo... ninguém morria por isso, nem o sultão, nem o válido, nem o cavalo! Esta crise teria passado, mas a comoção resultante, junta a todos os problemas anteriores, seria motivo suficiente para... Não queremos ennegrecer o quadro.

E' claro que as fôrças de Portugal e da Espanha unidas não bastariam para arrostar com o poderio da Inglaterra; ainda que essa cou-raça tenha muitas fendas e êsse Aquiles mais de um calcanhar. A Inglaterra não está só nas ilhas da Europa: está também num enxame de colónias mais ou menos indefesas, está sobretudo nas frotas de navios mercantes coalhando todos os mares, e à mercê da caça dos cruzadores. O exemplo do que o *Alabama* fêz deu sempre que pensar à Inglaterra.

Prescindamos, porém, desta consideração. Mas o que nós dissémos e repetimos, é que as fôrças reunidas de Espanha e Portugal formariam perante a Europa um núcleo de resistência, com que haveria a contar sempre. Nem a Espanha, nem Portugal, continuariam desde logo a ficar, como estão, no segundo plano, mais ou menos à mercê das decisões soberanas do concôrto europeu.

¿ Quem sabe ? Achamo-nos talvez nas vésperas de grandes acontecimentos. Talvez êste fim de século seja também profundamente assinalado na existência internacional da Europa, e é isto o que temos a prever, aceitando da lição cruel de agora o ensinamento que nos pode salvar.

¿ Quem sabe ? Talvez agora, como em 1826, êste episódio, rebentando no fim de um período pacífico, como foi para o ocidente europeu o decorrido desde a paz geral de 1815 até à data da morte de D. João VI, seja o sinal de uma comoção mais vasta e profunda. Em 1826, como agora, a Europa inteira tinha os olhos fixados em nós.

E se na crise de oito anos que se seguiu a essa data memoranda, nós pugnávamos pelo liberalismo, esperança então ardente em todo o mundo europeu, hoje pugnamos contra o egoísmo feroz da Grã-Bretanha, e o nosso ódio declarado partilha-o connosco tôda a Europa continental por uma forma mais ou menos reservada.

A Rússia, debatendo com a Cartago moderna o domínio da Ásia central, onde o império moscovita é o Messias da civilização; a Alemanha, mordendo impaciente o freio, por ver perdido no fundo saxónio dos Estados-Unidos o melhor da sua emigração, e por topar de frente com a Inglaterra, no Zanzibar e em tôda

a parte onde procura estabelecer colónias; a Áustria, herdeira natural da Turquia, encontrando a Inglaterra nos Dardanelos a proteger o sultão, retalhando-lhe o império às fôlhas, agora Chipre, logo o Egipto, como Metternich dizia que se devorava a Itália; a França, recordando-se das intrigas inglesas nessa China onde a Inglaterra a convidara a ir, e onde a deixou abandonada; lembrando-se da história recente do canal do Suez e da occupação do Egipto — todos, absolutamente todos na Europa veriam com prazer íntimo soar a hora de cair desapiadadamente sôbre êsse povo, que sem piedade fêz das desgraças do mundo o alicerce da sua fortuna.

Todos, absolutamente todos, e porventura mais do que ninguém a Espanha, com Gibraltar que não é só uma vergonha nacional, mas também o valha-couto franco, asilo aberto de tôda a rapina contrabandista; a Espanha com a costa fronteira de Marrocos, onde ainda ontem os ingleses desembarcavam a tomar notas e levantar plantas do pôrto de Tânger.

Dos vários motivos que estão impelindo as duas nações peninsulares a unirem-se numa aliança defensiva comum, o maior é porventura êste ódio antigo em ambas contra a Inglaterra.

E mal nos irá a nós se não aproveitarmos a monção favorável para darmos o passo que

julgamos salvador e decisivo. Referem os periódicos espanhóis as explicações dadas em conversa pelo marquês de la Vega de Armijo, dizendo que ao ver a situação crítica em que nos achávamos agora procurára aproximar-se de nós; mas que lhe voltámos as costas recusando os oferecimentos.

Ora se isto é verdade, não calcula quem assim procede as responsabilidades tremendas que toma sôbre si. Sòzinhos, isolados, à espera de uma protecção salvadora da Rússia, dos Estados-Unidos, da Alemanha, da China ou do Japão: sòzinhos, estamos irremediavelmente condenados, quer a Inglaterra se encontre livre para nos esmagar, quer tôda esta tempestade que se sente no ar seja o prólogo de uma conflagração maior ainda. (*O Tempo*, 8-II-90).

... Externamente, a linha de conduta a seguir está também claramente traçada. É da aliança espanhola que unicamente pode vir, aos dois povos da península ibérica, a fôrça de que ambos carecem para serem ouvidos e respeitados do concôrto europeu. A ilusão de que a Inglaterra era a nossa defensora, ilusão caramente paga, já antes dos recentes casos, dissipou-se de todo agora. Se ainda alguém pensa que fora da aliança inglesa não há salvação, êsse alguém há de concordar que a perda total é inevitável.

Nem à Turquia, a-pesar-de também a proteger, a Inglaterra fêz o que nos fêz a nós. Talvez nem ao Egipto, cuja sorte porventura nos tem reservada...

Outro dia, na câmara-dos-pares, o sr. Barros Gomes dizia as seguintes palavras dignas de registo:

«Sou partidário da mais estreita ligação política com a Espanha; recorro com sentida gratidão, que aqui consigno, a simpatia, o affecto, os bons officios prestados a Portugal na crise recente por que passou o nosso país; mas...»

O sr. Barros Gomes repelia a idea da fusão das duas nações, nem é necessário ir tão longe para chegar ao pôrto desejado. Aliança e absorção são termos que não se implicam e até se excluem. De mãos dadas perante a Europa, as duas nações peninsulares, completamente independentes, cada uma em sua casa, constituiriam uma fôrça apreciável. Isoladas, não inimigas, mas indifferentes e estranhas, succede que nenhuma delas pode bastante para se ouvir no concôrto de povos, que apenas obedecem à voz da artilharia. Nós somos pequenos a ponto de sermos ninguém; a Espanha é maior, mas, emquanto tiver a fronteira portuguesa aberta, não possui as condições geográficas indispensáveis para o império político.

A fôrça de ambos só pode vir da intelligência recíproca; a essa intelligência só pode chegar-se

pelo respeito reciprocamente sincero; e o respeito só se consagra mediante robustas instituições militares. É por isso que, a nosso ver, o dinheiro mais bem gasto, na hora presente, é aquele que se dispender na reconstituição do nosso exército.

Eis aí em poucas linhas a que chamamos mudar de rumo. Tudo se resume em três pontos: economia, energia, no regímen interno; aliança espanhola na política externa. (*Novidades*, I-VII-90).

PORTUGAL E O FEDERALISMO DOS REPUBLICANOS ESPANHÓIS

O federalismo dos republicanos espanhóis tem em mente restaurar, pela federação, a autonomia dos vários Estados que na idade média dividiam a Península; mas a exequibilidade de um tal plano é, pelo menos, problemática. O ensaio feito em 1873, com a anarquia cantonalista, presidida por um dos chefes actuais do partido, Pi y Margall, não oferece muitas garantias.

Não há dúvida que a unificação se não fêz até hoje na Espanha, como em França; não há dúvida que o particularismo provincial é ainda vivo e forte; mas êsses próprios argumentos

buscados na tradição são porventura contraproducentes. O federalismo e o particularismo são cousas diversas. Concebe-se o segundo, como na Alemanha, presidido e enfeixado pelo cesarismo forte: não se pôde manter há vinte anos na Espanha com os vínculos ténues da federação, sem descambar na anarquia. Em vez de uma Espanha unificada pela federação, viu-se uma Espanha fragmentada e Estados autónomos, e até hostis. Chegou a haver alfândegas em Despeñaperros, na raia da Andaluzia.

Ao lado do *cantonalismo*, não deve esquecer o carlismo, que é um aspecto que também toma a autonomia local no Aragão e nas Vascongadas. E a ambos convém juntar o comunismo agrário, fogo que arde solapadamente nas províncias meridionais e que mais de uma vez se tem levantado em labareda.

Não é fácil, portanto, prever o que seria a república em Espanha, se viesse, ou vier, a estabelecer-se pròximamente: mas é claro e evidente que o preito dado agora à forma federal, pelos próprios que antes a combateram, quando não naufragara ainda, provém da conveniência de encontrarem uma fórmula bastante larga para nela poder entrar Portugal, sem se dizer que o tornam província da Espanha. (*Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro).

COMÉRCIO LUSO-ESPAÑHOL

A saída do sr. Moret do ministério dos negócios externos do reino vizinho deve ser-nos grata. A sua amizade por nós faz-nos lembrar a da macaca: tanto abraçou o filho que lhe arrombou o peito!

Por amor e não por iberismo, o sr. Moret procurava de todos os modos estreitar os laços comerciais connosco até ao ponto de estabelecer uma liga de alfândegas que, sendo o máximo da amizade, seria para nós o que foi o abraço para o filho da macaca: seria a ruina das nossas pobres indústrias e uma revolução completa para a nossa economia anémica.

Fez-se um tratado de comércio em 1883, e os números das estatísticas não mostram que de aí nos viesse grande bem. As nossas relações comerciais com a Espanha não cresceram.

Em vez de aumento, ha deminuição. Que esta seja uma consequência do tratado não o dizemos: dizemos apenas que o tratado não desenvolveu as relações comerciais e por isso foi, pelo menos, inútil.

O gado, as pescarias, os despojos animais e a madeira constituem os nossos principais artigos de exportação para Espanha. Todos êles mostram, ou depressão, ou estacionamento.

A verdade, a nosso ver, é que as relações comerciais hispano-portuguesas nunca podem tomar um desenvolvimento importante, porque as zonas limítrofes são economicamente semelhantes: antes tendem a diminuir à maneira que os caminhos-de-ferro põem em comunicação directa com o centro da Espanha as suas diferentes zonas litorais ou periféricas, de produção mais ou menos idêntica à zona portuguesa.

Ameaçava, porém, o ex-ministro de Estado espanhol com a supressão do trânsito, como se de aí nos pudesse vir algum mal. Pelo contrário: a bem dos exportadores dos nossos vinhos e azeites, principalmente, convém até que no futuro tratado se estabeleçam restrições e garantias para nós.

O trânsito é de resto uma verba relativamente insignificante do nosso comércio geral. De 1870 para 1873 subiu de 496 contos a 2:663. Agora foi de 1:097 contos em 1885, de 2:010 em 1886, e de 2:683 em 1887. Com quinze anos de intervalo está no que estava.

Quem olhar para o contôrno geográfico da Espanha, banhada pelo mar, sarjada de portos em tôdas as suas faces, comprehende logo que a zona de abastecimento correspondente a Lisboa e Pôrto é por fôrça reduzida.

Imaginar que Lisboa pode ser para a Espanha como Antuérpia para a Alemanha, é uma

ilusão que o simples olhar para um mapa destrói.

Portanto é um engano sacrificar a economia interna ao trânsito internacional. Fazer de Portugal um país da passagem é condenar-lhe a sua autonomia económica, e sacrificar-lhe portanto a vitalidade política. (*Repórter*, 20-VI-88).

CÁ E LÁ

Denota a imprensa do reino vizinho uma certa preocupação acêrca do influxo dos recentes acontecimentos do Brasil sôbre o mecanismo da nossa política. Tomando a nuvem por Juno, isto é, as declamações por sentimentos, as bravatas por energias, e confundindo, como entre nós mesmo sucede, o pessimismo ingénito do carácter nacional e a opinião formada de um mal-estar comum a muitas classes, com as ambições definidas para uma mudança de instituições — a opinião pública do vizinho reino navega em duas ilusões.

Uma é que o caso do Brasil tenha entre nós influência política imediata. Outra é que o republicanismo português valha grande cousa, não obstante o valor pessoal e a categoria social de alguns dos seus caudilhos. Entre os povos que exercem sôbre o nosso influência

mental não está o Brasil; e quando os dezoito anos de república em França não nos converteram, é positivo que nos não converterá a aventura do general Deodoro. Estamos velhos e experientes de mais para isso. Por outro lado, o próprio facto de figurarem de republicanos em Portugal militares altamente graduados, facto que tamanha impressão deve fazer com efeito lá fora, é mais um argumento a favor da nossa opinião, porque êsses generais, além de serem, como vulgarmente se diz, *pintados* sómente, vêmo-los viver na mais harmónica amizade com os partidos monárquicos, cooperando com êles em tôdas as espécies de serviço público.

O republicanismo português é platónico, para não dizer como Castelar que, pondo em equação os políticos e a tauromaquia dos dois Estados peninsulares, dizia que os republicanos de cá eram também embolados.

Mas, ao próprio tempo que em Espanha se preocupam com a quimera republicana de Portugal, em Portugal preocupamo-nos (e neste próprio lugar temos exprimido a preocupação) com o estado a que chegou no reino vizinho a situação constitucional. Êsse, sim: êsse é que nos parece o perigo, cá e lá, de ambos os lados da fronteira.

Entre os sentimentos e instintos sôbre que assenta a vida política dos povos, incontestà-

velmente o fundamental é o da autonomia; e para ninguém é duvidoso que quaisquer crises constitucionais na Península se complicariam imediatamente com o pensamento do iberismo. E como o iberismo, sem atacar o instinto autonómico dos nossos vizinhos, ofende o nosso, é por isso que o sentimento político português tem de ser conservador e monárquico, e é por isso que a velha novidade republicana não ganha entre nós foros de vontade colectiva, isto é, de partido propriamente dito. É a ambição poética ou literária de alguns espíritos excêntricos, ou a paixão cega de alguns energúmenos.

Alongando a vista para além dos Pirenéus, a própria França, a-pesar-de republicana, já curada dos idealismos proseliticos de 1848, reconhece que uma Espanha unida seria outro inimigo como a Itália, porque todos os vizinhos poderosos são inimigos, e por isso é para conosco monárquica e conservadora.

Tudo concorre, portanto, para manter de pé a estrutura constitucional da Península: tudo, salvo os nossos próprios êrros e desvarios, que podem acarretar, pela fôrça das cousas, uma crise e porventura uma catástrofe.

«Nossos» quiere dizer de ambas as nações divididas pelo Caia; «nossos» quiere dizer de cá e de lá, da Espanha e de Portugal. E é por isso que outro dia aqui desenhavamos, entre as nu-

vens do horizonte, a situação crítica dos partidos espanhóis.

O equilibrismo não basta, os expedientes não colhem. De combinação em combinação, de habilidade em habilidade, de manobra em manobra, de expediente em expediente, de ministério em ministério, compondo, recompondo, cerzindo, remendando a situação, Sagasta, o seu chefe, ou antes o *factotum* contra-regra do palco político espanhol, chegou ao ponto de esgotar a série das combinações possíveis.

Tenacidade e amor do poder é sem dúvida a primeira qualidade prática do político, e os *lacheurs* não servem, embora pessoalmente possam valer muitíssimo. Ficar é o Padre-nosso do ministro; mas é necessário que o Credo lhe apresente bem clara e nitidamente os porquês e paraquês da conservação. Ficar é o Padre-nosso do ministro; mas sacrificar à conservação a própria estabilidade da máquina constitucional é um pecado mortal que traz consigo o exacerbamento das paixões oposicionistas e os bêcos-sem-saída em que agora parece encontrar-se a política espanhola.

Portanto, e em conclusão, entendemos que os receios dos nossos vizinhos são infundados. A república não pode vir, nem cá, nem lá, de um assalto dos republicanos. Lá opõe-se a isso a memória recente de uma história trágica. E cá opõe-se-lhe a vontade nacional autonómica:

não se quiere ser republicano, porque não se quiere ser *ibérico*.

A república, porém, poderia vir do esfacelamento dos partidos constitucionais, por exclusão de partes, como sucedeu em França; e é por isso que nós, procurando dissipar os receios dos nossos vizinhos, tememos muito mais as *calaveradas* do republicanismo de cá. (*O Tempo*, 19-XII-89).

O REI DE ESPANHA

A-pesar-de serem aparentemente menos aterradoras as últimas notícias, parece, no entanto, perdida a esperança de que vingue essa criança coroada, exemplo vivo de quanto vale, hoje ainda, nos nossos tempos de prosaísmo, a energia de uma idea e a permanência de um símbolo.

Porque essa criança doentia, fruto póstumo de um rei que o soube ser em tôda a extensão da palavra, é o penhor da monarquia e o élo que solda a gloriosa Espanha do passado à Espanha de um porvir, seguramente fecundo e largo. Os homens passam, as ideas vivem eternamente; e sôbre o berço em que nasceu Afonso XIII esvoaça invisível o génio da Espa-

nha, acêsa a memória ainda com a saudade de um rei que lhe trouxera a paz e a fôrça, às ruínas ensanguentadas pelo cantonalismo sôbre um mar, pelo carlismo no mar oposto.

Afonso XII restaurou a monarquia, depois de Sagunto o ter restaurado a êle; e o prestígio da sua acção foi tão grande que, passando como um meteoro, bastou para consolidar o trono aos seus descendentes.

Restaurou a monarquia o filho de Isabel II, que a fizera naufragar nos escolhos de um despotismo brutal, porque soube ser rei, como neste momento histórico os reis teem de ser: — príncipes, os primeiros, os melhores, à testa de um povo, nas suas aflições como nas suas alegrias, vivendo com êle e dêle numa síntese de sentimentos e de idéas.

Observar a procissão que passa, indifferente ou egoista, apático ou sobressaltado apenas, quando os balanços da viagem põem em risco o trono; conservar-se à parte, num attitude passiva, deixando constitucionalmente correr as cousas, não é dêste tempo em que os reis que reinam fazem como fêz Afonso XII.

Êle appareceu à Espanha como seu chefe, o seu guia, o seu protector, o seu *príncipe*, prudente e hábil no dispor os personagens da comédia política, audaz e firme na reconstituição das fôrças nacionais, carinhoso e bom, cheio de graça e affecto sem sombra de *pose*, em tôda

a parte onde havia um acto nacional a celebrar, ou uma aflicção colectiva a extinguir. Sagunto levantou-lhe o trono, mas quem lho sagrou e lho abençoou, cimentando-o com o amor dos espanhóis, foram as inundações de Valência e cólera de 1884.

Foi assim que êle restaurou a monarquia, e é assim que as monarquias hoje podem viver, navegando com iniciativa própria e mão firme ao leme, entre os dois escolhos que se chamam, um o despotismo brutal que condenou Isabel II, outro o abstencionismo constitucional que deu cabo do rei Amadeu.

Foi assim. E é por isso que, ainda quando venha a faltar o rei criança, e a-pesar-da crise dinástica que venha sobrepor-se à crise política, esperamos tudo da influência que no espírito do povo espanhol há de ter a comparação dos anos anteriores a Sagunto com os anos que lhe sucederam.

O próprio motivo que reclama hoje em dia dos reis méritos e capacidade pessoal para o exercício do principado, é o que condena à esterilidade as formas parlamentares das monarquias e das repúblicas. A máquina representativa, como a concebeu e pôs em acção o liberalismo moderno, exige a constituição de partidos, que também não podem viver sem a alma de fortes crenças políticas.

Se por um lado o direito divino dos reis pas-

sou ao estado de tradição e símbolo do direito histórico, real e verdadeiro, por outro lado assistimos agora ao dissipar-se da nuvem de teorias, que identificavam a felicidade dos povos com uma ou outra fórmula constitucional. Sangue e frases — mais palavras ainda do que sangue — correram em abundância, e no lago que formaram, hoje a onda é mansa e a superfície espelhada num scepticismo universal. Não há partidos, não há doutrinas constitucionais, a liberdade política saiu do campo da doutrina para o dos costumes — ¿ como se quere pois que parlamentarismo, ou republicanismo, numa palavra, chamado o govêrno do povo pelo povo, baste à regência da máquina complicada de um país?

Os partidos dissolvem-se em bandos, as influências pessoais substituem a fugida influência dos princípios, os bandos aparecem transformados em sociedades cooperativas que funcionam exclusivamente, ou quási, em benefício dos associados. É o espectáculo da Espanha política. É a crise sôbre a qual a morte do rei viria lançar uma complicação máxima.

Resolvê-la pelo colapso na república seria um funestô êrro, porque no conflito de parcialidades, a que unicamente o egoísmo colectivo dá coesão, a república sancionaria a anarquia constitucional, provando a mesma impotência que afflige a França com o parlamento dividido,

como a nação, em três fracções que se não submetem, nem abdicam. E como a Espanha tem o que não tem a França, um exército avassalado pela política, as dificuldades deslindá-las-ia a espada, e à anarquia sucederia a ditadura militar. Onde não vingou Boulanger, Cassola teria vencido.

Em França a república fundou-se por exclusão de partes, como o regime que a dividia menos, na frase de Thiers. Em Espanha seria exactamente o contrário, e é por isso que nós confiamos em que da própria grandeza da crise nascerá em todos a magnitude da dedicação patriótica. O nobre exemplo de abnegação dado no momento da morte de Afonso XII repetir-se há, sendo necessário.

Eis aí porque nós esperamos e cremos que a morte do rei nunca seria a morte da monarquia em Espanha. (*O Tempo*, 11-1-90).

LIVRO SEXTO
BRASIL-PORTUGAL

EMIGRAÇÃO PORTUGUESA PARA O BRASIL

...Apurado, pois, numericamente o balanço da emigração para o Brasil, procedamos agora a considerar as suas conseqüências económicas.

É por sua própria natureza impossível de determinar com exactidão o número dos que saem clandestinamente, mas é óbvio que tais saídas aumentam progressivamente em directa razão do volume que a emigração toma.

Por outro lado, é claro que a proporção dos repatriados diminuirá à medida que a situação concedida aos estrangeiros se modificar, como principiou a modificar-se com a lei republicana da naturalização quasi obrigatória. Quanto mais os emigrantes se fixarem no Brasil, tanto maior, é óbvio, será o desfalque anual da população portuguesa.

Ora essa fixação pode ter três causas e tôdas três, ao que parece, se acentuam hoje em dia. A primeira é o propósito dos governos brasileiros de abrirem de par em par as portas da igualdade política aos estrangeiros e aos nacionais. A segunda são as condições precárias, desagradáveis e progressivamente anárquicas, da vida em Portugal. A terceira, finalmente, é a própria alteração que se dá no carácter da emigração portuguesa.

No antigo tempo dos escravos, e quando o número dos emigrantes estava limitado às proporções normais, quem ia para o Brasil era principal, senão exclusivamente, o rapaz do Minho. Destinava-se ao comércio; e com efeito os portugueses pode dizer-se que tinham o monopólio do comércio de retalho por todo o império, e nas principais cidades uma parte muito importante, senão do comércio de importação, que era principalmente inglês, pelo menos do comércio interno. Emigravam também oficiais de officio e marítimos; emigravam dos Açores e da Madeira carroceiros, almocreves e outros serviçais urbanos ou rurais.

Hoje as cousas mudaram. Disputam-nos, principalmente os italianos e por vezes com vantagem, o comércio de retalho; e embora nas casas do Rio e de outras cidades haja ainda lugar para o caixeiro que continua a ir do Minho, o facto é que sôbre essa emigração, pode dizer-

-se clássica, as circunstâncias vieram assentar um novo estrato de emigração agrícola.

A miséria da vida em Portugal, e a ânsia de trabalhadores no Brasil, colaborando, vieram determinar a exportação das levas de trabalhadores que saem agora dos Açores, da Madeira, do Minho, do Douro, da Beira, assolados pela crise de cá, instigados pelas ofertas de lá.

Ora, se a emigração de caixeiros, gente de comércio que se limita a assentar a banca para fazer fortuna e regressar ao ninho paterno, tem como consequência natural a repatriação: a emigração de trabalhadores rurais, pelo contrário, tem como consequência também natural a expatriação. O caixeiro torna-se negociante, enriquece, e, vendo-se dono de um pecúlio maior ou menor, como êsse pecúlio é dinheiro sem fidez, liquida, recheia a carteira e volta a acabar regaladamente a vida junto às carvalhas da sua infância, na Praça Nova do Pôrto, ou na rua dos Capelistas de Lisboa. O jornaleiro, porém, quando enriquece, enterra o pecúlio no solo. Lavrador, proprietário, os seus haveres não teem a imobilidade dos do negociante, e além disso a lavoura enche de amores quem a exerce, enraiza o homem ao solo que lavra, estabelecendo entre ambos os vínculos dêsse amor místico, sempre celebrado pelos poetas, porque é eternamente verdadeiro.

Das três causas, pois, apontadas como de-

vendo aumentar o desfalque da população portuguesa, por diminuírem a percentagem da repatriação, a que nos parece mais grave é esta.

Admitindo que, a-pesar destas causas estarem já em acção e deverem por isso alterar a relação anterior ou normal da repatriação, os números sejam ainda os que deixamos formulados, temos a considerar que perdemos anualmente com a emigração brasileira 7:000 cabeças em mortos e expatriados. Ficam 5:600 portugueses no Brasil; voltam a Portugal 7:000; morrem 1:400: assim se reparte o total de 14:000.

Preguntamos agora se é um bom negócio e uma indústria lucrativa esta nossa da criação de gado humano para exportação.

A resposta não pode ser se não uma, quando olhamos para a densidade média da população metropolitana, e para o futuro da nação portuguesa no corpo europeu, e, mais particularmente, espanhol. É um mau negócio, afirmamo-lo redondamente.

Mas êste mau negócio é uma fatalidade, desde que nos não sabemos governar, nem soubemos resolver o problema fundamental da nossa economia demográfica. Para responder, portanto, e para formular o balanço entre o que nos dá e o que nos leva a emigração brasileira, temos pois de prescindir de quaisquer outras conside-

rações, e comercialmente formular dêste modo a pergunta:

— Há para exportar quinze ou vinte mil cabeças de gente. ¿ Qual é o mercado onde se vendem melhor?

Ora, nestes termos, a resposta não pode também ser senão uma.

— O melhor mercado é o Brasil.

Em primeiro lugar, porque à nossa colónia portuguesa de lá devemos o ser o Brasil, hoje que a exportação de vinhos para França caiu, o segundo dos compradores dos nossos productos. O comércio que mantemos com a grande nação americana exprime-se por êstes números:

	Import.	Export.
1885..... contos	2:024	4:284
1886..... »	2:063	4:684
1887..... »	1:886	3:814
1888..... »	2:228	4:346

E êsse comércio há de aumentar na mesma razão em que a emigração progredir, porque, segundo as palavras de Herculano, «o Brasil é a nossa melhor colónia, desde que deixou de ser colónia nossa.»

Em segundo e ainda mais importante lugar estão os subsídios pecuniários que anualmente veem do Brasil à metrópole, como noutras eras vieram de Demerara à Madeira, mas como não

veem nem da Califórnia, nem de Sandwich, nem da Huila, de onde não ha comércio, nem remessa de economias.

Pessoas competentíssimas para avaliar esta questão, insusceptível de se determinar numéricamente, orçam em 12 a 15 mil contos os ingressos anuais em dinheiro do Brasil. Verbas de três espécies compõem esta soma, a saber:

1.^o Economias de trabalhadores repatriados, de pequenos comerciantes que regressam trazendo consigo os seus haveres, e de capitalistas opulentos que, deixando no Brasil, tôda ou parte das suas fortunas, trazem apenas dinheiro para gastos. São êstes os 5 ou 6:000 repatriados que não representam um ingreso menor de 7 a 8:000 contos.

2.^o Rendas anuais dos repatriados da terceira espécie, vindas do Brasil em papel cambial: 3 a 4:000 contos.

3.^a Mesadas, pensões, esmolas, presentes, mandados pelos emigrados a suas famílias, parentes e amigos, em papel cambial e até em géneros (café, açúcar, etc.): 2 a 3:000 contos.

Pululam no Brasil as agências de bancos, vivendo quási exclusivamente dos saques desta terceira categoria. A agência de um banco português de terceira ou quarta ordem sacou em seis semanas para Portugal, em letras de entre cem e quatro mil réis, um total de cento e trinta contos.

E havendo, já em 1872, no Brasil 120:000 portuguezes (hoje deve haver 150 a 200:000) os ingressos das três espécies não representam mais do que a média de 100 a 120 mil réis de economia ou lucro anual por cabeça. De-certo os lucros são muito mais, mas também é certo que não veem na sua totalidade para Portugal.

Calculando agora em 6:500 contos o comércio luso-brasileiro, e supondo o lucro comercial médio de 10 p. cento cativo de salários e outras despesas que se tornam receita nacional, temos a juntar 600 ou 700 contos aos 12 ou 15:000 de remessas de dinheiro.

Concluamos, pois, que a emigração portuguesa para o Brasil nos dá em média anual, digamos 14:000 contos de réis; e repitamos a pergunta:

— ¿É bom negócio vender 7:000 cabeças de portuguezes por tal quantia?

Veem a sair à razão de dois contos de réis por cabeça; e temos por indiscutível que ninguém no-las compraria nem por êsse preço. A prova está na economia das nossas outras colónias.

Se os não exportássemos, nas condições em que isto por cá anda, tínhamos um suplemento de alguns milhares de pretendentes a empregos reles, de galopins de eleições, ou de parasitas

a quem seria necessário salariar por outra forma com obras públicas, ou simulacros delas, unicamente empreendidas para lhes dar de comer. É, portanto, muito preferível que vão para fora; e como para parte alguma podem ir com maior proveito, seu e nosso, é excelente que vão para o Brasil.

Nos termos a que deixámos chegar a nossa economia nacional, é indubitável que, sem os subsídios do Brasil, pela exploração da indústria da cria do gado humano, há muito que teríamos rebentado falidos. Não é uma afirmação no ar: é um facto comprovado. O câmbio do Brasil é um termómetro do nosso bem-estar económico e até da nossa estabilidade constitucional. A longa crise da guerra do Paraguay, quando o câmbio desceu a 14, pôs-nos num tal apuro que, coincidindo com a revolução de Espanha, ia levando Portugal pelos ares. E recentemente a abundância de 1888, quando o câmbio subiu a 28, trouxe-nos um delírio de ilusões e as aventuras de tôda ordem, de que agora mesmo estamos a contas com a liquidação.

Agora mesmo, não é necessário extrema perspicácia das cousas para reconhecer que a inquietação e o mal-estar da nação, tão semelhantes aos dos anos que se seguiram a 1868, proveem de causas análogas.

Não se proclamou a república em Espanha, mas proclamou-se no Brasil; o câmbio ainda

não está a 14, mas já está em 17; e por sobre isso a questão inglesa acirra os nervos, e a desordem governativa é, como tinha de ser, progressivamente maior. No deplorável rebaixamento de nível moral e político a que a nossa sociedade chegou, teem razão os que pensam que a revolução só há de entrar pelas portas do tesouro, porque, no regime de comunismo burocrático em que vivemos, o tesouro é tudo.

E por fim, concluindo esta parte do nosso estudo, convém observar que a emigração para o Brasil não pode por forma alguma equiparar-se às saídas para países estrangeiros; pois o Brasil, embora politicamente independente, nem renega a sua filiação, nem engeita a nossa língua. Somos ainda um mesmo povo, governando-nos, cada qual a seu gôsto, por instituições diversas: mas somos um mesmo povo.

Por agora, tendo estudado as origens históricas e as causas imediatas, tendo analisado as particularidades das proveniências e destinos da emigração nacional, é tempo de resumir e concluir.

Agrupando a época que vai de 1872 a 1887 em dois períodos de oito anos, e comparando as médias com o período anterior de seis anos, temos:

1866-71	8:585
1872-79	13:222
1880-87	16:026
1888.....	23:981

Como se vê, o progresso é constante e tão grave, que a emigração duplica do primeiro para o terceiro período, e depois do terceiro, em 1888, aumenta metade do que fôra anteriormente. Está aqui a prova provada da nossa desordem económica, apesar da vertigem de gastar com que os govêrnos da nossa terra teem querido corrigi-la, não conseguindo mais do que agravá-la por precipitarem o tesouro público na falência. Vê-se agora a prova do estado agudo em que a crise entrou.

Tais resultados fundamentam as críticas mais pessimistas que desde muito se tem feito à administração portugueza, e condenam radicalmente o sistema seguido.

A emigração média anual de 16:026, inferior à verdade, porque falta a emigração clandestina cada vez maior, denuncia uma chaga medonha no nosso organismo económico. Essa chaga alastra em 1888, subindo os números a 24:000 emigrantes. E quando se conhecerem os totais de 1889 e 1890 (porque a estatística, imperfeita como é, anda dois ou três anos em atraso) ver-se há como o algarismo de 24:000 sobe ao de 30:000, ou mais.

As circunstâncias vão-nos a êste respeito aproximando da situação, senão da Irlanda, pelo menos de muitas regiões italianas, donde as populações emigram em massa por não terem de que viver. Assim succede já entre nós.

Despovoam-se de homens aldeias inteiras; em outras fica a minoria guardando as casas da maior parte, que fugiu. Não se viaja na nossa linha litoral de Lisboa ao Pôrto sem quasi se poder escapar, nas vésperas de saídas dos paquetes, ao aflitivo espectáculo das despedidas das famílias aos homens que vão para o Brasil: adeus, soluços, lágrimas e gritos. É freqüente ver no cais do Terreiro do Paço, em Lisboa, aglomerações densas de manta ao ombro, caxado empinado, ao lado, chapéu braguês queimado pelo tempo, com o tom severo e triste do briche pardo dos trajos camponeses beirões. São levadas de emigrantes. Os vapores recusam carga; trasbordam sempre. Até do Alentejo se emigra: Moura, ao que dizem, deu uma centena de homens. Agora, para pouparem o transporte a Lisboa, as levadas emigrantes do norte embarcam no pôrto de Leixões.

O último número de 24:000, que nem é exacto, nem se refere a hoje, mas sim ao ano de 1888, representava já a emigração de 1 em cada 250 habitantes, se também já dermos à população o total de 6 milhões de almas; pois se ficarmos em 5, a relação sobe a 1 em 200 habitantes.

A emigração espanhola não excede numéricamente a nossa; todavia a Espanha tem o quádrupulo da nossa população. Em Inglaterra, o país clássico da emigração, onde a densidade é de 105, emigra 1 habitante por cada 116; na Alemanha, com a densidade de 79, emigra 1 em 335 habitantes; entre nós, com uma densidade de entre 48 e 57, inferior a metade da inglesa, a emigração é de 1 em 250 (sempre na hipótese de 6 milhões), se computarmos reunidamente os distritos continentais e os insulanos, porque na Madeira e nos Açores não fica para áquem de 1 em 90 ou 100.

E êstes números referem-se apenas aos registos dos passaportes, porque a administração portuguesa não enumera os emigrantes clandestinos. Mas, pela própria confissão dos empregados administrativos, nunca foi tão rendosa como agora a propina dos passaportes. Não teem mãos a medir.

Ora antes de 1876, em Itália, registavam-se por separado os emigrantes com passaporte e aqueles que partiam sem êle, formando assim a emigração clandestina.

A relação dos clandestinos para os declarados é de 13 por cento; de forma que, se essa relação é a mesma em Portugal, a soma de 24:000 eleva-se a uma realidade de mais de

27:000, o que reduz de 250 a 222 a relação para a densidade.

Distingue também a estatística italiana, e com motivo, entre emigração própria ou permanente, e emigração periódica ou temporária, pois as condições da Itália do norte fazem com que se dê aí cousa semelhante ao que sucede em pequena escala no nosso Algarve: isto é, a saída temporária de trabalhadores para regiões limitrofes. Pela análise que, porém, fizemos dos destinos dos emigrados, vimos que essa distinção não tem importância para o nosso caso.

E já que nos veio a propósito falar da Itália, vejamos o movimento da sua emigração permanente, porque a temporária nada significa para nós.

O progresso é incomparavelmente superior ao nosso. Enquanto os nossos números triplicam, se compararmos 1866-71 com 1888, os números italianos decuplicam. E referida a população do reino que em 1888 se computava, segundo o censo de 1881, em trinta milhões e meio de habitantes, esta emigração representa a relação excessiva de 1 em 155 habitantes. É verdade que a Itália tem 102 habitantes por quilómetro quadrado, densidade mais que dupla da nossa.

Metendo, pois, em linha de conta os dois factores, população e emigração, vê-se que a emigração portuguesa, patente e clandestina, cal-

culada em 27:000 unidades, número talvez ainda inferior à verdade actual, está acima da emigração italiana no próprio ano de 1888, em que ela decuplica do que fôra em 1876; vendo-se que ambas estas emigrações correm parelhas com a inglesa.

	Emigração	Densidade de população
Portugal.....	1 em 222	48 a 57
Itália.....	1 » 155	102
Inglaterra.....	1 » 116	105

Um tal estado de cousas, manifestamente revelador de vícios profundos no organismo económico da nação, em vão de há muito reclama providências.

A principal e fundamental seria uma grandíssima e reverendíssima reforma dos nossos erros políticos, morais, económicos, que restaurasse para a energia e para a saúde o corpo abatido da nação. Mas nem serve para cousa alguma, nem cabe nos limites dêste estudo, a exposição de desejos que, de resto, estão no espírito comum, nem de ideas que já hoje conquistaram a preferênciã de tôda a gente que discorre.

Isso é vão; porque, se Portugal tivesse energia e vitalidade bastante para se emendar, não faltaria o instinto político para ditar os remédios; e não as tendo, as palavras e conselhos

dos excêntricos são contraproducentes, pois ninguém as toma senão como capa de encobrir mesquinhas ambições, ou vaidades mais ridículas ainda. Sobranceiramente graves, os homens práticos e hábeis passam de largo sorrindo.

Não acreditamos, pois, na reforma económica. Isto há de ir indo a claudicar, mais ou menos dolorosamente, conforme a necessidade cruel das ocasiões, como um corpo leve boiando sobre o lombo de uma corrente. Tanto pode esbarrar contra um penedo e naufragar, tanto pode sossobrar nos cachões de algum rápido, como pode ir indo com suavidade inerte, à tona de água, deslizando pelas campinas do tempo indefinido.

Não tratamos, pois, dos meios de corrigir a emigração pela reforma dos costumes e instituições económicas: falta-nos energia para tamanha empresa. Mas não tratemos então igualmente de impedir a saída a quem se não encontra a gôsto na terra sáfara de Portugal. Além de iniquo é ridículo, porque tôda a farragem de disposições impeditivas policiais são contraproducentes. Desprestigiam a autoridade, induzem à fraude, e afinal nada impedem, senão que uma parte da emigração, em vez de engrossar o tráfego dos nossos portos, vá fazer-se pelos portos vizinhos da Espanha.

Agora surge por aí o alvitre verdadeiramente disparatado de tributar a emigração para assim

a impedir com um embaraço fiscal!; Mas quem é que, parando-se um instante a reflectir, não vê desde logo que êsse imposto não teria outro resultado mais do que juntar uma nova monstruosidade ao acervo da insensatez? ; Pois duvida alguém que aos emigrantes continentais ocorreria logo a solução óbvia de irem embarcar, ali a dois passos, em Vigo? ; Ou pretender-se-ia tributar todos os viajantes?

No relatório que precedeu a lei actual de emigração na Itália dizia com todo o acêrto o relator Bocco de Zerbi:

«Não se deve impedir abertamente, nem por vias oblíquas, a emigração. Ainda quando se quisesse, não se podia. E não se devia, porque a emigração opera com um moderador espontâneo para temperar os efeitos do aumento da população, quando êste não é proporcional ao aumento dos meios de subsistência.

«Não existe balança com a qual nos seja possível», acrescenta o relatório, «comparar a soma de bens com a soma de males que veem da emigração; mas devemos afirmar que, emquanto o excesso da natalidade sôbre a mortalidade acusa anualmente duzentas mil crianças que ficam, ao passo que cento e cinqüenta mil adultos abandonam os campos,—devemos afirmar que a

crise, começando na inconsciência das regras económicas pelos camponeses, se tornou aguda com a elevação do salário pela diminuição da oferta necessária de braços; que na Itália a agricultura é quasi tãda a riqueza do país, e que, prejudicada a primeira, a segunda definha; que, finalmente, se se podem determinar as quantias importadas da América e o aumento das exportações italianas para êsses países ultramarinos, não é fácil, por outro lado, traduzir em números as perdas que a emigração traz à economia nacional, e que, sem se demonstrarem por cálculos, se sentem na miséria sempre crescente — *lachrymae rerum...*»

Mutatis mutandis, estas palavras podiam ser escritas por um português.

Consideram os italianos a sua emigração funesta quando podem opor-lhe o acréscimo do comércio externo que, tendo sido para América de 61 milhões de liras em 1862, subiu a 167 em 1872, e a 194 em 1882. Em vinte anos triplicou. O nosso comércio com o Brasil que, em 1866, era de 6:441 contos, desce em em 1875 a 5:660 contos e em 1876 volta a 6:747. Em outros vinte anos também, o nosso comércio estaciona, se é que não definha.

Consideram os italianos a sua emigração funesta, quando com ela mantem uma das primeiras marinhas mercantes do mundo. E nós

nem sequer, à sombra da nossa, mantemos uma linha de vapores para o Brasil!

«Os nossos nacionais», diz num seu relatório o consul português do Pará, «que transportavam do sul produtos do Brasil, especialmente açúcar, aguardente, carne de charque e paralelepípedos do Rio de Janeiro, estão sendo substituídos pelos navios alemães, dinamarqueses, noruegueses e suecos, cujos fretes e mais despesas de custeio fazem por diminuto preço; e ainda que a nossa marinha apareça na cabotagem, não pode com êles concorrer; e quanto às procedências do reino, cabe de preferência aos vapores ingleses, não só pelo que respeita à condução das cargas, inclusivé o sal e a pedra, senão também dos passageiros, como fica demonstrado.

«Por semelhante estado de cousas da nossa marinha mercante, vários oficiais náuticos e marinheiros procuraram aqui desembarcar, com o fito de se empregarem na navegação fluvial da região amazónica, que de dia a dia aumenta, sucedendo que muitos, sobretudo os oficiais, ou por melhores interêsses que auferem, ou a bem do exercício legal da profissão, teem-se naturalizado brasileiros.»

Emigração, desnacionalização — eis o epílogo necessário da desordem económica.

O nosso cônsul corrobora estas afirmações com números. Em cinco anos, a navegação reduziu-se ao têrço do que fôra; em três ou quatro anos (isto é, agora mesmo) provavelmente estará de todo apagada mais essa reliquia da antiga e gloriosa fonte da nossa riqueza histórica.

Não declamemos portanto contra a emigração, pois que não sabemos corrigir as fontes da moléstia: não a agravemos com a insensatez de um vão palavreado, não juntemos à miséria o ridículo.

Arranjemo-nos antes para ir vivendo com a enfermidade, tomando-a como uma cousa fatal e física. Não se arranjam todos os povos europeus e cristãos com a prostituição? Pois a emigração portuguesa não é mais do que o nosso atestado de prostituição política e económica.

Diz-se geralmente que a emigração legal não deve embaraçar-se, mas que a clandestina deve tolher-se por todas as formas. É uma pura ficção burocrática, porque são as prescrições arbitrárias das leis, e principalmente o recrutamento, o pretexto com que em vão se pretende reter pela fôrça os que não querem ou não podem viver no país.

A distinção necessária está entre os que emigram por deliberação espontânea e consciente,

e os que vão aliciados, seduzidos, enganados pelas promessas mentirosas dos engajadores. Ora estas duas espécies encontram-se tanto na emigração legal, como na clandestina. E na distinção entre as espécies é que está, a noso ver, o campo franco para a acção administrativa, perseguindo e punindo, não os miseráveis emigrantes, como diàriamente succede: os desgraçados que vão expiar na cadeia o crime de não terem de que viver; mas sim os engajadores que muitas vezes são individuos ou sociedades mais ou menos poderosos.

Que esta distinção tenha relação de alguma espécie com a distinção burocrática de emigração legal ou clandestina: isso nunca, porque é absurdo. E insistimos em pensar que a perseguição aos emigrantes, forçando-os a fugir clandestinamente, é um êrro, uma tolice e uma iniquidade.

Não se emigra legal ou declaradamente com passaporte, por impossibilidade de prestar fiança ao recrutamento. E agora, que legislámos o serviço universal obrigatório, a lei impede a emigração à maioria dos homens válidos. Quem emigra é gente pobre, sem recursos, nem protectores; e a indústria das fianças, à sombra da qual muitos medraram noutros tempos, parece estar hoje decadente.

Em nome das leis militares, como razão ou como pretexto, quere-se evitar o escoamento da

gente; mas consegue-se apenas que essa gente, em vez de vir embarcar a Leixões ou a Lisboa, vá do Minho, da Beira, ou de Trás-os-Montes, embarcar furtivamente em Vigo. O êrro está em que perdemos até êsse movimento para os caminhos-de-ferro e para os nossos portos.

Além do êrro, há tolice, porque os pobres homens, apanhados e encarcerados, teem de ser sôltos, e depois de sôltos vão tentar de novo a aventura, e com quási certeza de êxito.

É finalmente uma iniquidade, porque não há direito de forçar a permanecer no país gente a quem o país não sabe, não pode, ou não quere dar que comer: e forçá-la, com o pretexto de leis que nem sequer servem para satisfazer as necessidades de ordem e as ambições da mocidade militar portuguesa.

Portanto, na impossibilidade de suprimir a emigração, segundo a economia e a natureza indicam, o indispensável é explorar convenientemente essa iudústria. Tem tudo a lucrar com isso a economia e também a humanidade.

Em condições semelhantes às nossas foi esta a solução adoptada pela Itália na sua lei de 3o de Dezembro de 1888, cujas principais disposições são as seguintes:

— que ninguém pode arrolar emigrantes sem uma patente ou licença do govêrno;

— que só a italianos e em determinadas condições podem dar-se essas licenças ou patentes;

— que a concessão da patente importa um depósito de fundos públicos da renda mínima de mil liras, máxima de três mil, para servir de garantia aos contratos;

— que os armadores de navios transportando emigrantes ficam sujeitos às penalidades impostas aos contratadores;

— que o emigrante nunca pode ficar devendo ao agente, comissão, corretagem ou o que quer que seja, salvo quantias efectivamente adiantadas;

— que os agentes ou contratadores não podem exercer a sua indústria fora da área que lhes fôr marcada, sendo-lhes proibido percorrer o país convidando publicamente à emigração;

— que são nulos todos os contratos pelos quais os emigrantes sejam obrigados a pagar com serviços pessoais, ou com jornais de trabalho, o preço das passagens.

A emigração é declarada absolutamente livre, e só os soldados em activo serviço, ou na primeira reserva, teem de requerer licença dos comandos militares.

Neste problema gravíssimo, nesta questão fundamental da emigração, intimamente relacionada com tôda a economia interna das nações, há portanto dois pontos de vista diametralmente opostos: coibir a emigração e libertar o engajamento; ou coibir, regulamentar, dar garantias

aos contratos, e franquear aos emigrantes as fronteiras dos países que os não podem sustentar.

Nós, sem hesitar um momento, inclinamos para aquêles dos sistemas que não é o vigente por cá — uma vez, entendamo-nos bem, que não há meio, ao que parece, de resolver o problema demográfico português. Vemos os engajadores correndo impunemente o Minho; vemos annunciarem-se os transportes gratuitos; vemos com os nossos olhos as levas de gentio branco arrebanhados nos cais de embarque de Leixões, de Lisboa, e das ilhas; vemos franco o comércio de gado humano — e vemos a burocracia imaginando conseguir o quer que seja quando por acaso manda prender em Valença algum grupo de pobres diabos que vão embarcar em Vigo porque os não deixam embarcar em Lisboa ou em Leixões! (*Jornal do Comércio*, Abril de 1891; estas páginas são as partes VIII, IX e X de um estudo cujos primeiros artigos não reproduzimos por muito extensos e todos assentes em números estatísticos relativos a uma época já longínqua; talvez um dia compilemos êsses, e outros artigos semelhantes, num volume sôbre demografia e colonização portuguesa).

EXPORTAÇÃO DE GADO HUMANO PARA O BRASIL

Não se reza a Santa Bárbara senão quando há trovões. Agora que os vapores saem atulhados de gente, tôda a imprensa clama que

isto assim não pode ser, que o sangue português se escoar, que se despovoam os campos, que a agricultura, ou definha com a alta dos salários, ou, arruinada, impele os lavradores a emigrar.

Estes clamores veem assim isocrònicamente, à maneira do que há tempos sucedia com o saneamento da capital, ordem-do-dia dos verões, depois da crise política que era a ordem-do-dia de tôdas as primaveras.

Só quem nunca se demorou um instante a reparar nas condições da sociedade portuguesa se pode espantar de que a emigração seja nela uma moléstia crónica e pronta a tornar-se aguda sempre que surge qualquer incidente. E agora são tantos!

É a filoxera que nos devasta as vinhas, é a moagem que guerreia o trigo, é a hipoteca aruinando a lavoura de mãos dadas com fisco, é sobretudo e finalmente a coincidência do retraimento nas despesas de obras públicas com a propaganda de engajamento fomentada pelos fazendeiros do Brasil, que já não teem escravos.

¿ Quem ignora que de tôdas as nossas exportações a mais importante (excluindo os papéis de crédito, ou títulos de divida) é a que fazemos de gado humano para o Brasil? ¿ Quem desconhece já que morreríamos de fome, se não fôsse o caudal de ouro que vem desembocar em Portugal em pagamento da gente anualmente exportada?

Esta é a realidade, o — que não significa, de modo algum, que semelhante realidade mereça o nosso aplauso.

Desde, porém, que não sabemos, não podemos, ou não queremos arcar com o problema histórico da nivelção demográfica do reino, transplantando para o sul o excesso de população do norte; desde que não podemos, nem queremos, ou não sabemos fugir a êste velho círculo vicioso em que andamos, do imposto para o empréstimo e do empréstimo para o imposto, girando à volta de um equador de falácia, parasitismo e indolência; desde que os nossos nervos confrangidos não nos consentem o esforço necessário para sofrer e submeter-nos à crueldade das cousas: ¿ que resta, senão emigrar?

É excelente declamar contra a emigração. Mas é tão excelente, como inútil; porque para impedir o escoamento da população seria necessário, em vez de fraseado, obras; e em vez de medidas impeditivas sempre contraproducentes, medidas que regenerassem a economia interna do reino.

Quando, nem tempo, nem inclinação temos para pensar nisso, ¿ como se quere que a emigração diminua? Quando a principalíssima fonte do nosso rendimento económico, é, além dos empréstimos com que pagamos os juristas e os empregados, o subsídio anual que nos vem do Brasil, ¿ para que se quere alterar êste doce *far*

niente em que regaladamente vamos vendo correr o tempo?

Os clamores da imprensa são por isso vãos e inconseqüentes. No mecanismo actual da economia portuguesa a emigração para o Brasil representa um papel inevitável por dois motivos: 1.º porque é o vasadouro da gente sem ocupação no reino; 2.º porque é a fonte do subsídio que anualmente nos ajuda a viver.

Nas circunstâncias actuais, é fácil afirmar que, se fôsse possível suprimir a exportação de gado humano para o Brasil, viria daí uma crise fúnebre para Portugal.

Alterar essas circunstâncias, que incontestavelmente são em absoluto más, é porém, empresa para que, segundo parece, nós não temos inclinação, nem jeito, nem pachorra, nem tempo.

Nestes termos, e como conclusão, a única medida que, quanto a nós, haveria a tomar, seria encarar de frente as cousas como elas são, considerar a emigração à maneira que se faz com a prostituição, um mal fisico, regulá-la e fiscalizá-la para impedir os abusos dos engajadores e a exploração dos incautos, em vez de a procurar impedir com declamações ociosas, com caturrices burocráticas e com os embaraços de um recrutamento militar algum tanto extravagante.

Porque não se impede cousa alguma. E ape-

nas se obtém que a emigração clandestina seja, talvez, superior ainda à oficial, e que o tráfego dos emigrantes, em vez de alimentar o movimento dos nossos portos, vá demandar os portos vizinhos da Espanha. (*Nacional*, 9-XII-90).

PORTUGUESES E ITALIANOS NO BRASIL

É a *Statistica della emigrazione italiana* (1884-5) que nos fornece os algarismos interessantíssimos do nosso artigo de hoje.

Veremos dêles que a antiga supremacia numérica dos portugueses no Brasil tende a desaparecer, e em partes não existe já.

Eis aqui o registro de entrada de emigrantes no Rio de Janeiro durante o ano de 1883, compilada pela *Inspecção das terras e colonização* do Império:

Portugueses	11.286
Italianos	10.698
Espanhois	2.343
Alemães.....	1.699
Austro-húngaros.....	240
Ingleses	158
Franceses	152
Suiços.....	94
Diversos.....	119
Total	<u>26.789</u>

Dêste total de emigrantes, metade pròximamente ficaram na capital, e a outra metade, ou exactamente 13.737, distribuiram-se pelas províncias.

Dos italianos, foram 8.329 para fora: só ficaram no Rio 2.369; mas dos portuguezes foram apenas 2.696, ficando na capital 8.590. Os alemães vão todos para as colónias de Santa Catarina e do Rio Grande. Os espanhois vão apenas em número de 833: para S. Paulo (272) para a Baía (100) para o Espirito Santo (196), etc. As outras nacionalidades espalham-se diversamente, e o quadro da dispersão dos emigrantes é êste, por províncias:

Amazonas.....	2
Alagôas.....	2
Baía.....	103
Espirito Santo.....	342
Minas Gerais.....	978
Pará.....	26
Pernambuco.....	22
Paraíba.....	2
Paraná.....	419
Rio Grande.....	4.402
Rio de Janeiro.....	717
S. Paulo.....	5.118
Santa Catarina.....	1.595
Total.....	<u>13.737</u>

Opondo agora a emigração italiana à portuguesa, vemos:

	Na capital	Nas províncias
Italianos	2.369	8.329
Portugueses.....	8.590	2.696

As províncias em que italianos e portugueses se distribuíram são as seguintes:

Províncias	Italianos	Portugueses
Amazonas	—	2
Alagôas	—	2
Baía.....	2	1
Espírito Santo	135	—
Minas Gerais	204	685
Pará	20	3
Pernambuco	7	14
Paraíba	2	—
Paraná	321	29
Rio Grande.....	3.265	347
Rio de Janeiro	228	376
S. Paulo	3.459	1.218
Santa Catarina.....	686	19
Total.....	<u>8.329</u>	<u>2.696</u>

No Rio Grande e Santa Catarina, que absorvem a quasi totalidade dos emigrantes alemães, as colónias germânicas teem o papel preponderante. Todavia a emigração de italianos é em 1883 *quádrupla*. Nós portugueses entramos apenas pelo terço dos alemães e por 1/12 dos italianos.

Em S. Paulo a emigração portugueza de 1883 representa pròximamente o terço da italiana; mas, a respeito desta província, diz o relatório do

cônsul de Itália «que o elemento italiano (vendedores, operários, etc.) *substituiu quasi completamente o português*, contribuindo, no dizer dos próprios brasileiros, para transformar em melhor o aspecto das aldeias e para dar maior vida e brio às cidades». Não se obteve isto sem muitos atritos, invejas e disputas. As desordens e tumultos sangrentos que, em 1883, tiveram lugar em Brusque, em Santos, em Itatiba, são a prova disto. Os brasileiros vêem com maus olhos êsse punhado de lucqueses e napolitanos que se não enraizam na localidade, mas que vão de um para outro lado, negociando e remetendo para Itália o fruto das suas economias, calculadas já, para todo o império, em 7 milhões de francos anuais (1.260 contos de réis).

A questão do comércio de retalho contra os italianos é a mesma que desde largo tempo se fere contra nós; mas o que é grave, é o facto denunciado pelo cônsul de que o elemento italiano substituiu quasi completamente o português.

Que a emigração portuguesa para o Brasil, mormente a continental, se não destina ao trabalho rural é sabido; na sua quasi totalidade, os portugueses vão exercer o pequeno comércio e os misteres e indústrias mais ou menos servis e quasi sempre urbanas. Isto explica a razão porque, sendo quasi iguais como soma as emigrações portuguesa e italiana no império,

nós ficamos por quatro quintos na capital, ao passo que quatro quintos dos italianos vão para as províncias.

Não nos prejudica pois a entrada de italianos, que já em 1881 orçavam por 60.000 em todo o império, e hoje talvez não sejam menos de 100.000. Prejudica-nos, porém, a concorrência que nos fazem no pequeno comércio e nos misteres urbanos. Venceram-nos já em S. Paulo, e no Rio de Janeiro acodem na razão de 2.000 sôbre 8.000 portugueses: a quarta parte.

Há poucos anos (mas que a saudade faz parecer bem longos!) dizia-nos o benemérito e malogrado Eduardo Lemos que, diante da concorrência italiana, o comércio português estava já na defensiva dentro da própria capital. O emigrante italiano era em geral mais activo e mais instruído do que o português.

Chamamos para isto as atenções dos nossos governos. Não somos dos que abençoam a emigração: pelo contrário, desejaríamos que êsse facto desaparecesse ou diminuísse emquanto no solo da pátria houvesse áreas a colonizar; mas, uma vez que a nossa melhor fonte de receita líquida nacional é a exportação de 12, 15 ou 20.000 cabeças de gado por ano, façam os governos com que ao menos êsse ramo de comércio nos seja o mais produtivo possível. O pequeno comércio brasileiro é, ou era, nosso: não o deixemos perder de todo.

Se os italianos tiram hoje do Brasil um rendimento líquido anual de 1.000 contos de réis, nós; que temos lá talvez um número duplo de compatriotas, tiramos porventura um rendimento quintuplo, sêxtuplo, ou talvez ainda superior. Porquê? Porque os italianos são na sua grande maioria trabalhadores rurais e nós somos, na quási totalidade, comerciantes e artífices. (*Provincia*, 13-1-86, v. nota a êste artigo no fim do vol.)

ABOLIÇÃO DA ESCRAVIDÃO NO BRASIL

Falar do Brasil é conservarmo-nos ainda no seio da família portuguesa. As instituições políticas valem menos do que os vínculos de consanguinidade.

Falemos do Brasil portanto, para celebrar o acto corajosamente radical que a nação neo-portuguesa da América acaba de praticar abolindo a escravidão.

Entre as cousas meritórias que os séculos vindouros celebrarão no nosso, tem o primeiro lugar esta faculdade de obedecermos a ideas puramente abstractas, com a consciência de que o são. O platonismo humanitário, ainda nas suas aberrações, é a coroa de glória do século dezanove — coroa que vai embaciando, flor que

dia a dia vai murchando, é verdade, pendida sôbre a sua haste aereamente orgulhosa.

Somos cada dia mais vulgares, por isso mesmo que somos mais positivos e práticos. É que a realidade das cousas amesquinha a gente, quando não provoca a misantropia, ou o sarcasmo, mais aflitivo ainda.

Felizes os povos que podem num dia, emitindo um voto, dar a mais de um milhão de homens a qualidade de sêres nossos iguais!

Era o Brasil o único país civilizado que ainda em suas leis conservava a escravidão; e é talvez ao Brasil que mais custará do que a ninguém a abolição do regíme do trabalho servil.

Não cabe aqui discutir se a abolição radical é económica e praticamente preferível ao sistema vigente que extinguiria gradualmente a escravidão dentro de quatro anos. Demos que a abolição imediata seja mais inconveniente.

Isso provaria apenas que o Brasil é capaz de obedecer ao fanatismo de uma idea nobre, sacrificando-lhe interêsses vivos, embora êsse fanatismo se alimente, como succede sempre, de uma ilusão generosa e boa. Antes isso; porque mais valem as ilusões sinceras que levam um povo atrás de uma miragem, como os judeus de Moysés quando os guiava a sarça ardente no deserto, do que a agitação estéril em volta dessas cousinhas sujinhas e mesquinhas que já

há dois séculos provocavam a sátira célebre do nosso Garcia de Rezende.

Num caso sempre fica alguma cousa. A ilusão dissipa-se, mas resta a consciência de um acto generoso—o que não importa menos para os povos do que para os homens, pois da soma dessas reminiscências é que se forma o orgulho de um povo, a sua tradição histórica e a sua consciência colectiva, de tôdas as fôrças a mais indomável.

No outro caso nada fica, porque, dissipada a ilusão das vaidades chôchas, resta apenas aquela apagada e vil tristeza de que falava Camões, com grave escândalo e constante mofa da gente dura e ensurdecida que não queria ouvi-lo.

—(*Repórter*, 15-V-88).

A REPÚBLICA NO BRASIL

Parece confirmar-se a notícia da incomparável tolice que o Brasil fêz, proclamando a república, destruindo êsse império a cuja sombra e pela mão de um príncipe tão patriota como sábio, conseguira ganhar foros de nação, avigorar-se, desenvolver-se, vencer os seus inimigos e adquirir um lugar proeminente na América do Sul.

Um pronunciamento à espanhola destruiu

num dia a obra de sessenta anos fecundos, em que *pari passu* os progressos políticos e o desenvolvimento material do império tinham andado, mais de-certo do que em nenhuma das repúblicas vizinhas; mais talvez, comparativamente, do que nos próprios Estados-Unidos, que todavia eram o pasmo inconsiderado de tantos brasileiros.

¿ Que novas liberdades, que novas garantias, que novas vantagens positivas vai a república dar ao Brasil, caso uma reacção do bom-senso não abafe o movimento que se anuncia vitorioso? Nenhum. Nem um só. Foi com o império que venceu Montevidéu e o Paraguay; foi o império que lhe deu meio século de paz interna inalterada; foi o império que criou o exército e a marinha, que multiplicou as escolas, que construiu a rede das estradas e caminhos-de-ferro, que protegeu as lavouras indígenas; foi o império que aboliu a escravidão.

¿ Que benefícios espera o Brasil da república, iniciada por um golpe de mão da tropa? ¿ Que mudança pode haver no que importa ao regime positivo e prático da vida nacional? Nenhuma, senão o despotismo dos generais, começando agora o período já concluído para as repúblicas vizinhas. Nenhuma, senão talvez o predomínio dos senhores de roça, ofendidos nos seus interesses pela abolição da escravidão.

A revolução do Brasil é porém mais do que

um êrro funesto: é uma ingratidão para com êsse homem venerando, carregado de anos e serviços, que consumiu a vida a dotar o seu império com os frutos de uma administração em que a energia se aliou sempre à prudência, a fôrça à arte, alternando segundo as necessidades. Deixassem-no morrer ao menos, acabar em paz no trono que era para êle uma mesa de trabalho: deixassem-no concluir a sua tarefa, e depois déssem largas à sua loucura!

A gratidão nunca foi virtude dos povos; mas neste caso a ofensa é tão flagrante, a temeridade tão consumada, que o coração e a cabeça, o sentimento e o juízo, de mãos dadas, se levantam para condenar.

Quando se voltam os olhos atrás, reparando no que foi a história da América austral neste último meio século, é impossível deixar de dar a palma ao Brasil, que à sombra do império manteve a sua unidade, venceu os seus inimigos, e se desenvolveu na paz interna, enquanto as repúblicas vizinhas, cujo exemplo o Brasil agora imita anacrónicamente, se debatiam em revoltas sangrentas, agitando-se impotentes dilaceradas pela anarquia crónica.

Foi o império, inútil é repeti-lo, quem manteve a unidade dessa grande América portuguesa, tão grande como a Europa, tão diversa em interêsses, em tradições e em temperamento nas suas várias províncias, desde os sertões do

Amazonas, pelo centro agrícola de S. Paulo, até aos pampas do Rio Grande, que o pensamento federal acudia naturalmente à idea dos políticos, como a forma mais adequada à agregação nacional.

Mas essa própria forma administrativa, caso fôsse a preferível, só podia realizar-se com o império, pois a federação republicana (di-lo há um futuro breve) a federação será inevitavelmente a desmembração. Fracionar-se há o grande império neo-português; e sofrerão um desengano total os que julgam por comparações, imaginando que são idênticas as circunstâncias dos Estados-Unidos e do Brasil.

É sabido que na América do Norte a colonização marchou em coluna cerrada, sem solução de continuidade, do oriente para o ocidente; ao passo que na América hispano-portuguesa, a colonização procedeu criando núcleos dispersos, gânglios de população que só o trabalho lento dos séculos virá a aproximar e fundir. Enfeixados pelo vínculo da monarquia, êsses focos de colonização mantinham-se unificados. Emancipadas em 1815, as colónias espanholas pulverizaram-se repúblicas mais ou menos minúsculas e independentes.

A revolução de 1825, emancipando o Brasil, conservou-o todavia unido, porque se conservou monárquico. A destruição do império, a proclamação provável do federalismo, será o

princípio da desmembração, que se não fará, todavia, sem crises fúnebres e sangrentas guerras civis.

Se esta loucura agora anunciada se consumir, é mais do que provável que num praso relativamente curto vejamos o Brasil retalhado, pelo menos em três nações, uma no vale do Amazonas, debatendo-se com a ingratidão do clima e com a própria riqueza do território; outra no centro sob a hegemonia paulista; outra nos pampas do sul, porventura fundidos no Estado Oriental do Uruguay, que é sobre o Rio da Prata, com Motevideu, a capital geográfica da região.

A desmembração: eis aí o que a república dará ao Brasil num futuro breve, mas ainda assim mediato. Por agora, imediatamente, dar-lhe há uma crise tremenda, se a revolução embarçar, como é mais que provável, as grandiosas operações financeiras e a profunda reforma social da abolição da escravidão. Talvez êsses dois problemas venham a dar-nos em breve a chave do enigma dos acontecimentos, hoje apenas conhecidos sumariamente pelo telégrafo.

Esconder a gravidade dêste acontecimento pelo que nos diz respeito, seria pueril e até insensato.

Já hoje não é segredo para ninguém que o rendimento mais importante e mais líquido da

nossa depauperada economia nacional é a emigração para o Brasil. Exportamos para lá por ano trinta ou quarenta mil portugueses; recebemos de lá por ano dez ou quinze mil contos de réis. Se esta corrente de gente que sai e de dinheiro que vem, se deslocar, as conseqüências serão gravíssimas. Lembremo-nos do que sucedeu quando foi a guerra do Paraguay; recordemos que as crises políticas duraram três anos, e que foi só ao cabo de dezasseis ou dezassete anos que se restabeleceram as cotações elevadas do câmbio, metro seguro do nosso desafôgo financeiro.

Lembrem-se ainda os nossos ingênuos radicais de que o jacobinismo brasileiro escreve na sua bandeira a *nacionalização do comércio de retalho*, eufemismo sob que se esconde a guerra mortal de inveja ao emigrante português, que disputa aos indígenas, à fôrça de economia e trabalho, o mercado da venda a miudo.

Lembremo-nos todos de que a viração de bonança ultimamente acentuada, e que nos dera a convenção literária, prometendo-nos o antigo desideratum de um tratado de comércio, cujo efeito sôbre a economia portuguesa podia ser incalculável: lembremo-nos de que essa viração ameaça mudar de rumo, voltando-se contra nós.

Recordemos tudo isto ao apreciar a revolução do Brasil, e aplauda-a quem quiser: nós

não, porque aplaudindo a proclamação ociosa de uma fórmula de govêrno, indifferente em si e nefasta actualmente para o próprio Brasil, applaudiríamos a iminência de graves perigos para esta nossa terra que adoramos, e que foi a mãe pátria da nossa gloriosa colónia.

Ao Brasil queremos, pois, como se ainda fôsse uma parte da pátria portuguesa, e é por isso que estas palavras nos saem espontâneas e simples dos bicos da pena. Não receamos para Portugal as conseqüências políticas da revolução. Não é do Brasil que nos virá nenhuma novidade constitucional, nem temos a aprender com as lições do seu govêrno, mórmente quando são da natureza destas.

Receamos, porém, as conseqüências económicas da loucura politica do Rio de Janeiro; e lamentamos que o Brasil praticasse além de um acto de insensatez, uma ingratição. Certamente, como estrangeiros não temos outro direito além do livre direito da crítica; certamente, um país, chame-se como se chamar, não passa de amigo a inimigo nosso porque mudou a sua forma de govêrno; mas por isso mesmo que a nossa amizade é tão grande como o nosso parentesco, por isso mesmo lamentamos o passo errado que deu o Brasil, e a enormidade dos perigos em que se lançou a si — e também a nós! (*Tempo*, 17-IX-1889).

A NACIONALIZAÇÃO NO BRASIL

O decreto do governo provisório, impondo a nacionalização brasileira a todos os residentes que não recusarem essa faculdade, foi talvez provocado por outra notícia que o telégrafo nos comunicou, dos duzentos mil alemães das colónias de Santa Catarina terem reclamado a protecção do seu império.

Mais uma vez, e sempre, é necessário ir repetindo que não nos compete a nós, estrangeiros, intrometer-nos na gerência de um Estado independente, e tanto menos o devemos fazer quanto mais estreitos são os vínculos do sangue que nos ligam. Isto, porém, é uma cousa, e outra é apreciar os actos de um governo quando êles podem influir nas condições de existência de uns centos de milhares de portugueses domiciliados no Brasil.

Ora, sob o ponto de vista português, o decreto de nacionalização promulgado pelo governo provisório é manifestamente prejudicial para nós. E oxalá não seja êsse o prólogo de outras medidas que porventura venham afectar as nossas relações políticas, e principalmente as económicas, com a grande nação da América do Sul.

Essas relações teem por base a forte corrente de emigração que de Portugal vai para o Brasil, e o vasto caudal de riqueza que regressa em sentido contrário. É absurdo supor que a mudança da forma de govêrno altere na essência êsse facto económico; mas não o é, principalmente conhecendo-se antecedentes, imaginar que a política brasileira se inspire no propósito de impedir o segundo têrmo da operação, nem até se lhe pode levar a mal que o pretenda fazer.

Ora o decreto da nacionalização *quási forçada* evidentemente se inspira neste intuito, porventura não por opposição exclusiva a nós, mas de um modo que nos diz respeito muito superiormente. Em tal caso, parece-nos urgente, urgentissimo, que a nossa representação diplomática no Brasil não esteja entregue senão a quem tenha o tino, a discrição e a intelligência necessárias para prevenir, quanto possível, a consumação de actos que nos podem ser sobremodo prejudiciais.

Já nesta fôlha dissémos que o grande perigo da applicação do republicanismo ao Brasil estava na desmembração. Causas históricas e causas económicas concorriam para que o império fôsse lá o penhor da unidade, como a monarchia é entre nós o penhor da independência. E a imitação precipitada dos processos *yankees* pode dar rápidamentee um incremento febril ao

Brasil, mas tornará essa região do mundo um caravanseralho de povos e não uma nação, como os Estados-Unidos são há muito, e como o Brasil se encaminhava para ser à sombra do império.

A nacionalização imediata de consideráveis massas de estrangeiros não tem nos Estados-Unidos gravidade, porque a grande maioria dos imigrantes pertence ao próprio fundo da raça que constitui a nação americana, e os laivos de sangue estranho são assimilados e absorvidos rapidamente.

Sobre uma população que já em 1880 excedia 50 milhões de habitantes entrou em 1888 meio milhão de imigrantes: um por cento. E esse meio milhão de homens dividia-se em quasi duzentos mil ingleses, cem mil alemães, setenta mil suecos e dinamarqueses, cinqüenta mil italianos, quasi outro tanto de austríacos, e o resto das várias nações do mundo em proporções diversas.

¿Dá-se porventura no Brasil um conjunto de circunstâncias semelhante? Por forma alguma.

O censo de 1872 acusava a existência de dez milhões de habitantes, dos quais oito milhões e meio livres e milhão e meio escravos, entrando nos primeiros cento e vinte mil portugueses, cinqüenta mil alemães e outros tantos negros livres.

De então para cá, nos dezassete anos decorri-

dos, as cousas variaram muito, e os estatísticos orçam a população do império em catorze milhões todos livres, pois a escravidão acabara já. Mas nem por isso desapareceu a porção de gente negra que porventura não será exagerado orçar em dois milhões de almas, excedendo de certo meio milhão as três parcelas de estrangeiros preponderantes: italianos, portuguezes e alemães. Dez milhões, ou pouco mais, eis o fundo provável da população brasileira, foco de assimilação e absorpção dos imigrantes para o progressivo desenvolvimento de um povo caracterizado com autonomia nacional.

Quando se observam os números da imigração de estrangeiros, sente-se o perigo futuro. Já lá vai o tempo em que o elemento português proponderava de um modo quási absoluto. Nos quinze anos de 1873 a 1887 entraram no Rio de Janeiro 336 mil imigrantes, e destes eram 129 mil italianos, 121 mil portuguezes, 33 mil alemães e austríacos, 17 mil espanhoes, e o resto de outras origens.

Em 1878, há dez anos, a imigração por todos os portos do império era de 22 mil pessoas; em 1882 era de 27 mil; mas em 1887 duplicava, subindo a 54 mil, e em 1888 atingia 131 mil!

Aqueles cujo ideal consiste na exploração brutal do mundo, como uma concessão, e das nações como matéria prima exclusiva de enri-

quecimento, podem extasiar-se: mas nós, esperançados no crescer fecundo e harmónico de uma nação neo-portuguesa na América, em vez de sentir entusiasmos, lamentamos ver assim pôsto em perigo o futuro da melhor obra da história portuguesa.

Nesses 130 mil imigrantes só 30 ou 40 mil serão portugueses: o resto são italianos e alemães. ¿Como é que o fundo da população brasileira ou neo-portuguesa há de ter fôrça para absorver e assimilar uma tão grande injeção de gente estranha, a quem a lei da nacionalização quási forçada vai dar voz e voto nos destinos políticos da nação?

A idea federativa que só se enraizou nos povos que a adoptaram evolutivamente, por tratados de aliança entre Estados antes independentes entre si, como se deu com a Suíça, com as Províncias-Unidas da Holanda e com os Estados-Unidos da América: essa idea, quando se quiere aplicar a países unitários, é um contra-senso histórico. Não há, não pode haver, um único exemplo que a defenda. Naufragou em tôda a parte onde se quis implantar, e o último documento deu-o ainda a Espanha de há quinze anos.

A federação republicana do Brasil, desviado pelo progresso da América do Norte, sem reflectir no sofisma vulgar *post hoc ergo propter hoc*, sofisma que é origem de tantas ilu-

sões; a federação, arriscando a integridade da nação pelo motivo das suas condições geográficas e da distribuição da sua população, encontra agora no decreto da nacionalização *per vim* dos estrangeiros imigrados uma causa nova de desmembramento, pois ficará uma manta de retalhos étnicos sôbre um terreno mosqueado de nódoas de população dispersa.

São estas as nossas opiniões, que em nada invalidam (é quasi ridículo insistir nisso) o direito que o Brasil tem de reger os seus destinos.

Cumpre-nos a nós olhar pelos nossos, e nesse sentido, corroborando tudo o que deixamos escrito, é que chamamos a atenção do nosso governo para a protecção de que carecem os duzentos mil (ou mais) portugueses convidados ou coagidos a renegar a sua pátria. (*O Tempo*, 18-XII-89)

A UNIDADE DO BRASIL

Quando chegou à Europa a notícia da revolução brasileira, vaticinámos neste próprio lugar que a conseqüência natural do estabelecimento do federalismo, quebrados os vínculos da autoridade política do Império, seria o desmembramento da nação neo-portuguesa da América. E desde logo indicámos como um dos traços dêsse movimento a separação do Rio Gran-

de do Sul, região de pampas, que pelos interesses, pelos costumes e pela tradição, inclinaria para o lado do Uruguay.

As nossas palavras encontraram eco na imprensa europeia; os *Débats*, o *Figaro*, a *Neue freie Presse*, o *Times*, principais jornais de Paris, Viena e Londres, impressionados pelas considerações que fazíamos, transcreviam-nos (caso raro para jornais portugueses) e corroboravam a nossa opinião. Por cá, fizeram-nos a honra de inventar a calúnia da nossa intervenção num sindicato para fazer baixar os fundos brasileiros!

A notícia, que nos trouxe o telégrafo, da missão do ministro das relações externas da república brasileira ao Rio da Prata e do tratado negociado com a Confederação argentina, juntam-se informações fidedignas que recebemos e que levantam a primeira ponta do véu escuro dos perigos que corre a integridade do Brasil.

O govêrno provisório, escrevem-nos, teme uma sublevação do Estado do Rio Grande do Sul, sublevação que não poderia reprimir com as reduzidas e indisciplinadas fôrças militares, indispensáveis para a sustentação da ditadura.

Para conseguir a pacificação do Rio Grande em caso de revolta, o govêrno provisório lembrou-se de solicitar o auxílio e a intervenção armada da república argentina, ou contra o Rio Grande isoladamente, ou contra êsse Estado unido à república do Uruguay.

Em troca dêste auxílio armado, o govêrno provisório

propõe-se ceder desde já à república argentina metade do território contestado de *Misiones*, e, no caso do Brasil vir a necessitar da intervenção argentina, consentir na anexação do Uruguay, desinteressando-se também o Brasil do Paraguay, que os argentinos poderão igualmente anexar, realizando assim a sua ambição de unificarem numa república tôda a dependência do antigo vice-reinado de Buenos-Aires.

Por aqui se vê como a queda do império inverteu a situação respectiva das nações americanas do sul. Em 1870, o Brasil, exercendo a hegemonia, libertava o Paraguay, numa campanha em que tinha por aliados os argentinos; agora, vinte anos depois, é êle o protegido que pede aos argentinos para lhe fazerem a policia interna, abandonando as pequenas repúblicas do Prata à ambição do povo que em breves anos será absoluto senhor da América meridional.

O êrro histórico da ocupação portuguesa nos tempos coloniais, não levando a fronteira do Brasil até ao Rio-da-Prata, fôra até certo ponto emendado pelo império em 1851, quando deu a mão a Urquiza e tomou Montevideu a Oribe, criando a república independente da Banda-Oriental, ou do Uruguay. Êste facto, e os tratados de 1852 para a livre navegação da Prata, asseguravam ao Brasil as comunicações com as províncias sertanejas de Goyaz e Mato-Grosso, que ficarão de futuro à mercê do exclusivo e poderoso dominador do Rio-da-Prata.



Eis aí a primeira consequência visível do proconsulado militar-positivista que se apoderou do Brasil e lhe está preparando a ruína.

Tem menos importância a cessão de parte das *Misiones*, do que a liberdade de anexar o Uruguay e o Paraguay; mas nem por isso deixa de ser grave o facto do abandono de uma parte do solo do Brasil. Êsses territórios das *Misiones* são os que, depois da campanha exterminadora dos índios, em 1756, o marquês de Pombal, seguindo o plano de Alexandre de Gusmão, pelo tratado de 1761 houve da Espanha contra a cessão do Sacramento; mas nunca a fronteira do Rio Grande nesse ponto foi demarcada, nem liquidados os direitos territoriais das potências limítrofes.

O tratado actual do Brasil com a república Argentina é pois um facto gravíssimo. Gravíssimo para a apreciação do mérito do governo que se substituiu ao império; gravíssimo pelos sintomas que denuncia quanto à sua estabilidade no ponto de vista da integridade do Brasil; gravíssimo, finalmente, por tudo isto para quem, como nós, tem no Brasil tão sérios interesses a defender.

É impossível conservar como está a legação portuguesa no Rio de Janeiro; e comprehendem-se os motivos que obstem a que para ali volte agora quem tão digna e inteligentemente nos representava quando o império caíu.

É indispensável remediar por qualquer forma este estado de cousas, antes que o mal chegue a um período agudo. Prevenir e atalhar os perigos que se desenham no horizonte é o dever dos governos, e estamos certos que o govêrno saberá cumprir a sua obrigação. Perante as questões externas não há partidários: há portugueses.

E se agora andamos acessos em justa indignação contra a Inglaterra pelo ultraje que recebemos dela, não devemos esquecer que, para lá do Atlântico, no Brasil, nos achamos a braços com um problema, materialmente mais sério. A questão inglesa não é, por infelicidade nossa, a única, embora seja a mais dolorosa! (O Tempo, 29-I-90).

A CRISE DO BRASIL

Os acontecimentos da nova república interessam-nos quási como se fôsem de casa, pois a intimidade é tanta entre o Brasil e Portugal, e tão grande a nossa dependência, que já hoje ninguém ignora como o câmbio brasileiro se tornou o barómetro da nossa economia interna.

Baixa o câmbio? Aparece cá o mal-estar, porque o mais líquido dos rendimentos portugueses é o dinheiro que vem constantemente em troça da nossa exportação anual de gente.

Ora esta crise de agora fêz descer o câmbio a menos de 20.

Ninguém ignora, tampouco, as dolorosas condições a que chegou o tesouro em virtude dos erros por muitos anos acumulados, e da perniciososa surdez que os nossos governantes opuseram sempre àquilo que desdenhosamente chamavam todos azedume, pessimismo, inveja. Não deve tampouco esquecer-se que, se a esta crise do tesouro vier acrescentar-se uma crise económica, *quod Deus avertat*, crúéis dias esperam a nossa pobre terra. Não haverá santos que lhe valham.

Por isso, dos três males que actualmente nos atacam mais agudamenté, a questão inglesa, a crise do tesouro e a revolução do Brasil, não é de-certo esta que merece menos atenção, embora para o comum da gente pareça menos evidente.

Mantenha-se o câmbio baixo, tornem-se a ver cotações de 16, como na guerra do Paraguay, e seremos forçados a liquidar. Esquecemos as boas e velhas regras de economia na administração; levados pela fúria interessada das obras públicas e pelas ideas banais do livre-câmbio, descurámos a defesa do trabalho nacional: agora achamo-nos com o tesouro vasio, os campos arruinados, e por única indústria a exportação de gente, vivendo dos subsídios que nos veem da América. Invertidas as situações, a colónia somos nós.

Por êstes motivos, as questões brasileiras são tanto nossas como as de cá; e por isso eu vi com extrema alegria o exemplo de fôrça justiceira e de vitalidade política dado pela câmara brasileira, enforcando o ministério que a fizera e demitindo êsse grupo de homens que no prazo de um ano deram as provas mais cabais da sua inépcia governativa.

Ditadura caricatamente militar e grotescamente positivista, o que fica da sua invenção, fora a farragem de medidas minúsculas extravagantes, é o auto-vestimento em postos militares por aclamação popular, o monstruoso aumento das despesas, o favor dado à agiotagem mais desenfreada e o tratado de limites com a república argentina.

Tanto a moralidade como o bom-senso tinham já condenado os ditadores derrubados pela própria câmara sua eleita; e por isso não deve assustar o facto da comoção naturalmente produzida pela crise, pois, nas mãos dos ditadores, o Brasil caminhava para uma derrocada universal.

Os *déficits* orçamentais e a penúria do tesouro não teem no Brasil, nem o carácter, nem o alcance que teem em Portugal; porque lá o tesouro representa uma fracção mínima na economia geral da nação, e aqui — ai de nós! — é a gamela por onde todos comem. O Brasil é riquíssimo: importa, pois, relativamente pouco,

a penúria do seu tesouro. Tem de sobra para vencer extravagâncias ainda maiores.

Também não é grave, nem assustadora, a questão militar, pois questões dessas predominam somente em nações belicosas. O sossêgo histórico do Brasil não proveio exclusivamente das suas formas constitucionais monárquicas: veio em primeiro lugar do temperamento da sua população. Se o império caiu vítima de um golpe de mão dos soldados, foi porque se não soube defender; e a prova da fraqueza da milícia está na submissão com que se deixou absorver pela agiotagem... Não era um governo de militares: eram paisanos, mascarados de generais, servindo de agentes aos chatins.

Nem uma nem outra, pois, destas duas questões, deve assustar.

O que é mais grave é o federalismo — êsse problema que a proclamação da república suscitou indiscretamente e que agora se agita, exacerbado, na constituição do ministério.

Nem pela natureza do seu território, nem pela espécie da sua exploração, nem, principalmente, pela forma que teve a sua colonização, ao Brasil conveem as instituições aliás adequadas aos Estados-Unidos e à república Argentina.

A-pesar-de ser politicamente uma nação, o Brasil é ainda econòmicamente uma colônia, pois a sua riqueza consiste quasi inteiramente em culturas industriais de exportação, devendo

importar, pode dizer-se, tudo o que é necessário à vida. Por outro lado, a colonização, dispersa num território imenso, em vez da marcha em coluna cerrada para o interior, como nos Estados-Unidos procedeu a população, estabelece uma disparidade acaso mais grave ainda.

E' fácil, portanto, prognosticar que o federalismo americano seria a breve prazo, no Brasil, a fragmentação. Quem a impediu durante êste século, foi de-certo o império; e derrubando-o, o Brasil cometeu sem dúvida um êrro, pois comprometeu o futuro constitucional da América portuguesa.

Agora, porém, que êsse êrro é um facto consumado, e a meu ver indestrutível, o desejável seria que os estadistas brasileiros voltassem à tradição, procurando a forma de conciliar a unidade, indispensável ao futuro da nação, com aquela soma de autonomia provincial compatível, sem cair na aberração do federalismo que seria o desmembramento.

Eis aí o que a um português sugere o espectáculo da crise brasileira; e não apenas com aquela curiosidade que os fenómenos sociais provocam, mas sim como quem se sente intimamente interessado, já pela comunidade do sangue, já pelos nossos deploráveis erros, cuja conseqüência é acharmo-nos à mercê do futuro político da nossa antiga colónia, que é quem hoje principalmente nos dá de comer. (*Nacional*, 27-I-91).

NOTAS

— A industrialização do ensino.—

O quasi nulo interêsse pelas questões *da técnica* pedagógica (limitamo-nos por via de regra às literárias *generalidades*, palavreados superficialíssimos, dos livros em lingua franceza); a descrença, até, de que exista uma pedagogia, e métodos mais eficazes que os que se usam entre nós (descrença aliás justificada pelo facto de havermos tido alguns cultores da pedagogia pouco capazes de arrastar almas, uns prejudicados da erudição, outros da vaidade e da mesquinha, outros emfim,— como o admirável Aurélio Ferreira—do excessivo recolhimento e timidez); a estrutura económica da sociedade, que dá a todos os portuguezes mentalidade de burocratas,—dificultam o combate a êsse carácter industrial que já era o do nosso ensino no tempo de Oliveira Martins. O seu contemporâneo Bento de Sousa, indignado com o industrialismo, com a descaróavel exploração das cartilhas e dos compêndios, e usando o *humour* de um britânico, propôs no *Doutor Minerva*

que se fizessem as coisas francamente, e se criasse uma *Companhia das Lavras Intelectuais*. Diz êle assim :

«Ora agora, como Costume Novo gosta da *blague*, aí vai êsse prospecto, o qual me julgo autorizado a lançar, se entendo bem o que aí vejo :

«É fundada em Lisboa uma associação intitulada — *Companhia das Lavras Intelectuais*. —

«A nova *Companhia* destina-se a explorar, com lucros certos e nenhuns riscos, um campo de muito rendimento, que, até há pouco, a caturrice nacional considerou defeso e isento da exploração comercial.

«A *Companhia* não terá estatutos, e ninguém lhe pedirá contas ; não será de responsabilidade limitada nem ilimitada, mas será — animadora novidade! — de responsabilidade nula.

«A matéria prima da nova indústria nada custará à *Companhia*, porque a todos é permitido deitar-lhe a mão. Essa matéria prima é a história, a língua e o decôro da nação.

«A manipulação dêstes materiais produzirá uma droga, que se venderá por bom preço com o rótulo tentador — *Instrução Popular* — e que terá a propriedade de tornar idiotas as crianças a quem se propine.

«O fim da *Companhia* é preparar êsses idiotas para as reprovações aparentemente justas, e multiplicação dos exames — fontes de rendimento.

«Para assegurar os grandes lucros, a *Companhia* conseguirá :

«1.º — O ter a *Companhia* o privilégio de fornecer os examinadores.

«2.º — O ter a *Companhia* o exclusivo dos compêndios adoptados.

«3.º — O ter a *Companhia* a propriedade de editar êsses compêndios e taxar os seus preços.

«4.º—O impor a Companhia compêndios errados por meio de declarações impressas nos frontispícios—de que são êsses compêndios os adoptados nas escolas.

«5.º—O garantir-se por lei uma remuneração certa e elevada para os examinadores da Companhia, os quaes tomarão a seu cargo multiplicar êsses exames.

«Êste género de Companhia está dando magníficos resultados nos países onde já foram introduzidas. Os dividendos são de alegrar o ôlho aos accionistas, a estupidéz das crianças fica tão perfeitamente redonda e lisa, que faz gôsto vê-la, e os ditosos pais vêem-se obrigados a confessar que é duma finissima arte êste novo processo de os esfolar a êles, e arruinar a pátria bestificando os filhos.

«Lá está o Costume Novo a rir-se desta... *blague*.

(*O Doutor Minerva*, p. 115) — A. S.

P. 53

— Os costumes e as leis. —

O problema das relações da moral e da política foi tratado por Oliveira Martins em alguns artigos do primeiro volume desta obra. Deve porém notar-se que ali foi encarado êsse problema pelo que respeita aos governantes, e aqui, aos cidadãos em geral. Esta reflexão poderá dissipar algumas aparentes contradições que se poderiam notar entre os artigos. — A. S.

P. 73

Artigo «Pessimismo»

A anotação ao artigo fizemo-la já, nas leves impressões sôbre o significado político da obra de Oliveira Martins, com que abre o primeiro volume da presente colectânea. Não obstante, cumpre chamar de novo a atenção sôbre estas páginas tão importantes e actuais, susceptíveis de muitos e de longos desenvolvimentos, que (felizmente para o leitor) consideramos intempestivo tentar agora. Só duas palavras de pouca monta.

Podará notar-se imediatamente, mais uma vez, o conflito do pensador e do artista sentimental, que Oliveira Martins no seu espírito nunca logrou conciliar. O pensador põe o problema, — muitas vezes brilhantísimamente, — mostra-lhe as facêtas e as dificuldades, ennegrece o nosso espírito de dúvidas e de aflições, — e no pior desaparece, substituído pelo artista, que improvisa qualquer *coda*, — feminina, dolente, sentimental e irracionalista. Depois de nos haver mostrado nestas páginas os embaraços em que o Homem caiu por falta de razoabilidade, ei-lo que recorre a uma «caducidade que também à espécie vem com os anos», a um «vive-mos pouco, parafusamos de-mais», a um «nada pedimos ao instinto, tudo à razão», — como se os males no mundo moderno fôsem produzidos pelos que «parafusam», pelos que recorrem à razão, e não precisamente pelos instintos desencadeados, que se soltaram das disciplinas do antigo regime tradicional, sob a capa de um pseudo-racionalismo sem razão.

Podemos dizer, creio eu, que tôdas as sociedades progressivas passaram até hoje por três fases bem distintas, três *idades*, a que chamaremos idade antiga, idade mé-

dia e idade moderna, sendo que na primeira o factor de agregação social é fisiológico (consanguinidade); na segunda, a tradição; e na terceira, finalmente, busca-se o laço social na razão humana, sem que se haja chegado, até hoje, a inventar instituições políticas adequadas ao novo vínculo. Não há, pois, que lamentar a caducidade da espécie, nem que maldizer da razão, mas sim que procurar experimentalmente, — scientificamente, — pelo processo das correcções sucessivas, essas formas institucionais adequadas à idade nova. A razão determina os *fins*; o êrro está em pretender *fixar* por ela, a priori e do primeiro salto, os *meios* perfeitos e definitivos para a obtenção dos ditos fins. Tudo vem da idea errada que se tem da razão e da intelligência. Na razão só há fixo, absoluto, os fins supremos que ela enuncia; no resto, a razão e a intelligência são instrumentos da harmonização contínua, da adaptação *indefinida* a condições *que mudam sempre*. Para que a intelligência, pois, chegasse a adaptações completas, a soluções *definitivas* (como lhe pedem os seus detractores) seria absolutamente necessário que se fixassem as condições, que o universo se suspendesse, que morresse a vida, que o Nada succedesse ao Sêr. Como se vê, a exigência é contraditória. Convençam-se os sentimentais que é absurdo, de si, o pedir soluções definitivas para um caso turbilhonante que renova sempre o seu problema, — uma parada única e invariável para golpes sempre novos que surgem de lados sempre novos. O mundo gira sempre; sabe a intelligência que tem de haver-se com essa *móvel* realidade; o místico pede inércia, paz, adaptação definitiva; mas o definitivo, o perfeito, é incompatível com o real.

Entre os Gregos e os Romanos, os historiadores só apparecem, como é de prever, na última fase da civilização, na idade *moderna* dêsses povos. De aí resultou que só agora, com os Mommsens e os Meyers, começámos a entreluzir a história antiga, bem como a média, de uns

e outros. Veja-se em Eduardo Meyer, *Geschichte des Alterthums*, t^omo II, a descrição da idade média do povo grego, e verificar-se há que foi idêntica, ponto por ponto, à idade média das nações actuais. Esse período termina no século VII A. C., e a passagem para a idade moderna grega mostra-nos uma sociedade também idêntica à que vai do Renascimento à Revolução francesa. Cai o domínio dos senhores feudais; desenvolvem-se o comércio, a finança, a navegação, a moeda, o Capitalismo; cada qual busca o próprio destino; o indivíduo emancipa-se, social, intelectual e politicamente; crescem as cidades, para onde emigram os camponeses; todos combatem o regime nobiliário, e a hostilidade comum a tal regime é o único elemento de agregação das diversas classes que fazem o *demos*, a que se chamou, entre nós, *terceiro estado*. As novas condições sociais produzem um novo espírito, — o espírito de *livre exame* opondo-se à *tradição*, o qual quer reconstruir a sociedade em moldes definitivos *a priori*. . . Chega-se, não por um êrro de doutrinários, mas pela íntima necessidade das coisas, pela lógica fatal da própria vida, à situação em que nos encontramos. Claro que o racionalismo exorbitou, quando supôs que, além de fixar os *fins* supremos, poderia *fixar* análogamente os meios *definitivos* para a sua *definitiva* consecução. Não há, no entanto, outra maneira humana de proceder, senão essa: architectar uma fórmula rígida, experimentar os seus defeitos, e corrigi-la: *trial and error*. Acusar alguém do que succedeu, é acusá-lo de ser homem, de sermos homens, e de a vida ser o que realmente é. A Revolução moderna foi semelhante à dos Gregos, à dos Romanos; declamar contra ela é declamar contra a Existência, contra a lógica fatal da natureza nossa. Que há a fazer? Convencemo-nos, em primeiro lugar, que cada uma das gerações tem que resolver o *seu* problema, o problema da *sua* época e não os problemas *imprevisíveis* das épo-

cas que hão de vir (acusamos todos os dias o século XVIII de não ter resolvido os problemas de hoje); aceitar tudo o que foi, resignarmo-nos ao que foi, compreendermos o que foi e que não podia ser de outra maneira; e, na base do que foi, buscar resolver os problemas *de hoje*, por correções parciais e sucessivas, na prévia certeza de que nada se solve em definitivo, porque a vida se encarregará, indefinidamente, de modificar todos os dias a realidade e as suas questões.

O problema de hoje não é «reagir», como crê a superficialidade dos prégadores da reacção: é o de achar melhores *meios* da finalidade revolucionária.

Mais um ponto, dos tratados por Oliveira Martins no seu artigo, desejaríamos indicar neste momento à meditação do leitor culto: o de que «a nossa sociedade e a nossa literatura vivem desde o romantismo numa ignorância recíproca» (p. 29).

O problema é complexo. Se a literatura se divorciou dos temas vivos, certo é também que o homem de letras e o estudioso, em Portugal, não acham prêsa nesta gente, apática e descerebrada. A apatia, a frivolidade, a insensibilidade de espírito do nosso público, é pavorosa e descomunal; não percebe coisa alguma, não se interessa por temas sérios. Conta-se que Correia da Serra se queixava ao duque de Lafões de que «a gente não presta»; Ribeiro Sanches, pela mesma época, chamava-nos «reino cadaveroso»; e afirma Manuel Bento de Sousa que somos incapazes de prestar atenção a coisas que não divirtam. Cadáver, com efeito, parece o público, pela inércia mental de que dá provas. A nada se movem! Como escrever para cadáveres?

Já Camões se queixava da impenetrabilidade da nossa gente:

Não mais, Musa, não mais, que a lira tenho
Destemperada, e a voz enrouquecida,

E não do canto, mas de ver que venho
 Cantar a gente surda e endurecida . . .
 . . . que está metida
 No gôsto da cubiça, e na rudeza
 De uma austera, apagada e vil tristeza.

(Lus., X, 145).

Notar a definição dos *Maias*: «caricatura da sociedade portuguesa» (p. 73): presta-se esta definição a desenvolvimentos, que não viriam agora muito a propósito.—A. S.

P. 92

— o movimento da criminalidade comparado com o grau de instrução e cultura das sociedades —

O caso que sugeriu êste artigo foi o atentado de um fanático anarquista contra Pinheiro Chagas.

Um dos êrros mais estarrecedores do século XIX foi a crença na virtude moralizadora do conhecimento do *abc*. Não se percebe porque é que a capacidade de ler foi julgada mais virtuosa que a capacidade de falar; mas foi-o. Importa, não só libertar-nos de tal quimera, que tôdas as estatísticas vêm desmentindo, mas da idea do valor educativo dos enunciados abstractos sobre moral. Não educa o enunciado da regra moral, mas a *prática* da *acção* moral. O estudante, até hoje, tem ido à escola, sobretudo, para ouvir e para ver; cumpre que passe a ir sobretudo para *fazer*, e que os alunos se organizem em sociedades, semelhantes às adultas, onde tenham que *actuar* moralmente. É preciso tornar a educação moral *fisiológica*, por assim dizer, moralizar (permitam a au-

dácia) os músculos e o regime endocrínico do indivíduo, entregar essa educação ao professor da prática cívica, ao de ginástica e ao médico (*v.*, nos meus *Ensaio*s, o que se intitula *Educação e Filosofia*). É curioso notar que Ribeiro Sanches, Herculano e Manuel Bento afirmaram com energia a incapacidade educadora do *abc*, sem lograrem o menor efeito no nosso público: mais uma prova de que o público português é impenetrável. Perinde ac cadaver: a nada se move! — A. S.

P. 106

— Pró Política. —

Este artigo é resposta a certas afirmações de Queirós no prefácio dos *Azulejos*, do conde de Arnoso. Aí, fazendo a sua própria apologia (e imitando Alexandre Dumas, como sugere, no seu livro, o sr. António Cabral) caiu o grande romancista no superficial e no insincero, bem como na superstição mandarinesca da sua arte. A passagem criticada é aquela onde Queirós, proclamando que «a arte é tudo, tudo mais é nada», e que a religião, o heroísmo, etc., só vivem pela arte, escarnece da política, cujos grandes homens, como Bismarck, prevê esquecidos em breve tempo, só perdurando, rútila, a glória dos Flauberts e dos Zolas. É realmente inesperado, este desprezo da vida e de todas as suas manifestações, em favor da arte, imagem da vida: — mormente num homem que, nesse mesmo prefácio que citamos, exalta uma arte naturalista e mera cópia do real, estudo «científico» do real — *para melhoramento da sociedade*, diz Queirós. A arte é tudo, a política é nada, em seu juízo; mas arte boa e admirável (diz também), é a de

estudo sociológico, como instrumento da política — doutrina, ou técnica, do melhoramento da sociedade. Por outras palavras: o fim superior da sua arte é o melhoramento da sociedade, diz Queirós; mas esse mesmo fim, se obtido pela política, não tem valor. Estes absurdos e contradições demonstram que os intuitos sociológicos, científicos, reformadores, com que coonestam os seus «realismos», carecem de profunda sinceridade.

O trecho contra a política é o seguinte:

«Nada há mais ruidoso, e que mais vivamente se sarcoteie com um brilho de lantejoulas — do que a política... ; Mas concebes tu a possibilidade de que de aqui a cinqüenta anos, quando se estiverem erguendo estátuas a Zola, alguém se lembre dos Ferry, dos Clemenceau, dos Canovas, dos Bright? Podes-me tu dizer quem eram os ministros do Império em 1856, há apenas trinta anos, quando Gustave Flaubert escrevia *Madame Bovary*?... Bismarck todo-poderoso, que é Chanceler e de ferro, de aqui a duzentos anos será, sob a ferrugem que o há de cobrir, uma dessas figuras de Estado que dormem nos arquivos e que pertencem só à erudição histórica... mas duzentos anos passarão, e mil — e o nome, a figura, a vida de certo homem que não governou nem a Alemanha nem a Cristandade estará tão fresca e rebrilhante como hoje na memória grata dos homens. Porquê? Porque um dia, numa ilha da Mancha, ao rumor dos mares e dos ventos, êle escreveu alguns centos de versos que se chamam a *Lenda dos Séculos*».

Os seus intuitos científicos, sociológicos, reformadores, expõe-nos assim o romancista:

«Assim tu (Arnoso) compreendendo a grandeza magnânima de quem remexe lódos e detritos para purificar o ar de um Reino, achas todavia mais dôce ficar a espalhar côres num vaso, vendo brilhar por entre os esteios de vinha o azul do mar da Helénia. Bem fazes tu! Colhes apenas a flor das coisas, que pode ser rôxa e

melancólica ou amarela e festiva, mas é sempre uma flor; enquanto nós nos dobramos a analisar scientificamente as raízes que são negras, que são feias, e vêm sujas da terra rude em que mergulham e sugam» (*Notas Contemporâneas*, 1909, p. 156-7 e 151).

Queirós dá-se, nestes períodos, não só como profundo analista das realidades sociais portuguesas, e como reformador da sua pátria, mas também como mártir «magnânimo» dessa altíssima missão. Fraquezas de grande escritor que ninguém pode levar a mal; fraquezas, porém, que sendo êrros, e êrros graves, não só outros grandes escritores, como Martins, mas nós próprios, os pequeníssimos, temos o direito de refutar. — A. S.

P. 144

— Educação da mulher. —

O que Oliveira Martins combate neste artigo (com todo motivo), é a concepção romântica da moral, fonte das maiores perversões; e por muito prosaicos que pareçamos, temos que concordar com êle em que à mulher, por ser uma «doente» (e por lhe faltar o enquadramento a que obriga uma profissão), mais necessárias são ainda as disciplinas racionais — a submissão da impulsividade à idea eminente e filosófica da harmonia de um conjunto. Simplesmente, D. Maria Amália poderia objectar a Oliveira Martins que os juízos dêle, Martins, nos seus livros de história, se inspiraram muitas vezes no mais desvairado romantismo... — A. S.

P. 174

Artigo «A disciplina militar, etc.»

Foi por lapso que se collocou no final dêste artigo a frase *v. a nota no fim do vol.*, que deveria ser collocada nos artigos sôbre *Os Touros*, onde falta. Pedimos pois ao leitor que recorra à nota seguinte.

P. 191

— Os touros. —

O elogio das touradas não deixa de se coadunar perfeitamente com a psique de Oliveira Martins; no entanto, é possível que para alguma coisa tivesse concorrido neste caso a opinião de um escritor que, em mais de um ponto, influiu no seu espírito: Edgar Quinet. Eis o que êste diz em *Mes vacances en Espagne*:

«Le spectacle, si fortement enraciné dans les mœurs, n'est pas un amusement, c'est une institution. Elle tient au fond même de l'esprit de ce peuple. Elle fortifie, elle endure; elle ne corrompt pas. Qui sait si les plus fortes qualités du peuple espagnol ne sont pas entretenues par l'emulation des *toros*, le sang-froid, la ténacité, l'héroïsme, le mépris de la mort? Dans les légendes du Nord, Siegfried, pour être invincible, se baigne dans le sang du monstre. Ni le souffle du midi, ni la galanterie des Maures, ni le régime monacal n'ont pu amollir l'Espagne, depuis qu'elle reçoit l'éducation du Centaure. De combien de jeux dissolus ces jeux robustes ne l'ont-ils

pas préservée! Le taureau a toujours combattu avec elle. Ornez son front d'une devise d'argent et d'or; il a vaincu Mahomet, Philippe II, Napoléon.

«Quand l'Italie aurait quelques ariettes de moins, croit-on qu'elle aurait perdu beaucoup au change, si elle s'était trempée ainsi sans relâche dans le sang du Minotaure? Pour moi, j'incline à penser qu'elle aurait déjà donné le coup de corne dans les entrailles de l'Autriche.

«Si j'étais Espagnol, je me garderais bien de porter, au nom des subtilités nouvelles, la moindre atteinte à ces jeux héroïques. Je voudrais, au contraire, leur rendre tout leur lustre. Supprimez, comme quelques personnes vous le conseillent, les courses de taureaux, et vous voilà aussitôt envahis par le théâtre étranger, le vaudeville, les propos à double sens, les fadeurs et les obscénités bourgeoises. Sans compter que le véritable art trouve infiniment mieux son compte dans le coup d'épée de Montès que dans tout cela; vous vous énervez, et vous ne vous civilisez pas. Je n'entends jamais les étrangers inciter l'Espagne à se défaire de ses *corridos* sans penser à la fable du lion qui raccourcit ses ongles» (*Mes vacances en Espagne*, cap. V). V. também, no *Á esquina* de Fialho, o capítulo *O problema taurino*. — A. S.

P. 280

— Que a emigração portuguesa para o Brasil, mormente a continental, se não destina ao trabalho rural, é sabido. —

Neste facto está um grande perigo para o futuro económico de Portugal, e para a situação da colónia por-

tuguesa no Brasil. Só o colono coloniza; a fixação na terra é a base tudo. O Português no Brasil tem evitado a orientação rural; e como o rural faz as suas encomendas ao comerciante da sua nacionalidade, o próprio comércio português decai, por falta de clientela. Urge levar o nosso emigrante para o interior. Deveria o governo de Portugal entender-se com o do Brasil, e ter no Rio uma comissão encarregada de preparar terrenos que o governo brasileiro lhe assinalaria, e organizar o serviço do envio para lá dos emigrantes e fixação dêles nesses terrenos.

Assegurariamos assim uma das bases essenciais da economia nacional. Mas vão lá convencer a nossa gente de que são estas as questões importantes, e não as intrigas parlamentares, as discussões de café, os malabarismos jornalísticos, as graçolas dos ignorantões à suposta incapacidade política dos que pensam e dos que estudam! A intrigallice chamam êles política; e à Política... ingenuidades de idealistas. «Idealista», em Portugal, é uma injúria, e a maior de tôdas. — A. S.

INDICE

PROBLEMAS EDUCATIVOS :

	Pág.
O industrialismo no ensino.....	3
Ensino memorista	8
Gramatiquices.....	9
Compêndios.....	14
Exames.....	30
Sôbre o ensino da história.....	36
Educação por «jesuitas».....	42

PROBLEMAS MORAIS CONTEMPORANEOS :

Requiem aeternam!.....	47
Os costumes e as leis.....	53
Leis e costumes	58
Bactérias.	66
Devassidão grosseira.....	71
Pessimismo.....	73
O Público.....	88
O Crime.....	92
Chambigismo	103
Pro Política.....	106
A Rússia subterrânea.....	112

	Pág.
A tôrre Eiffel.....	127
O Duelo.....	132
Educação da mulher.....	144
O Reino da mulher.....	149
Feminismo.....	159
Mulheres-homens.....	162
A Vida militar.....	166
A Disciplina militar e a Política.....	174
Americanismo.....	181
Os Touros.....	191
ESPAÑHA E PORTUGAL :	
Iberismo.....	203
Alianças.....	216
Portugal e o federalismo espanhol.....	236
Comércio luso-espanhol.....	238
Cá e lá.....	240
O Rei de Espanha.....	244
BRASIL-PORTUGAL :	
Emigração portuguesa para o Brasil.....	251
Exportação de gado humano.....	273
Portugueses e italianos no Brasil.....	277
Abolição da escravidão no Brasil.....	282
A República no Brasil.....	284
A Nacionalização no Brasil.....	291
A Unidade do Brasil.....	296
A Crise do Brasil.....	300





RÓ
MU
LO



CENTRO CIÊNCIA VIVA
UNIVERSIDADE COIMBRA

1329649304

PUBLICAÇÕES DA BIBLIOTECA NACIONAL

Bosquejo da história de Portugal, por António Sergio— 2. ^a edição	2\$50
Guia de Évora e seus arredores, sob a direcção de Raúl Proença	4\$00
Tiragem especial	10\$00
Bibliografia das bibliografias portuguesas, por António Anselmo.	7\$50
Dispersos de Oliveira Martins, 2 volumes, coordenado e prefaciado por Antonio Sérgio .	20\$00
Tiragem especial, 2 vol.	50\$00
Recreação Periódica, pelo Cavaleiro de Oliveira. Pref. e trad. de Aquilino Ribeiro. 2 volumes 8. ^o	10\$00
Tiragem especial	40\$00
Marco Paulo. Reimpressão da edição de Valentim Fernandes por Esteves Pereira. In 4. ^o	8\$00
Tiragem especial	18\$00
Processo dos Távoras, publicado sob a direcção de Pedro de Azevedo. In 4. ^o	7\$50
Catálogo ideográfico. Sub-rubricas gerais. . .	1\$20
Instruções relativas á aquisição de verbetes da Biblioteca Nacional (Esgotado)	
Lusiadas. Edição fac-simile da 1. ^a edição do poema, com aparato crítico de José Maria Rodrigues. In 4. ^o	50\$00
Tiragem especial (Esgotada).	

NO PRÉLO :

- Antologia dos Economistas Portugueses. Coordenada e prefaciada por António Sergio.
- Dinamarca e Portugal, por Sofus Larsen; trad. e pref. por Jaime Cortesão.
- Obras completas de Gil Vicente, ed. fac-simile conforme a de 1562, prefaciada por D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos.
- Processo do Marquês de Pombal. Pref. e notas de Jaime Cortesão.
- Guia de Portugal, sob a direcção de Raúl Proença.